



Informamos que a Prestação de Contas e o respectivo Relatório do Controle Interno Exercício Financeiro 2016 das entidades da Administração Indireta, abaixo relacionadas, são encaminhadas e protocoladas individualmente:

- Câmara Municipal de Curitiba – CMC

Autarquias

- Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano de Curitiba – IPPUC
- Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP
- Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO
- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba – IPMC

Sociedade de Economia Mista

- Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A
- Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB
- Urbanização de Curitiba – URBS
- Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A

Fundações

- Fundação Cultural de Curitiba – FCC
- Fundação de Ação Social – FAS

Fundos Municipais

- Fundo de Urbanização de Curitiba – FUC
- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS
- Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba – FAAC
- Fundo Municipal de Saúde – FMS/SMS
- Fundo Municipal para Criança e o Adolescente – FMCA
- Fundo Municipal da Cultura – FMC
- Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente – FMAD
- Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
- Fundo Municipal Provisional de Previdência – FMPP
- Fundo Municipal de Defesa Civil – FUMDEC
- Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMPI
- Fundo Municipal do Trabalho – FMT
- Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FUMSAN



CURITIBA

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA



EXERCÍCIO 2017



ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA..... | 8 |
| 1 NORMATIZAÇÃO..... | 8 |
| 2 QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO DE 2017 E PELA EMISSÃO DESTE RELATÓRIO..... | 10 |
| 3 RELAÇÃO DE SERVIDORES LOTADOS NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO PERÍODO DAS CONTAS – INCISO III DO ART. 10 DA LEI MUNICIPAL Nº 10.130/00..... | 10 |
| 4 ATIVIDADES VINCULADAS AO CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO DE 2017..... | 18 |
| 5 CONSIDERAÇÕES RELEVANTES E MEDIDAS RECOMENDADAS EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS CONFORME DISPOSTO NO ITEM 4..... | 28 |
| 5.1 Controladoria em Finanças/SMF8 e Auditoria em Finanças/SMF7 – procedimentos do Item 4.1 a 4.5..... | 28 |
| 5.2 Unidade Central do Controle Interno/SMF8 – procedimentos do Item 4.6 a 4.9..... | 32 |
| 5.2.1 Procedimentos de controle interno da Portaria nº 25/2017..... | 34 |
| 5.2.2 Agenda de Obrigações - Procedimentos referente ao item 4.9..... | 41 |
| 6. SÍNTESE DE AVALIAÇÃO – IN N.º 140/2018/TCE-PR..... | 43 |
| 7. CONSIDERAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO ITEM 6 DO RELATÓRIO..... | 45 |
| 6.1 PLANOS E POLÍTICAS DE GOVERNO - procedimentos dos itens 4.10 a 4.12..... | 45 |
| 6.1.1 Cumprimento de Metas contidas no Plano Plurianual 2014-2017..... | 45 |
| 6.1.2 Eficácia da aplicação das políticas de governo..... | 48 |
| 6.1.3 Estimativas da receita em bases conservadoras..... | 53 |
| 6.2 ADEQUAÇÃO DA LOA AO PPA E À LDO, EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – procedimentos vinculados aos Itens 4.13 a 4.15..... | 62 |
| 6.2.1 Diretrizes contidas na LDO..... | 62 |
| 6.2.2 Ações e programas do PPA previstos para o período..... | 62 |
| 6.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... | 63 |
| 6.3.1 Realização da Receita e Renúncia Fiscal..... | 63 |
| 6.3.2 Medidas para cobrança da Dívida Ativa..... | 70 |
| 6.3.3 Programação financeira e congelamento de dotações..... | 74 |
| 6.4 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS..... | 79 |
| 6.4.1 Créditos Suplementares..... | 80 |



| | |
|---|------------|
| 6.4.2 Créditos Especiais..... | 81 |
| 6.4.3 Créditos Extraordinários..... | 82 |
| 6.5 REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – procedimentos vinculados aos Itens nº 4.16 a 4.18..... | 83 |
| 6.6 CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB | |
| procedimentos do Item 4.19..... | 95 |
| 6.6.1 Ato de nomeação dos membros..... | 95 |
| 6.6.2 Composição..... | 95 |
| 6.6.3 Funcionamento – regularidade das reuniões..... | 95 |
| 6.6.4 Qualidade das Informações prestadas..... | 96 |
| 6.6.5 Parecer do Conselho sobre as contas de 2017..... | 96 |
| 6.6.6 Parecer do Conselho em relação à remuneração do magistério – aplicação de no mínimo 60% das receitas do FUNDEB no Exercício de 2017..... | 96 |
| 6.6.7 Parecer do Conselho em relação à aplicação no exercício de 2017 de no mínimo 95% dos recursos do FUNDEB..... | 96 |
| 6.7 GESTÃO E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – procedimentos do item 4.20 e 4.21 | 98 |
| 6.7.1 Ato de nomeação dos membros..... | 98 |
| 6.7.2 Composição (Número de membros e representação)..... | 98 |
| 6.7.3 Funcionamento – regularidade das reuniões..... | 99 |
| 6.7.4 Qualidade das Informações prestadas..... | 99 |
| 6.7.5 Parecer do Conselho sobre as contas de 2017..... | 99 |
| 6.8 COMITÊ MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR..... | 101 |
| 6.8.1 Lei de Criação..... | 101 |
| 6.8.2 Ato de nomeação dos membros..... | 102 |
| 6.8.3 Parecer do Comitê em relação às competências descritas no Art. 17 da Resolução n.º 777/2013-GS/SEED..... | 102 |
| 6.9 GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO – procedimentos do Item 4.19.... | 103 |
| 6.9.1 e 6.9.2 Apropriação contábil da Despesa/Limite de Gastos..... | 103 |
| 6.10 DÍVIDA CONSOLIDADA– procedimentos do Item 4.23..... | 105 |
| 6.10.1 - Apropriação contábil da Dívida..... | 106 |
| 6.10.2 – Limite da Dívida Consolidada..... | 106 |
| 6.11 LIMITES CONSTITUCIONAIS – procedimentos do Item 4.24..... | 109 |
| 6.11.1 Índice das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino..... | 109 |
| 6.11.2 Índice das despesas com serviços públicos de saúde..... | 109 |
| 6.12 SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E DO TRIBUNAL DE CONTAS – procedimentos do Item 4.25..... | 111 |
| 6.12.1 Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM)..... | 111 |
| 8 DEMAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS..... | 114 |
| 8.1 Demonstrativo do Acompanhamento de Demandas TCE-PR Exercício 2017..... | 114 |



CURITIBA

| | |
|--|------------|
| 8.2 Ações desenvolvidas frente A entendimentos, constatações e recomendações do TCE-PR..... | 114 |
| 8.3 Consideração quanto ÀS medidas adotadas no exercício em relação apontamentos, constatações e o necessário ajuste fiscal do Município..... | 118 |
| 9. ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL... | 139 |



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Na qualidade de representante da unidade de Controle Interno do Executivo do Município de Curitiba, perante o TCE-PR, e, **conforme Decreto Municipal nº 1991/2017**, a Controladoria em Finanças apresenta o Relatório de Controle Interno integrando de forma consolidada a Ação Governamental de Controle programada para o exercício de 2017 a partir do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Anual (LOA) e seus procedimentos posteriores na realização da execução da receita e despesa, assim como o resultado na contabilização das contas públicas municipais.

Para análise, acompanhamento e certificação do sistema de controle interno mediante condições delimitadas foram adotados requisitos preventivos, concomitantes e corretivos, sobretudo a observância das orientações e instruções normativas do TCE-PR.

Com o objetivo de cumprir os requisitos necessários para elaboração do Relatório do Controle Interno foi publicada em 21/12/2017, no Diário Oficial do Município, a Portaria nº 25/2017-SMF, a qual dispôs sobre os procedimentos e encaminhamento de informações pelos órgãos da Administração Direta e Indireta para o cumprimento e apresentação da Prestação de Contas do Executivo Municipal, com vistas às certificações do Exercício Financeiro de 2018.

O representante do controle interno de cada Unidade Orçamentária integrou informações e avaliações dos resultados obtidos durante o exercício, referente às ações vinculadas aos Programas de Governo, procedimentos e comprovações complementares de controle.

As verificações e averiguações das unidades de controle interno, designadas em cada secretaria resultaram em análises específicas orientadas e voltadas à atuação preventiva e corretiva, conforme delimitação da Portaria n.º 25/2017.

O relatório do exercício de 2017 aponta relevantes constatações e relatos por *amostragem não probabilística*, sendo que as seleções de itens delineados como critérios para avaliação retratam destaques nos papéis de trabalho dos órgãos gestores. A unidade central compilou dados e informações para avaliação quantitativa e qualitativa do controle interno dos pontos verificados através de:

- Indagação escrita e oral;
- Análise documental;
- Conferência de cálculos;
- Certificação de confirmações externas;



- Correlação de informações intersetoriais;
- Encaminhamentos para inspeção física;
- Diagnósticos de sistemas de informação;
- Solicitação de inspeções em sistemas de informações;
- Observação de atividades e condições;
- Exames de registros;
- Encaminhamentos e orientações para abertura de sindicâncias, tomadas de contas, auditorias internas e externas.

A mesma avaliação comporta o escopo e tratamento necessário à remessa do Relatório de Gestão (SIM/AM) e subsidia a análise e o acompanhamento do Sistema de Controle Interno do Executivo do Município de Curitiba.

O Relatório do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Curitiba consiste no atendimento à legislação vigente, com o objetivo no apoio para:

- Garantir a veracidade e orientar sobre informações contábeis, financeiras e operacionais;
- Prevenir erros e irregularidades;
- Localizar erros e desperdícios;
- Estimular a eficiência da Administração e a parceria entre os setores envolvidos por intermédio do acompanhamento da gestão e de relatórios e informações;
- Aperfeiçoar os processos e práticas utilizadas na administração municipal.



SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

1 NORMATIZAÇÃO

A Lei Municipal n.º 10.130/2000 instituiu a unidade orgânica, Controladoria em Finanças, vinculada à Superintendência da Secretaria Municipal de Finanças, ficando designada como representante da Unidade do Controle Interno do Executivo Municipal perante o TCE-PR.

O Decreto Municipal n.º 1.991/2017 instituiu o Controlador em Finanças como representante do Controle Interno do Executivo Municipal até a implantação da Controladoria Geral do Município de Curitiba e criou a Comissão de Implantação da Controladoria Geral do Município, cuja designação dos membros foi estabelecida no Decreto n.º 1.992/2017.

O Sistema de Controle Interno requer a função perene de fiscalização nas áreas financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial, respeitando os princípios da legalidade, legitimidade e da economicidade, conforme disciplina a Constituição Federal e toda a legislação respectiva à receita e à despesa pública vigente.

A atuação da unidade de Controle Interno se debruça sobre a verificação do acompanhamento da gestão fiscal de forma integrada e compartilhada com os demais Departamentos da Secretaria Municipal de Finanças e com as secretarias da administração direta, alinhando inclusive às funções e atividades de Controle Interno, conforme delimitado nas normas internas do Município de Curitiba, a colaboração e a orientação aos setores.

O conjunto das verificações realizadas pela Controladoria em Finanças, no exercício de 2017, constituiu-se de procedimentos no acompanhamento, no fluxo entre o departamento que comanda o planejamento e acompanha a execução orçamentária, de acordo com o parágrafo único do art. 79, combinado com o art. 75 da Lei n.º 4.320/64 e com as respectivas responsabilidades previstas no Decreto Municipal n.º 1.150/05. O referido decreto municipal institui a delegação à ordenação da despesa, para a decisão e priorização na aplicação de recursos nas devidas pastas de governo, estabelecendo responsabilidades específicas nas Secretarias da Administração Direta.

A representação designada para o Controle Interno limita-se consoante condições propiciadas e considerando a descentralização da responsabilidade prevista no Inciso III do art.10 da Lei 10.130/00 relativa aos programas, projetos e atividades em cada área de governo.

As designações vinculam-se nas diversas áreas de governo que são responsáveis pelo tratamento e alimentação de dados e informações no momento do planejamento e execução



orçamentária, sendo que os demais requisitos sucessivos, dos aspectos financeiros e contábeis garantem o conjunto da fidedignidade e garantias da remessa de dados e informações ao SIM-AM – Avaliação de Gestão/Controle Interno de todas as unidades orçamentárias, mediante a extensa configuração da intersectorialidade de programas de governo municipal, informações sistematizadas no Sistema de Gestão Pública - SGP.

Base legal do Sistema de Controle Interno:

- ⇒ Artigos 37, 70, 74 e 165 da Constituição Federal;
- ⇒ Artigos 75, 76 e 82 da Lei Federal n.º 4.320/64;
- ⇒ Decreto-Lei n.º 200/67;
- ⇒ Art. 8º, 16, 17 e 59 da Lei Complementar n.º 101/2000 – LRF;
- ⇒ Lei Federal n.º 8.666/93;
- ⇒ Portaria n.º 42/99 - Secretaria do Tesouro Nacional;
- ⇒ Portaria n.º 828/11 - Secretaria do Tesouro Nacional;
- ⇒ Portaria n.º 753/12 - Secretaria do Tesouro Nacional;
- ⇒ Lei Federal n.º 12.527/11;
- ⇒ Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 – PR;
- ⇒ Instrução Técnica n.º 20/03 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 61/2011 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 68/12 e alterações - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 72/12 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 81/12 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 89/13 – Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 95/14 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 109/15 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 114/16 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 115/16 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 128/17 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Instrução Normativa n.º 140/18 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Resolução n.º 28/2011 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Resolução n.º 46/2014 - Tribunal de Contas do Paraná;
- ⇒ Artigo 62 da Lei Orgânica do Município de Curitiba;
- ⇒ Lei Municipal n.º 7671/91;
- ⇒ Lei Municipal n.º 10.130/00;
- ⇒ Lei Municipal n.º 14.371/13;
- ⇒ Lei Municipal n.º 14.574/14 - PPA;
- ⇒ Lei Municipal n.º 14.696/15 e 14.780/15– LDO ANO 2016;
- ⇒ Lei Municipal n.º 14.781/15 e Dec. 1.386/15 – LOA ANO 2016;
- ⇒ Decreto Municipal n.º 1.066/16;



- ⇒ Decreto Municipal n.º 1.868/13;
- ⇒ Decreto Municipal n.º 1.135/12;
- ⇒ Decreto Municipal n.º 1.099/14;
- ⇒ Decreto Municipal n.º 1.261/14;
- ⇒ Decreto Municipal n.º 1.908/17
- ⇒ Decreto Municipal n.º 1.991/17;
- ⇒ Decreto Municipal n.º 1.992/17;
- ⇒ Decreto Municipal n.º 2.038/17;
- ⇒ NBC T 16.8.1 135/08;
- ⇒ Lei Municipal n.º 101/2017 – LRF;
- ⇒ Portaria Municipal n.º 25/2017-SMF.

2 QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO DE 2017 E PELA EMISSÃO DESTES RELATÓRIOS

| 1º CONTROLADOR | | |
|---|--|-------------------|
| Nome: Iara Maria Stürmer Gauer | CPF: 510.386.849-00 | |
| Período de responsabilidade: | Data do Início: 2013 | Data do Fim: 2018 |
| Servidor ocupante de cargo efetivo: | <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO | |
| Nome do cargo ocupado: Controlador em Finanças – Decreto n.º 747/2017 | | |

| 2º CONTROLADOR | |
|-------------------------------------|---|
| Nome:- | CPF: - |
| Período de responsabilidade: - | |
| Servidor ocupante de cargo efetivo: | <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |
| Nome do cargo ocupado: - | |

3 RELAÇÃO DE SERVIDORES LOTADOS NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO PERÍODO DAS CONTAS – Inciso III do art. 10 da Lei Municipal nº 10.130/00

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO(Representante da Unidade Central do Sistema Legal - §2º do Art.20-A e § 3º do Art.74 da Lei Orgânica do Município de Curitiba)

| | |
|------|----------------------------------|
| NOME | VANESSA VOLPI BELLEGARD PALACIOS |
|------|----------------------------------|



| | |
|---------------------|--------------------------------|
| CPF | 834.192.929-53 |
| CARGO OCUPADO | Procuradora Geral Do Município |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 05/2017 |

SUBPROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO (Representante da Unidade Central do Sistema Jurídico - Inciso III do Art. 10 da Lei N.º 10.130/00)

| | |
|---------------------|-----------------------------------|
| NOME: | ROSA MARIA ALVES PEDROSO |
| CPF: | 317.786.669-49 |
| CARGO OCUPADO: | Subprocuradora Geral do Município |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 305/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS (Representante da Unidade Central do Sistema Fiscal – art.20 da Lei Municipal n.º 7.671/91)

| | |
|---------------------|----------------------------------|
| NOME | VITOR ACIR PUPPISTANISLAWCZUK |
| CPF | 033.026.469-92 |
| CARGO OCUPADO | Secretário Municipal de Finanças |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 07/2017 |

SUPERINTENDENTES - Secretaria Municipal de Finanças (Representante da Unidade Central do Sistema de Finanças – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|------------------------|
| NOME | BRENO PASCUALOTE LEMOS |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| CPF | 223.259.428-99 |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 995/2017 |

| | |
|---------------------|---------------------------|
| NOME | DANIELE REGINA DOS SANTOS |
| CPF | 872.198.679-72 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 1.377/2017 |

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO - Secretaria do Governo Municipal (Representante da Unidade Central do Sistema de Manutenção Urbana – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|---------------------------|
| NOME | AIRTON SOZZI JÚNIOR |
| CPF | 274.816.899-20 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente Executivo |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | Decreto 1904/2017 |

SUPERINTENDENTE DE MANUTENÇÃO URBANA - Secretaria do Governo Municipal (Representante da Unidade Central do Sistema de Executivo do Governo Municipal – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|--------------------------------------|
| NOME | Luciano Almeida Canto |
| CPF | 435.242.819-15 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente de Manutenção Urbana |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 79/2017 |



SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SUPERINTENDENTE -Secretaria Municipal de Comunicação Social (Representante da Unidade Central do Sistema de Comunicação Social – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|-------------------|
| NOME | Heitor Manfrinato |
| CPF | 478.662.339-34 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 117/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

SUPERINTENDENTE - Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos Representante da Unidade Central do Sistema de Administração e Recursos Humanos – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00

| | |
|---------------------|-------------------------------------|
| NOME | Luciana Varassin |
| CPF | 668.041.169-68 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente de Recursos Humanos |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 72/2017 |

| | |
|---------------------|----------------------------------|
| NOME | Alessandra Paluski |
| CPF | 023.445.079-73 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente de Administração |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 188/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO

SUPERINTENDENTE - Secretaria Municipal do Abastecimento (Representante da Unidade Central do Sistema de Abastecimento – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|------------------------|
| NOME | Edson Rivelino Pereira |
| CPF | 145.714.738-69 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 34/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO- Secretaria Municipal de Educação (Representante da Unidade Central do Sistema de Educação – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|---------------------------|
| NOME | Oseias Santos de Oliveira |
| CPF | 666.356.240-15 |
| CARGO OCUPADO: | Superintendente Executivo |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 1417/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

SUPERINTENDENTE DE OBRAS E SERVIÇOS- Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Representante da Unidade Central do Sistema de Obras e Serviços da SMMA – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|-------------------------------------|
| NOME | Reinaldo Pilotto |
| CPF | 311.948.269-20 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente de Obras e Serviços |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 40/2017 |



SUPERINTENDENTE DE CONTROLE AMBIENTAL- Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Representante da Unidade Central do Sistema de Controle Ambiental – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|---------------------------------------|
| NOME | Marilza do Carmo Oliveira Dias |
| CPF | 552.809.609-00 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente de Controle Ambiental |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 39/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

SUPERINTENDENTE DE IMPLANTAÇÃO DE OBRAS URBANAS- Secretaria Municipal de Obras Públicas (Representante da Unidade Central do Sistema de Implantação de Obras Urbanas – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|---|
| NOME | Almir Bonatto |
| CPF | 650.069.179-20 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente de Implantação de Obras Urbanas |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 50/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

SUPERINTENDENTE TÉCNICO - Secretaria Municipal de Urbanismo (Representante da Unidade Central do Sistema de Urbanismo – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|-------------------------------|
| NOME | José Luiz de Mello Filippetto |
| CPF | 457.316.409-04 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente Técnico |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 1707/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

(SUPERINTENDENTE - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude) Representante da Unidade Central do Sistema de Esporte, Lazer e Juventude – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|-----------------|
| NOME | Rodrigo Venske |
| CPF | 062.166.799-45 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 1545/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA SOCIAL

SUPERINTENDENTE - Secretaria Municipal da Defesa Social (Representante da Unidade Central do Sistema de Defesa Social– Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|--------------------------------|
| NOME | Carlos Celso dos Santos Junior |
| CPF | 632.199.309-30 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 1062/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

SUPERINTENDENTE - Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (Representante da Unidade Central do Sistema de Assuntos Metropolitanos – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|------|-------------------------------|
| NOME | José Luiz de Mello Filippetto |
|------|-------------------------------|



| | |
|---------------------|-------------------------|
| CPF | 457.316.409-04 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente Técnico |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 1707/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E EMPREGO

SUPERINTENDENTE- Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (Representantes da Unidade Central do Sistema de Trabalho e Emprego – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00).

| | |
|---------------------|-----------------------------|
| NOME | LUCIANO MARTINS DE OLIVEIRA |
| CPF | 018.617.319-90 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 116/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

SUPERINTENDENTE- Secretaria Municipal de Trânsito (Representantes da Unidade Central do Sistema de Trânsito – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00).

| | |
|---------------------|-----------------------------|
| NOME | Rosângela Maria Battistella |
| CPF | 319.915.059-49 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 1528/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA

SUPERINTENDENTE- Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia (Representante da Unidade Central do Sistema de Informação e Tecnologia – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|--------------------------|
| NOME | Leandro Vergara Raimundi |
| CPF | 965.902.207-78 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 123/2017 |

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO- Secretaria Municipal da Saúde (Representante da Unidade Central do Sistema de Saúde – Inciso III do Art. 10 da Lei 10.130/00)

| | |
|---------------------|---------------------------|
| NOME | Beatriz Battistella Nadas |
| CPF | 519.160.969-72 |
| CARGO OCUPADO | Superintendente Executiva |
| DECRETO DE NOMEAÇÃO | 33 e 1801/2017 |

Conforme legislação do Município de Curitiba, o Sistema de Controle Interno está representado pelas seguintes unidades no executivo:

| Sistema Administrativo | Unidade Central |
|-------------------------------|--|
| Legal | Procuradoria Geral |
| Fiscal | Secretaria Municipal de Finanças |
| Jurídico | Subprocurador do Município de Curitiba |



| | |
|------------------------------------|--|
| Manutenção Urbana | Superintendência da Secretaria Municipal do Governo Municipal |
| Executivo do Governo Municipal | Superintendência da Secretaria do Governo Municipal |
| Comunicação Social | Superintendência da Secretaria Municipal de Comunicação Social |
| Recursos Humanos | Superintendência da Secretaria Municipal de Recursos Humanos |
| Planejamento, Orçamento e Finanças | Superintendência da Secretaria Municipal de Finanças |
| Abastecimento | Superintendência da Secretaria Municipal de Abastecimento |
| Educação | Superintendência da Secretaria Municipal de Educação |
| Obras e Serviços da SMMA | Superintendência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente |
| Controle Ambiental | Superintendência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente |
| Implantação de Obras Urbanas | Superintendência da Secretaria Municipal de Obras Públicas |
| Urbanismo | Superintendência da Secretaria Municipal de Urbanismo |
| Esporte, Lazer e Juventude | Superintendência da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude |
| Defesa Social | Superintendência da Secretaria Municipal de Defesa Social |
| Assuntos Metropolitanos | Superintendência da Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos |
| Trabalho e Emprego | Superintendência da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego |
| Trânsito | Superintendência da Secretaria Municipal de Trânsito |
| Administração | Superintendência da Secretaria Municipal de Administração |
| Informação e Tecnologia | Superintendência da Secretaria de Informação e Tecnologia |
| Saúde | Superintendência da Secretaria Municipal da Saúde |
| Controle Interno | Controladoria em Finanças – Unidade Orgânica da SMF |

Reitera-se o esclarecido no Relatório anterior – 2016 – que a Unidade de Controle Interno designada como representante junto ao TCE-PR, Controladoria em Finanças – SMF8, não foi constituída como Controladoria Geral, trata-se de uma unidade orgânica subordinada diretamente à Superintendência da Secretaria Municipal de Finanças, sendo que sua regulamentação na atuação específica de Controle Interno foi estabelecida no Decreto n.º 1.991 em novembro de 2017, decreto esse que institui o Controlador de Finanças como representante do Controle Interno do Executivo Municipal, até a implantação da Controladoria Geral do Município e cria a Comissão de implantação da Controladoria Geral do Município.

Dessa forma, observa-se que até o referido período a Controladoria em Finanças não possuía regulamentação específica, delimitação e posição hierárquica prevista para exercer atividades de fiscalização nas demais unidades do sistema de controle interno, as quais possuem representantes legais responsáveis pelo Controle Interno instituídos em normas internas, inclusive em nível superior a sua posição hierárquica.

O modelo criado pelo Município de Curitiba ainda conta com outra unidade orgânica criada pela mesma lei, a Auditoria em Finanças – SMF7, a qual exerce funções de fiscalização de modo totalmente segregado da Controladoria em Finanças – SMF8, por posicionar-se no



mesmo nível e subordinação hierárquica. Suas atividades de auditoria inclinam-se sobre a gestão dos recursos públicos financeiros, abrangendo os sistemas contábil, financeiro e orçamentário especificamente (Lei 10.130/00).

As atividades da Controladoria em Finanças de modo legal até novembro de 2017 delimitavam-se pela norma interna especificamente em regulamento, única e exclusivamente, conforme prevê os Decretos n.º 1.100/14 e 1.066/16, isto é, em norma regulamentar relativa aos procedimentos administrativos destinados à celebração de contratos, convênios, acordos e outros ajustes exclusivamente exercendo atuação na verificação e elaboração de cálculos de valores contratuais.

Constata-se, portanto, que não há no Município de Curitiba a estrutura de Controladoria Geral, com a previsão de cargos, funções, delimitações de seu exercício e descentralizações nas diversas áreas coordenadas e comandadas por uma unidade central aplicáveis nos demais sistemas administrativos, entretanto, o Decreto n.º 1.991/2017, criou a comissão de implantação da Controladoria Geral do Município e o Decreto n.º 1.992/2017 dispôs sobre a designação dos membros para o Projeto de Implantação da Controladoria Geral do Município, e, até que isto ocorra, as atribuições da Unidade de Controle Interno ficam estabelecidas no mesmo Decreto, sendo o Controlador de Finanças seu representante, cuja função primordial será, para o ano de 2018, a elaboração de um Plano de Atividades pertinentes à referida Unidade.

Vale ressaltar que a representante do Controle Interno, conforme designação no Decreto 1.992/2017, faz parte da Comissão responsável pela implantação da Controladoria Geral do Município, sendo a vice-presidente - portanto, além das atribuições relativas ao Controle Interno, lhe cabe responsabilidades inerentes à implantação da Unidade de Controle Interno – Controladoria Geral do Município de Curitiba.

Até a publicação do Decreto n.º 1.991/2017 prevaleceu a atividade principal legal na elaboração de cálculos de valores contratuais nas instruções processuais, o qual se aproveitou concomitante em orientar requisitos importantes para o Controle Interno, assim como se utilizou de formas complementares tentando disseminar a todas as unidades centrais dos sistemas administrativos, por intermédio do envio de ofícios pontuais em relação aos mais diversos assuntos estudados e observados no decorrer dos exercícios no seu alcance delimitado.

Considerando que a IN n.º 140/2018 TCE/PR exige a avaliação da gestão das unidades administrativas que compõe o executivo, mas não estabelece o critério especificamente claro, conforme consta no Modelo 2 e na Avaliação de Gestão para as indicações das modalidades: Recomendação, Regular, Irregular ou Ressalva, convencionou-se como



representante indicado o seguinte critério nas modalidades especificamente conforme a mesma exige na avaliação:

| | |
|------------------------|--|
| Regular (Item 6) | Nada constatado no escopo delimitado e na avaliação do exercício. |
| Recomendação (Item 5) | Requer algum tipo de melhoria ou aperfeiçoamento. |
| Ressalva (Itens 5, 6) | Identificação de possíveis constatações, com medidas administrativas tomadas, mas pendentes em trâmite. |
| Irregular (Itens 5, 6) | Comprovada infração e danos ao erário após esgotadas todas as medidas administrativas legais de modo comprovado. |

| | |
|--|--|
| Regular (Avaliação da Gestão) | Nada constatado no escopo delimitado e na avaliação do exercício integralmente. |
| Regular com Recomendação (Avaliação da Gestão) | Nada constatado no escopo delimitado e na avaliação do exercício integralmente, alguns pontos requerem melhorias ou aperfeiçoamentos. |
| Regular com Ressalva (Avaliação da Gestão) | Maioria dos itens avaliados são regulares, com a identificação de possíveis constatações em alguns itens, com medidas administrativas tomadas, e possíveis acertos pendentes e em trâmite. |
| Irregular (Avaliação da Gestão) | Comprovada infração e danos ao erário após esgotadas todas as medidas administrativas legais de modo comprovado. |

4 ATIVIDADES VINCULADAS AO CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO DE 2017

| CONTROLADORIA EM FINANÇAS – SMF8 | | | | | | |
|----------------------------------|------------------|---|---|--|-----------------------|-------------------------------------|
| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.1 | Jan a Nov | Todas as secretarias | Análise, acompanhamento, monitoramento e manifestação em alterações de valores contratuais e composição de custos e formatação de preços abertos para orçamentos licitatórios (serviços continuados). | Exames, verificações, conferências e cálculos nas apropriações de valores com base em acordos coletivos, metodologia empregada de custo fixo, direto/operacional, investimento de capital/equipamento, verbas trabalhista, previdenciária e fiscal; e remuneração da prestação do serviço. | 928 | Regular Recomendação Item 5.1 |
| | | Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Documentos em instruções processuais que tramitaram pela Controladoria em Finanças – SMF8. | Exames, verificações, conferências nos documentos em instruções processuais quanto aos procedimentos para a contratação e suas alterações, conforme determinado nos Decretos nº.1.100/14, 1066/16, normativas, orientações TC e TCE, e requisitos em prol do controle interno. | | |

| PLANO DE AUDITORIA EM FINANÇAS – SMF7 | | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|---|---|---|---------------------------|--|
| Nº | Período Avaliado | Setor Responsável | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.2 | 2017 | Departamento de Urgência e Emergência – DUE/SMS | Análise dos Processos nº. 01-082779/2015, 01-132597/2015 e 01-098096/2016 para apuração da incidência do tributo ISS aplicado no valor do contrato nº. 79-FMS e o efetivamente praticado. | Análise documental Avaliação de conformidade | Maio/2013 a Julho de 2016 | Apuração de recolhimentos não compatíveis com a composição de preços contratados. Envio para providências junto à unidade contratante em andamento procedimentos para restituição de valores. Novo edital de contratação, com disposições específicas para a composição e incidência de tributo municipal e previsão de penalizações. |

| | | | | | | |
|-----|------|---------|---|--|------------------------------|--|
| | | | | | | Identificou-se diferenças ainda, entre a alíquota do RAT-FAP na composição do preço, diferenças apuradas com trâmite o direito ao contraditório do contratado pelo Processo n.º 04-036392/2017 em análise. Avaliação/Procedimentos - SMF |
| 4.3 | 2017 | FMS-SMS | Apuração de valores para o correspondente ressarcimento de valores na ação administrativa de restituição junto a Receita Federal – relativo ao recolhimento do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde. Comunicação à SMF8 por intermédio de Relatório/resumo entregue em março/2018 | Análise documental Avaliação de conformidade | Julho/2010 Fevereiro/2015 | a Valor correspondente apurado e encaminhado para demais providências cabíveis à PGM. Avaliação/Procedimentos - SMF |
| 4.4 | 2017 | FMS-SMS | Revisão da Movimentações em Conta Corrente do FMS, com objetivo de verificar a origem e destino dos recursos relativas às fontes vinculadas Portaria n.º. 001/2017-SMF. Comunicação à SMF8 por intermédio de Relatório/resumo entregue em março/2018. | Análise documental Avaliação de conformidade Aplicação de questionário | Ano 2013 a 2016 | 1ª. Etapa concluída: apontamento para aperfeiçoamentos quanto à regularização dos saldos das contas correntes, o qual se tomou providências correspondentes em setembro de 2017. 2ª. Etapa: Aplicação de questionário ao Núcleo de Assessoramento Financeiro em andamento e Relatório relativo à Portaria n.º. 001/2017 enviado aos gestores do FMS por intermédio do Ofício n.º. 019/2017-SMF7. Avaliação/Procedimentos - SMF |
| 4.5 | 2017 | FMS-SMS | Revisão de 74 processos de pagamento relativos à execução do Programa de Agentes Comunitários – IPCC. Comunicação à SMF8 por intermédio de Relatório/resumo entregue em março/2018. | Análise documental Avaliação de conformidade | Julho de 2014 à Maio/2017 | Relatório enviado à PGM e Informação n.º. 019/2017-SMF7 com resumo correspondente conforme solicitado no Processo 01-082.226/2014 – providências em análise da SMS, contraditório do prestador e PGM. Avaliação/Procedimentos - SMF |

| UNIDADE CENTRAL DO CONTROLE INTERNO | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------|---|--|--|---|--|
| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.6 | Nov a Mar | Secretaria Municipal de Finanças/ Controladoria em Finanças | Gestão, avaliação e controle no exercício de ações em procedimentos, desenvolvimento e ampliação da cultura de controle interno. | Orientações aos ordenadores de despesas nas instruções processuais no momento da solicitação para geração de obrigações financeiras quanto à necessária adequação orçamentária e financeira (PPA, LDO, LOA e programação/desembolso orçamentário/financeiro), em cumprimento ao art. 15 e 16 da LRF e demais requisitos da Lei 4.320/64. | Em 928 processos | Regular Item 5.1 |
| | | Secretaria Municipal de Finanças | | Orientações às autoridades sobre providências e melhorias de Controle Interno e riscos para a gestão. | Pontual conforme encaminhamentos e ou observações de análises da Controladoria de Finanças e ou análises solicitadas nas instruções processuais avaliadas - Mudança de estrutura. | Regular Recomendação Item 5.1 |
| 4.7 | Fev a Dez | Secretaria Municipal de Finanças/ Unidade Central de Controle Interno Secretaria Municipal de Finanças | | Avaliações de 19 assuntos relevantes de Controle Interno conforme escopo e resultados obtidos no exercício 2016 e novas constatações no decorrer do exercício | Conferências, exames e verificação de documentos e emissão de 34 ofícios de solicitações e ou recomendações às diversas unidades administrativas do sistema de controle interno | Regular - 91,18% com respostas e medidas encaminhadas 5,88% em andamento para medidas e resolução junto às unidades administrativas do sistema demandadas 2,94% em análise pela unidade central de |

| | | | | | | |
|------------|-----------|--|--------------------------|---|------|--|
| | | | | | | controle interno – em pendência Recomendação Item 5.4 |
| 4.8 | Dez a Abr | Secretaria Municipal de Finanças/Unidade Central do Controle Interno Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Portaria n.º 25/2017-SMF | Avaliação das informações, dados e alimentação de sistemas pelas unidades administrativas para a certificação e prestação de contas do exercício | 100% | Regular Recomendações 5.4 e 6.1.3, 6.3.2, 6.5.1, 6.7 e 6.12 |
| 4.9 | Jan a Dez | Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Contabilidade e Controladoria em Finanças Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Agenda de Obrigações | Acompanhamento dos prazos e cumprimento da Agenda de Obrigações conforme | 100% | Regular Recomendação 5.5 |

Procedimentos relativos à Síntese de Avaliações conforme Instrução Normativa n.º 140/2018 do TCE-PR

| PLANOS E POLÍTICAS DE GOVERNO | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|---|---|---|---|------------------|
| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.10 | Nov a Mar | Todas as Áreas de Governo Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão e controle da execução das Ações por Programas previstos no PPA, sua correspondente e consistente justificativa quando do não alcance esperado em 70% do fixado no PPA. | Exame e verificação do acompanhamento das metas físicas e financeiras realizadas e não realizadas (liquidadas), em relação ao fixado no PPA no exercício. | Módulo Avaliação de Gestão – Prestação de Contas/SGP, conforme delimitado no escopo do Anexo I e XV da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular |
| 4.11 | Nov a Mar | Todas as Áreas de Governo coordenadas e acompanhadas bimestralmente pelo IMAP | Gestão e controle da eficácia na execução das ações por Programas Previstos no PPA, sua correspondente e consistente justificativa quando do | Exame e verificação do acompanhamento da eficácia dos indicadores propostos por programas e as metas financeiras realizadas | Módulo Avaliação de Gestão – Prestação de Contas/SGP, delimitado conforme escopo do Anexo | Regular |

| | | | | | | |
|-------------|-----------|---|---|--|--|---------------------------------------|
| | | Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | não alcance esperado em 70% do fixado no PPA. | (liquidadas) em relação ao fixado no PPA no exercício. | I e XV da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | |
| 4.12 | Nov a Mar | Departamentos de Orçamento e Arrecadação da Secretaria Municipal de Finanças Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão, controle, estudos e acompanhamento de apropriações das estimativas da receita em bases conservadoras. | Exame e verificação do acompanhamento do superávit ou déficit da arrecadação realizado em relação à estimativa de receita, em bases conservadoras em todos os grupos conforme acompanhamento do departamento responsável no exercício. | Documentos conforme delimitação do escopo do Anexo XV da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular Recomendação Item 6.1.3 |

| ADEQUAÇÃO DA LOA AO PPA E À LDO/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS | | | | | | |
|---|-------------------------|--|---|---|--|-----------------------|
| Nº | Período Avaliado | Sector | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.13 | Nov a Mar | Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Orçamento e Unidades Orçamentárias Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão e controle da adequação da LOA ao PPA e à LDO. | Exame e verificação quanto o acompanhamento, estabelecimento de normas, comunicação interna para a adequação orçamentária da LOA ao PPA no exercício. | Documentos conforme Anexo XV delimitado no escopo da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular |
| 4.14 | | | Gestão da execução orçamentária | Exame e verificação quanto o acompanhamento da liberação do plano de desembolso, quadro de alteração de liberado – QAL, análises de pedidos de crédito adicional (PCA) e decretos e projetos de lei suplementares e especiais correspondentes no exercício. | Documentos conforme escopo delimitado nos Anexos VI e XV na Portaria n.º 25/2017 – SMF | Regular Item 6.3.2 |
| 4.15 | | | Gestão das alterações orçamentárias. | Exame e verificação quanto o acompanhamento da liberação do plano de desembolso, quadro de alteração de liberado – QAL, análises de pedidos de crédito adicional (PCA) e decretos e projetos de lei suplementares e especiais correspondentes no exercício. | Documentos conforme escopo delimitado nos Anexos VI e XV na Portaria n.º 25/2017 – SMF | Regular |

| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|--|--|-----------------------|--|
| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.16 | Maio | Município e IPMC | Avaliação dos Demonstrativos CADPREV, em decorrência das constatações relatadas no Relatório do Controle Interno do Exercício 2016 | Análise documental e Avaliação de conformidade | Jan a dez de 2016 | <p>Constatadas diferenças nos percentuais de apropriação de valores em relação às bases de cálculo, em desconformidade aparente—enviado Ofício n.º 23/2017 ao IPMC e SMF2, com reiteração das informações pelo Ofício n.º 24/2018 (Protocolo nº 04-015765/2018) ao IPMC, tendo sido informado ocorrência de erro de digitação e que está sendo providenciada a retificação do Demonstrativo DIPR. No referido Ofício foram solicitadas novas verificações a serem feitas em decorrência de fatos observados após análises dos documentos encaminhados por ocasião do contraditório da Prestação de Contas do Exercício 2016do Município de Curitiba, c ujas análises dependem da consolidação de informações, cujo escopo delimitado e novos esclarecimentos encontram-se em andamento (protocolo n.º 04-015758/2018).</p> <p>Embora o escopo delimitado esteja na condição de andamento à avaliação preliminar resulta: Recomendação Item 5.4 (3) e 6.5.1</p> |

| | | | | | | |
|------|----------|-------------------------------------|--|---|----------------|---|
| 4.17 | Novembro | IPMC | Resolução 4.604/2017 alterou a Resolução 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional (CMN) mudando alguns limites de aplicação em ativos conforme o grau de risco; a elevação do limite de algumas modalidades, como fundos multimercado; e a ampliação do leque de ativos elegíveis para aplicação dos recursos do RPPS | Análise da Resolução 4.604/2017 | Norma | Encaminhado o Ofício n.º 55/2017 para o IPMC, com retorno pelo Ofício n.º 277/2017-GAB/IPMC (prot. 04-067309/17) constando esclarecimentos acerca da Política de Investimentos do IPMC para 2018. Recebido "ciente" pela SMF2. Regular |
| 4.18 | Novembro | Departamento de Contabilidade - SMF | Acompanhamento de repasses das contribuições retidas, patronal e aportes para amortização do déficit atuarial do RPPS | Análise documental de Demonstrativos CADEPREV Avaliação evolutiva de valores | Jan a Ago 2017 | Constatadas variações relevantes de valores, com destaque para a ocorrência de queda na base de cálculo da contribuição patronal e alta nos valores a título de aporte - Envio do Ofício n.º 054/2017 (Protocolo n.º 04-064561/2017) ao Departamento de Contabilidade para informar os fatos relacionados à ocorrência tendo sido informado que as variações foram em decorrência das alterações procedidas pela Lei n.º 15.042/17, sugerindo o envio à área de RH, IPMC e entidades indiretas para certificação da base e composição de valores. Procedimentos em andamento em conjunto com o escopo do item 4.16. |



| CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB/ COMITÊ MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR | | | | | | |
|---|------------------|--|---|---|---|-----------|
| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.19 | Nov a Mar | Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal do FUNDEB e Comitê do Transporte Escolar Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão e controle no exercício de procedimentos do Conselho Municipal do FUNDEB e Comitê do Transporte Escolar. | Exame e verificação do acompanhamento, funcionamento e procedimentos do Conselho Municipal do FUNDEB e Comitê do Transporte Escolar no exercício. | Documentos conforme escopo delimitado nos Anexos, XVI e XVII da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular |

| GESTÃO E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|--|---|--|--|----------------------------------|
| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.20 | Nov a Mar | Secretaria Municipal da Saúde e Conselho Municipal da Saúde Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão e controle no exercício de procedimentos do Conselho Municipal da Saúde | Exame e verificação do acompanhamento do funcionamento e procedimentos do Conselho Municipal da Saúde, demonstrativo de origem e destinação dos recursos vinculados à saúde, relatório anual de gestão do órgão da área de saúde no exercício. | Documentos conforme escopo delimitado nos Anexos XIII e XIV da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular Recomendação Item 6.7 |
| 4.21 | Nov a Mar | Secretaria Municipal da Saúde Unidade integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão e controle no exercício relativos à Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba - FEAES | Exame e verificação do acompanhamento da composição, membros do conselho curador, regularidade das reuniões, aprovação de contas e relatório de avaliação do cumprimento de metas acordadas no exercício. | Documentos conforme escopo delimitado no Anexo XI da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular Recomendação Item 6.7 |

GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
|------|------------------|--|---|--|---|-----------|
| 4.22 | Nov a Mar | Secretaria Municipal de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Contabilidade Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão e controle no exercício das apropriações e registro contábil de gastos com pessoal | Exame e verificação do acompanhamento e resultado da apropriação contábil da despesa, limite de gasto com pessoal e publicidade do RGF no exercício. | Documentos conforme escopo delimitado no Anexo XIX da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular |

CONTABILIDADE E DÍVIDA CONSOLIDADA

| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
|------|------------------|---|--|---|--|-----------|
| 4.23 | Nov a Mar | Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Contabilidade Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão e controle no exercício das apropriações e demais registros contábeis | Exame e verificação do acompanhamento da publicidade da RREO e RGF, despesa, limites legais, dívida, gasto com educação e saúde, disponibilidades financeiras e informações para o SIM AM do exercício. | Documentos conforme delimitado no escopo do Anexo XIX da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular |

LIMITES CONSTITUCIONAIS

| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
|------|------------------|---|--|---|--|-----------|
| 4.24 | Nov a Mar | Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Educação Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão e controle no exercício da efetividade das despesas com o Ensino Fundamental e das despesas com a Saúde | Exame e verificação do acompanhamento do gasto com educação e saúde, conforme limites constitucionais no exercício. | Documentos conforme delimitado no escopo do Anexo XIX da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular |

| SISTEMAS DE INFORMAÇÕES SIM - AM | | | | | | |
|---|-------------------------|--|--|--|---|------------------|
| Nº | Período Avaliado | Setor | Ações/Pontos de Controle | Metodologia Utilizada * | % ou Amostra Avaliada | Conclusão |
| 4.25 | Nov a Mar | Secretaria de Informação e Tecnologia e todas as unidades coordenadoras e usuários que alimentam os sistemas de informações Unidades integrantes do Sistema de Controle Interno | Gestão, alimentação, coordenação e controle no exercício do sistema de gestão pública e remessa de dados para o SIM AM | Exame e verificação do acompanhamento da fidelidade dos dados (Contabilidade – Orçamentária/Financeira/Patrimonial, diário da contabilidade, arrecadação e o diário de arrecadação, tesouraria, diário de tesouraria, licitações e contratos, obras públicas, convênios e auxílios recebidos, subvenções e auxílios concedidos, lei de responsabilidade fiscal, informações anuais, bens patrimoniais em relação ao inventário no exercício. | Documentos conforme escopo delimitado no Anexo III da Portaria n.º 25/2017 – SMF. | Regular |



5 CONSIDERAÇÕES RELEVANTES E MEDIDAS RECOMENDADAS EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS CONFORME DISPOSTO NO ITEM 4

5.1 CONTROLADORIA EM FINANÇAS/SMF8 E AUDITORIA EM FINANÇAS/SMF7 – PROCEDIMENTOS DO ITEM 4.1 A 4.5

As atividades da Controladoria em Finanças no ano de 2017 foram incorporadas pelo estudo de instruções processuais que resultaram na produção de 928 análises técnicas até 30/11/2017, relativas às solicitações de alterações de valores contratuais (repactuações, reajustes, reequilíbrios, prorrogações) e na elaboração de orçamentos e análises de propostas em editais de licitação na administração direta.

No mês de dezembro de 2017, à Controladoria em Finanças foram atribuídas, até que se institua a Controladoria Geral do Município, somente as atividades relativas ao Controle Interno, segundo Decreto n.º 1.991/2017, sendo que, as atividades antes executas por esse setor passaram a ser de responsabilidade da Coordenadoria de Custos e Análise de Projetos da Secretaria Municipal de Finanças, conforme estabelecido no Decreto n.º 2.038/2017.

| EVOLUÇÃO ANUAL | | | |
|----------------|-----------|--------------------------------|-------------------|
| ANO | PROCESSOS | PARECER TÉCNICO INFORMAÇÕES | ECONOMICIDADE |
| 2011 | 1276 | 1276 | R\$ 45.691.591,72 |
| 2012 | 1058 | 1232 | R\$ 23.541.363,36 |
| 2013 | 1021 | 1134 | R\$ 28.152.910,04 |
| 2014 | 1198 | 1349 | R\$ 29.563.905,03 |
| 2015 | 1193 | 1298 | R\$ 39.015.224,61 |
| 2016 | 1324 | 1512 | R\$ 26.900.219,05 |
| 2017 | 949 | 949 | R\$ 17.982.578,49 |

No exercício de 2017 o fluxo de processos tramitados na Controladoria em Finanças SMF8 reduziu 37,23% em virtude de ser o primeiro ano da Gestão atual, quando diversos processos acabam sendo suspensos e/ou melhor analisados para sua continuidade e, conseqüentemente ocorreu a diminuição no número de análises técnicas realizadas. Entretanto, a continuidade do trabalho realizado na verificação dos cálculos de novas e alterações contratuais resultou até a data de 30 de novembro de 2017 a não evasão de recursos indevidamente na ordem do valor total de -R\$ 17.982.578,49. Portanto, análises técnicas como produto/resultado evitaram a aplicação de recursos públicos indevidos, considerando as solicitações e as efetivas concessões na geração de novas obrigações financeiras à



administração direta. O trabalho minucioso e criterioso no exame da comprovada legalidade da demonstração analítica da composição de custos, formatação de preços e cálculos em orçamentos, acréscimos, supressões, reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros demonstram a atuação da Controladoria em Finanças – SMF8 em prol do princípio estrito da economicidade e eficiência.

Como atividade técnica, os cálculos realizados pela Controladoria em Finanças – SMF8 na geração de obrigações financeiras, com critérios técnicos e legais em relação às obrigações financeiras, convergem sempre para a meta do contingenciamento das despesas de custeio e o disponibilizados nos Decretos instituídos no âmbito Municipal, os de n.º 1.099/14 e o 1.094/16.

Dentro das condições delimitadas institucionalmente e de estrutura a Controladoria em Finanças – SMF8 intensifica a concessão e disseminação pela busca por preços mais vantajosos para a administração municipal, orientando sobre medidas de aperfeiçoamento da gestão municipal, nas formalidades constantes nas instruções processuais, e com constantes alertas quanto aos riscos da gestão dentro das atividades que se propõe o Sistema de Controle Interno junto às unidades administrativas das áreas fins do executivo municipal.

Como programação adotada no ano de 2017 manteve-se a busca acordada por reajustes contratuais pelo menor índice geral quando não preestabelecido em contrato, e em representantes contratos mediante o tratamento analítico e legal na composição de custos e formatação de preços de contratos. O desempenho da Controladoria em Finanças – SMF8 no exercício, como objetivo consolidado, atendeu às diretrizes emanadas pela autoridade máxima da Secretaria Municipal de Finanças com objetivo de encontrar melhores alternativas para o controle de despesas, fato visto no estudo elaborado da Norma Técnica dos índices de reajuste que será publicada no ano de 2018.

Até o mês de novembro de 2017, a Controladoria em Finanças SMF8 manteve as suas atividades delimitadas em sua competência hierárquica definida pela legislação municipal, manteve a necessária e contínua capacitação da equipe técnica com o intuito de buscar a excelência em suas atividades.

Manteve ativa e constante a cooperação com outros setores, departamentos e órgãos da esfera municipal, em assuntos e consultorias em cálculos de valores contratuais, composição de custos e formatação de preços em orçamentos de licitação, contraditórios e controle interno.

As atividades exercidas no decorrer da gestão foram finalizadas com os seguintes destaques para o exercício de 2017:

- Elaboração do Relatório de Controle Interno, peça integrante da Prestação de Contas Exercício 2016 entregue ao TCE-PR em 28/04/2017;



- Coordenação nos procedimentos inerentes ao sistema do controle interno, elaboração e publicação da Portaria da SMF, estudos, busca de informações e elaboração de minutas de contraditórios em Prestação de Contas, orientações e recomendações no apoio geral em diversos tipos de Prestação de Contas do Município;
- Reforço, estudos e aperfeiçoamentos nos orçamentos básicos, composição de custos e formatação de preços junto às unidades requisitantes da administração direta;
- Ratificação e certificação dos relatórios resumidos da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, consolidados e apresentados pelo Departamento de Contabilidade conforme legislação vigente – SICONFI. No exercício de 2017 a Controladoria de Finanças realizou estudo para aperfeiçoar os acompanhamentos da elaboração dos relatórios exigidos;
- Acompanhamento mensal do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública, no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná conforme previsto no Decreto Municipal n.º 261/10 - SMF;
- Respostas na concessão de contraditório do Controle Interno da administração pública municipal, referente aos convênios dentro do escopo das transferências voluntárias e outros;
- Respostas em Apontamentos Preliminares de Acompanhamento no Sistema de Gestão de Acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – PROAR;
- Lançamento no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) do Relatório Circunstanciado de encerramento/finalização de convênios;
- Estudos e elaboração da reformulação da Portaria e anexos, que dispõe sobre a instrução processual e procedimentos inerentes à prestação de contas anual do Município e das respectivas entidades da Administração Indireta, com vistas às certificações do exercício financeiro de 2017.
- Estudos constantes quanto à reformulação organizacional da Controladoria em Finanças e Unidade Central de Controle Interno;
- Realização de diversas consultorias e assessorias à administração indireta sobre assuntos respectivos a sua competência, como orçamentos, aplicação de impostos sobre os faturamentos, alterações contratuais, cálculos de valores, sistema de controle interno, contraditórios, verificações/auditorias e prestações de contas de transferências voluntárias;
- Orientações, sugestões e alertas via meio eletrônico para diversas áreas, com a emissão e envio de **18** Ofícios de recomendações para o Controle Interno, **9** Ofícios referentes a demandas do TCE/PR e mais **19** outros Ofícios diversos, **totalizando 46 Ofícios** encaminhados pela Controladoria em Finanças em 2017;



- Acompanhamento no site do TCE-PR de acórdãos, resoluções, normativas e notícias de interesse da administração municipal procedendo ao encaminhamento de alertas às áreas de interesse e ou envolvidas.
- Colaboração na elaboração preliminar e ou respostas de contraditórios demandados pelo TCE-PR, e outros entes de controle externo;
- Elaboração de ofícios com orientações e solicitação de justificativas acerca dos levantamentos realizados nos diversos setores, tais como:
 - a) Acompanhamento e orientações relativos aos procedimentos e relatório de gestão do Conselho Municipal do FUNDEB;
 - b) SMMA – Solicitação de justificativas após as verificações por amostragens nas quais foram constatadas inconsistências na alimentação de dados e informações no SIT;
 - c) Escopo de 19 grandes assuntos que resultaram demandas e ou orientações de Controle Interno desenvolvidos durante o exercício de 2017 – item 4.7;
 - d) Acompanhamento de três tomadas de contas realizadas no exercício 2017;
 - e) SEPLAD - Solicitação de encaminhamento de relatório circunstanciado dos procedimentos adotados na alimentação do Mural de Licitações em virtude das dos apontamentos encontrados pelo TCE/PR na APA nº 3.443;
 - f) Outras atividades pontuais solicitadas pela SMF e SMF2.

Conclusão - Controladoria em Finanças/SMF8

A atuação da Controladoria em Finanças, no ano de 2017 nos procedimentos correspondentes à elaboração de cálculos contratuais para todas as áreas do executivo municipal, foi mantida durante quase todo exercício. Os apontamentos constantes no relatório de controle interno do exercício 2016 foram objeto de estudos, decisões e apropriações no corrente ano, o que culminou a revisão de normas internas, em especial a alteração e instituição de Decretos no Município, os de n.º 1.908/17, 1.991/2017, 1.992/2017 e 2.038/2017.

Na segregação de funções ficou definida para a Coordenadoria de Custos e Análise de Projetos - SMF22, como estrutura designada, o apoio nos cálculos em contratos do executivo Municipal – Decreto n.º 1.908/17 e a correspondente atividade no trâmite de contratos previstos no Decreto n.º 2.038/17.

As alterações e instituições legais, definiram de modo transitório que a Controladoria em Finanças - SMF8, como unidade orgânica da Secretaria Municipal de Finanças fica especificamente incumbida como responsável pelo Controle Interno, com escopo delimitado de



atuação, o qual foi regulamentado, conforme estrutura e nível organizacional disponibilizado no Decreto Municipal n.º 1.991/2017.

Complementarmente, foi instituído o Decreto Municipal n.º 1.992/17 com a criação da comissão para o Projeto da Implantação da Controladoria Geral do Município de Curitiba, e no exercício corrente foi realizada a primeira reunião, abrindo a execução de procedimentos para o exercício de 2018 com a definição de importantes etapas, como o aprofundamento, redação e aprovação do projeto de lei específico para o Sistema de Controle Interno e o estabelecimento de cronograma de implantação da Controladoria Geral do Município de Curitiba - CGMC.

Item: 5.1 - Controladoria em Finanças – SMF8

AValiação: Regular com Recomendação

Recomendação:

Quanto à segregação de funções – atividades inerentes aos cálculos de valores em contratos: considerando as funções que abrangem atualmente a Coordenadoria de Custos e Análise de Projetos - SMF22 e o trabalho realizado de anos pela SMF8, conforme foi decidido e previsto nas novas normas internas, em especial, deve ficar registrado o alerta ao possível risco do resultado nos cálculos e indicação de valores corretos em novas e alterações contratuais. Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Finanças mediante a Coordenadoria de Custos e Análise de Projetos - SMF22 promova apoio, capacitação, instituição de normas, publicação de manuais didáticos e instaure procedimentos de verificação constantes no acompanhamento em razão de novos procedimentos operacionais implantados.

Quanto à segregação de funções – atividades inerentes ao Controle Interno: ampliar na medida do possível subsídios de recursos humanos e materiais em apoio à Comissão para o Projeto de Implantação da Controladoria Geral do Município de Curitiba – CGMC, com objetivo de atender o previsto no cronograma inicial para o exercício de 2018.

5.2 UNIDADE CENTRAL DO CONTROLE INTERNO/SMF8 – PROCEDIMENTOS DO ITEM 4.6

A 4.9

A Secretaria Municipal de Finanças, como unidade de controle interno, embora tenha aguardado decisões internas quanto à alteração de sua estrutura e segregação de funções procedidas durante o exercício, realizou inúmeros procedimentos pontuais de controle e acompanhamento interno, inclusive de alguns itens originários nos procedimentos detectados no exercício de 2016. Em especial, em 19 assuntos relevantes de atividades realizadas:

- Prestação de Contas FUNDEB;



- Procedimentos e medidas internas quanto à sanção aplicada a pessoa física/jurídica relativa proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;
- Acompanhamento na alimentação do Sistema Integrado de Transferências Voluntárias – SIT/TCE-PR;
- Cumprimento de metas acordadas da atuação da FEAES;
- Agenda de Obrigações - Publicação bimestral do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência;
- Conselho Municipal de Saúde ;
- Avaliação de Gestão da Meta Física PPA;
- Regime Próprio de Previdência Social - Repasses das contribuições retidas e patronal;
- Resumo das recomendações do Controle Interno em anos anteriores;
- Novo sistema de Controle Interno do Município de Curitiba;
- Estudo de Índices de Reajustes para aplicação nos contratos do Município de Curitiba;
- Procedimentos, verificações e orientações a partir das demandas abertas pelo TCE/PR - via Sistema SGA do TCE/PR - Apontamento Preliminar de Acompanhamento (APA) ou Canal de Comunicação (CACO);
- Mural de Licitações;
- Acompanhamento da demanda e providências quanto o apontamento do TCE/PR sobre a Concorrência Pública Nacional/Edital n.º.004/2017 - SMMA (Lixo);
- Encaminhamentos quanto o Acórdão TCE/PR n.º 3.075/2017;
- Encaminhamento de Ofício Circular com orientações relativas à PCA/2017;
- Encaminhamento de Ofício Nº 50/2017 com orientações contidas no Acórdão n.º 1.654/2017;
- Atualização legal do Comitê de Transporte Escolar;
- Gestão de TI;
- Verificação dos itens a serem abordados no Relatório do Controle Interno, com os devidos encaminhamentos por ofício com a solicitação de informações, acerca dos procedimentos e controles internos estabelecidos pelas áreas.
- Elaboração, envio para ratificação da SMF e publicação da Portaria n.º 25/2017 – instituição dos procedimentos e encaminhamento de informações pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, inerentes à Prestação de Contas do Executivo Municipal, com vistas às certificações do Exercício Financeiro de 2017.



5.2.1 Procedimentos de controle interno da Portaria nº 25/2017

Quanto à verificação das informações apresentadas, constam diversos itens de avaliações realizadas, além dos procedimentos instituídos para o cumprimento de itens que serão objeto de análise e manifestação na sequência, conforme item 6 exigido na IN n.º 140/2018 do TCE-PR.

Foram objeto de avaliações exigidas na portaria instituída para o exercício de 2017, os seguintes assuntos das unidades administrativas do sistema de controle interno:

ANEXO I –EXECUÇÃO DAS AÇÕES POR PROGRAMAS PREVISTOS NO PPA;

ANEXO IA –EFICÁCIA NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES POR PROGRAMAS PREVISTOS NO PPA – INDICADORES;

ANEXO II – RELAÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES E DEMAIS PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIAS EXTERNAS;

ANEXO III - DECLARAÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL E FIDELIDADE DOS DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS;

ANEXO IV– RELAÇÃO DE CONTRATOS VIGENTES – consta solicitação de relatório circunstanciado da gestão;

ANEXO V - INSTITUIÇÃO E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS - consta solicitação de relatório circunstanciado da gestão;

ANEXO VI - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - consta solicitação de relatório circunstanciado da gestão;

ANEXO VII – CONTROLE DAS CONTAS BANCÁRIAS - consta solicitação de relatório circunstanciado da gestão;

ANEXO VIII - CONVÊNIOS RECEBIDOS - consta solicitação de relatório circunstanciado da gestão;

ANEXO IX – TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS, CONTRATOS DE GESTÃO, PARCERIAS VOLUNTÁRIAS OU OUTROS - consta solicitação de relatório circunstanciado da gestão;

ANEXO X - RELAÇÃO DOS CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - consta solicitação de relatório circunstanciado da gestão;

ANEXO XI - COMPOSIÇÃO DA FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DE CURITIBA - FEAES - consta solicitação de relatório circunstanciado da gestão;



ANEXO XII - RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DO ÓRGÃO EXECUTOR DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – acompanha a entrega do relatório de gestão anual deliberado pelo conselho;

ANEXO XIII - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE – solicitação do envio das atas e manifestação quanto aos itens relevantes abordados pelo conselho no exercício;

ANEXO XIV - PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - conforme legislação da saúde e controle externo;

ANEXO XV – AVALIAÇÃO DA GESTÃO - EXERCÍCIO 2017 – para todas as áreas de governo;

ANEXO XVI – PARECER DA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO FUNDEB;

ANEXO XVII – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB;

ANEXO XVIII – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS;

ANEXO XIX – CONTABILIDADE

ANEXO XX – COMPOSIÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR - SME

Ainda dentro da gestão fiscal foram solicitados vários dados, informações e relatórios circunstanciados para contemplar os requisitos de avaliação do controle interno.

Para o exercício de 2017 foram destaques, além dos assuntos que serão sintetizados e comentados no item 6:

Quanto ao Anexo II da Portaria n.º 25/2017, em relação às Não Conformidades e demais procedimentos de exames/fiscalização internos relatados pelas unidades centrais do sistema administrativo **do executivo municipal** constata-se que 55% apresentaram com ratificação no atendimento e cumprimento contido no Anexo II. Sendo que das apresentações 60% afirmaram não ter havido não conformidades identificadas no exercício. Do total 40% informaram o mapeamento de não conformidades identificadas no emprego de procedimentos de controle interno e encaminhamentos de medidas. Verifica-se que as não conformidades relatadas nos procedimentos de acompanhamento do controle interno primário e as medidas em andamento, tratam na sua maioria de modo pontual na verificação do andamento das licitações e necessárias contratações.

O Departamento de Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças, no corrente ano, estabeleceu vários mapeamentos e avaliações de riscos importantes, em procedimentos de controle interno de sua área de atuação e escopo delimitado, objetivando melhorias, as quais merecem destaque:



Procedimentos de Controle Interno e Acompanhamento da Secretaria Municipal de Finanças – Departamento de Orçamento

Procedimento 1: CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS/SUPLEMENTARES

Não Conformidade: Dificuldades encontradas quanto à falta de informações e de documentos necessários para a elaboração de projeto de lei ou decreto.

Período analisado: 2017

Medidas adotadas: Foram realizadas reuniões, repasse de informações, normatização de alguns processos e procedimentos necessários ao andamento do trabalho com os usuários e internamente, coordenados pelo departamento, buscando maior agilidade e eficiência no processo, ressaltando a importância da correta informação. Está em implantação uma nova ferramenta no módulo SGP – Execução Financeira para levantar as informações de cada processo, com objetivo de aperfeiçoamentos de informações.

Unidade Responsável: FOR

Resultado/Avaliação/Acompanhamento: É necessário um trabalho permanente de informação e conscientização com os envolvidos nas atividades orçamentárias dos NAF's e DAF's. Foram realizados treinamentos com os NAF's e DAF's, porém é necessário contínuo acompanhamento e alimentação da informação para que a informação fique atualizada.

Procedimento 2: ELABORAÇÃO DE PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS

Não Conformidade: Dificuldades em obter informações para compor alguns quadros de riscos e metas fiscais.

Período analisado: 2017

Medidas adotadas: Em reunião de apresentação da Instrução Normativa da elaboração das peças foi enfatizado a necessidade de algumas informações, como Margem Expansão da despesa de caráter continuado, o levantamento de riscos fiscais e renúncias fiscais. Em 2017 foram aprimorados os modelos de quadros a serem encaminhados para cada órgão, solicitando as informações e o devido preenchimento.

Unidade Responsável: FOR

Resultado/Avaliação/Acompanhamento: Foram implantados os modelos de quadros solicitando informações para composição e cálculos dos anexos de Metas e Riscos Fiscais na LDO e LOA. É necessário acompanhamento contínuo dessas informações pelos órgãos/departamentos competentes para obtenção dessas informações.



Procedimento 3: SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA – MÓDULO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não Conformidade: Dificuldades em atualizar e melhorar o Sistema de Gestão Pública, adequando a necessidade das informações que o usuário e o departamento necessitam para a prestação de informações em tempo hábil. Falta de maior retorno da prestadora no período de análise de impacto em telas, relatórios e banco de dados ocasionando solicitações de correções logo após a liberação da melhoria. Falhas em telas e relatórios em momentos críticos em que as informações são mais solicitadas. Relatório dinâmico sem base de dados atualizados de modo automático diariamente, revisões manuais constantes resultando dificuldades na morosidade e precisão das informações da execução de receitas e despesas em certos momentos, principalmente em momentos críticos e convergentes ao grande volume de demandas.

Período analisado: 2017

Medidas adotadas: Foram informados da necessidade diversas vezes através de e-mail's e no canal de comunicação específico do ICI a necessidade das liberações de melhorias. Foi solicitado mais reuniões entre quem solicita melhorias e os analistas responsáveis pelo sistema para que sejam previstos ao máximo os impactos gerados pelas melhorias. Elaborado relatório de pendências a fim de priorizar as mais urgentes, com o objetivo de exigir mais agilidade nas execuções das melhorias. Foi solicitada uma maior priorização em relação aos itens atrasados e na correção de relatórios essenciais. Acompanhamento diário dos saldos atualizados bem como é solicitado um maior controle na consolidação nas regras de consolidação dos dados.

Unidade Responsável: FOR

Resultado/Avaliação/Acompanhamento: As pendências estão sendo constantemente solicitadas pelo departamento, mas ainda não foram todas efetivadas. As melhorias solicitadas só são iniciadas após serem dirimidas todas as dúvidas em relação ao impacto que possa causar na base de dados. O relatório de pendências é constantemente enviado para o ICI a fim de alertar sobre as pendências atrasadas. Priorizadas as pendências mais significativas para o controle gerencial e atendimento da legislação.

Quanto aos Procedimentos de Exame/Fiscalização Interna constituídos

Procedimento 1: Exame -Implementação

Documento e autoridade de comando: Execução/Diretor de orçamento

Unidade de Verificação: FOR/SMF/IPMC

Achados: Dificuldade na informação consolidada e com histórico de exercícios anteriores.



Medidas adotadas: Implementação de controles e campos em relatórios dinâmicos.

Resultados/Avaliação/Acompanhamento: Obtenção mais rápida, eficaz e consolidada de informação, o que permite maior controle na execução orçamentária e acompanhamento das fontes de recursos.

Procedimento 2: Exame - Implementação

Documento e autoridade de comando: FOR/FC/Supervisão de NAF/ Diretorias Administrativo-Financeiras

Unidade de Verificação: NAF/ DAF

Achados: Verificou-se falhas e retrabalhos manuais nos acompanhamentos e controles de dotações orçamentárias, identificação de sistemas de acompanhamentos paralelos diversos.

Medidas adotadas: Implementação em conjunto com outros departamentos da SMF, de um módulo para facilitar o uso do sistema/ ferramenta que permite o aperfeiçoamento no planejamento e o controle por contratos/ fornecedores/ fontes já contratados e a contratar, com análises prévias de interesse de contratação e ampliação, propiciando maior celeridade na identificação da falta ou sobra na dotação orçamentária, colaborando na tomada de decisão dos ordenadores de despesas e na gestão fiscal .

Resultados/Avaliação/Acompanhamento: Pretende-se com a implantação e contínuo aperfeiçoamento evitar que sejam destinados dotações orçamentárias sem o recurso, e ainda, auxiliar os gestores para tomada de decisões em tempo prévio, concomitante e corretivo, evitando-se e impedindo o resultado orçamentário-financeiro deficitário.

O Departamento de Orçamento ainda relatou, diagnóstico e estudos relativos a alteração do procedimento até então vigente da modalidade utilizada via interferência financeira para a inclusão legal nos instrumentos orçamentários referente aos aportes da previdência, o que culminou em providências e alterações legais, e a previsão correspondente em todo aparato legal das peças orçamentárias, que foram adequadas para a vigência do PPA 2018-2021.

A Secretaria Municipal de Obras relatou na alimentação do Anexo II extenso acompanhamento de licitações e obras, dentro do escopo e procedimentos de controle interno no exercício identifica inconsistências e medidas aos riscos incorridos em relação a liberação do licenciamento ambiental de obras junto aos órgãos competentes, destacam várias medidas empreendidas correspondentes no exercício. Observa-se ainda, a identificação de problemas em obras em razão da liberação e decisões de órgãos externos, como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal e Transpreto.



Para mesma secretaria, ainda se destaca dentre diversos procedimentos de controle interno e acompanhamento relatados, a seguinte ocorrência e medidas providenciadas:

Procedimento 6: Contrato n.º 21.400. Foi realizada rescisão contratual

Não Conformidade: Inexecução parcial do contrato.

Período analisado: 2017

Medidas adotadas: Penalização com multas.

Unidade Responsável: SMOP-OPE – Eng. Rodrigo Antonio de Almeida

Resultado/Avaliação/Acompanhamento: Empresa penalizada. Contrato rescindido. Obra foi recontratada (contrato n.º 22.810), conforme Ordem de Serviço n.º 2.747/2017-SMOP.

O departamento de Controle Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças, para efeitos dos procedimentos da Portaria destacou sua avaliação de riscos, controle interno e medidas nos seguintes itens:

- Arrecadação de Tributos Municipais- Serviço de Controle e Arrecadação;
- Movimentação Bancária Diária
- Conciliação Bancária
- Programação de Pagamentos
- Melhorias Técnicas realizadas nas Divisões:
- Fluxo de Caixa
- Controle de Fontes
- Auditoria e procedimentos de bloqueios no sistema de pagamentos.

A unidade orgânica integrante da Secretaria Municipal de Finanças, o setor de convênios – SMF11, apresenta requisitos para efeitos da solicitação constante na Portaria n.º 25/2017-SMF, com apresentação do Relatório de Gestão e procedimentos de Controle Interno, dos seguintes assuntos:

- Transferências Concedidas;
- Transferências Recebidas.

A Secretaria Municipal de Recursos Humanos – SMRH entregou a documentação solicitada, conforme Portaria n.º 25/2017-SMF, com as seguintes abordagens de controle interno da gestão de Recursos Humanos:

- Total de agentes públicos em provimento efetivo: 31.964;
- Total de agentes públicos comissionados: 532, sendo 449 com ocupação provisória e 83 ocupação permanente (carreira);



- Quantidade de cargos comissionados e funções gratificadas, por área de governo totalizando 4.478;
- Custo total dos cargos comissionados e funções gratificadas: R\$ 144.398.915,80 – sem o valor dos encargos;
- Foi abordado ainda a Gestão e Controle de:
 - Ficha financeira dos servidores
 - Declarações e formulários na investidura de cargos comissionados e de carreira;
 - Folha de pagamento x empenhos;
 - Pagamento da folha – relatório mês/ano;
 - Controle da contribuição previdenciária
 - Aporte e transferência de recursos em função do RPPS;
 - Controle de frequência;
 - Código de ética e conduta pessoal;
 - Transparência pública.

Embora a área não tenha evidenciado, nos procedimentos de controle interno solicitados na Portaria n.º 25/2017 constata-se por intermédio de algumas verificações realizadas no exercício de 2017 pela SMF8 na busca de dados previdenciários a falta da instituição da matriz de responsabilidades quanto ao acompanhamento analítico dos recolhimentos previdenciários no conjunto do Município, sendo que os procedimentos ainda estão bastante seccionados, dificultando o acompanhamento e o controle dos mesmos com maior celeridade.

Conclusão- Unidade Central do Controle Interno/SMF8

Foram abordados vários assuntos, sistematizados e conforme informações preenchidas nos anexos da Portaria n.º 25/2017 – SMF, os quais se tornam base, inclusive, para procedimentos de controle interno futuros.

Na avaliação do Controle Interno para todas as áreas de governo no executivo municipal, ressalta-se a inobservância quanto ao cumprimento de prazos da Portaria n.º 25/2017, a qual institui requisitos importantes para a certificação da prestação de contas anual. Avalia-se ainda em estágio embrionário o emprego e a cultura quanto ao mapeamento, procedimentos e sistematização voltados ao controle interno na descentralização e áreas fins, considerando a alimentação e informações apresentados no corrente exercício, em especial quanto ao evidenciado no preenchimento do Anexo II.

Tal condição é resultado, em parte, da não condizente estrutura, posicionamento hierárquico, descentralização de procedimentos sistematizados e normativas que devem ser



coordenadas pela Unidade Central de Controle Interno. No exercício em questão ocorreram discussões internas e alteração de algumas normas, todavia, não foi suprido integralmente o aperfeiçoamento necessário, que diante das condições o sistema de controle interno no Município encontra-se em reformulação, com marcos importantes para a realização no próximo exercício.

5.2.1 Portaria n.º 25/2017

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendações

Recomendação 1: Conforme avaliação procedida em conjunto com o Departamento de Controle Financeiro fica recomendada a necessária retomada urgente de melhorias no Sistema de Gestão Pública – SGP, quanto aos relatórios de fluxo de caixa, gerenciamento dos recursos financeiro, aperfeiçoamento e atualização de normas internas de procedimentos, segundo o acordado com a SMF2.

Recomendação 2: O relatório e procedimentos de controle evidenciam a necessidade de aprimoramentos em quesitos relativos à estrutura e sistema e à atualização de normas internas, sendo que fica recomendado diagnóstico e investimentos necessários à unidade que procede a análise da prestação de contas de recursos recebidos e concedidos, o Setor de Convênios - SMF11.

Recomendação 3: Estabelecimento urgente da matriz de responsabilidades, indicação de uma unidade integrante da SMRH, com melhorias nos sistemas para acompanhamento e controle de dados e informações da RPPS no conjunto de todas as entidades do Município de Curitiba.

Recomendação 4: Plano de Controle Interno aprovado pela autoridade da SMF para o exercício de 2018, com delimitações, com a previsão da aplicação de questionário no início do ano para o diagnóstico e mapeamento do ambiente de controle interno nas diversas áreas de governo do executivo, com o objetivo de subsidiar o início de procedimentos que serão instituídos e aplicados na alteração da estrutura da unidade de controle interno em andamento – Controladoria Geral do Município de Curitiba.

Recomendação 5: ampliar a cultura para o aperfeiçoamento de procedimentos sistematizados de controle interno em todas as unidades do sistema administrativo do Município.

5.2.2 Agenda de Obrigações - Procedimentos referente ao item 4.9

Conforme acompanhamento realizado acerca da AGENDA DE OBRIGAÇÕES, constata-se que durante o exercício, dos 91 itens de cumprimento do Município estabelecidos pela referida, 75,82% foram atendidos tempestivamente, segundo prazos estipulados pela Instrução



Normativa do TCE-PR, sendo que dos 24,18% não cumpridos, 7,69% foram entregues em datas bem próximas ao exigido, mormente os relativos à Declaração da Publicidade do RGF na página do TCE/PR.

Excetuando o atraso represado da remessa de dados e informações ao SIM AM, o qual será abordado no item 6, observa-se que ocorreram dificuldades, no início do ano quanto ao Fechamento do Sistema de Informações Municipais - Atos de Pessoal (SIM-AM), justificadas pela área em razão da mudança de estruturas internas, considerando a nova gestão que assumiu no início do exercício.

Outro item de atraso, embora constem vários alertas emitidos pelo Controle Interno de modo recorrente, refere-se à Publicação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência.

O controle interno reiterando orientações anteriores, em razão de novas estruturas com o início da atual gestão emitiu o Ofício n.º 052/2017-SMF8 (Protocolo n.º 04-060.199/2017) solicitando medidas para o cumprimento dos prazos da agenda de obrigação. A FAS retornou a demanda via Ofício n.º 145/2017 – FASDF, ratificada pelo representante do Controle Interno da entidade esclarecendo que no ano de 2017 ocorreram providências por intermédio da coordenação da SGM no sentido de formar uma Comissão de Monitoramento das peças orçamentárias e a aplicação dos recursos destinados à Criança e da Adolescência, com representantes da FAS, IMAP, SME, SMS, SMF, FCC, SMELJ, SMDS, SMAB e SGM. No mesmo, foi enfatizado que no corrente ano ocorreu a mobilização para melhorias e aperfeiçoamentos necessários, uma vez que o assunto envolve uma rede extensa de ações de governo distribuídas em diversas áreas de governo, com o estabelecimento de metas a serem cumpridas por secretarias do executivo, assim como do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMCA vinculado à FAS.

Conclusão - Agenda de Obrigações

Um dos itens que resultou na queda do desempenho no cumprimento da Agenda de Obrigações no exercício de 2017 foi a remessa de dados e informações ao SIM AM – cuja representação desse item realizado intempestivamente foi de 9,89%, que ocorreu em virtude do atraso represado em seu encaminhamento, e, em razão da mudança de estruturas internas, considerando a nova gestão que assumiu no início do exercício - entretanto, já no segundo semestre ocorreu sua normalização, tendo sido atendido dentro do prazo estabelecido.



Embora o item relativo ao Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência trate exclusivamente de formalidades, releva-se o fato que foi confirmado pelo Controle Interno que são realizados diversos acompanhamentos, com tratamento bastante complexo em razão da intersectorialidade das ações da extensa rede de diversas áreas de governo que atuam em prol da questão. Fatos, que se obtém dados, informações e deliberações de instâncias legais correspondentes quanto à aplicação de recursos e resultados obtidos, os quais são destinados aos Direitos da Criança e da Adolescência (Relatório OCA). Contempla ainda, a questão que se consolida nos instrumentos orçamentários de planejamento de modo destacado, anexo próprio e exclusivo com a previsão de ações que são vertidas à questão.

5.2.2 - Agenda de Obrigações

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Recomendação: O Controle Interno irá proceder alertas no acompanhamento do cumprimento dos prazos, de modo concomitante a todas as áreas envolvidas para os próximos exercícios.

Quanto ao Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, considerando a resposta recente da área de coordenação, o assunto será objeto da manutenção no acompanhamento do Controle Interno quanto aos procedimentos e aperfeiçoamentos que serão implantados no exercício de 2018, conforme consta no Ofício Resposta n.º 145/17 – FASDF.

6. SÍNTESE DE AVALIAÇÃO – IN N.º 140/2018/TCE-PR

| PROCEDIMENTOS REALIZADOS | % LIMITES CONSTITUCIONAIS | AVALIAÇÃO |
|--|----------------------------------|------------------|
| 6.1 Planos e Políticas de Governo | | |
| 6.1.1 Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual | | Regular |
| 6.1.2 Eficácia da aplicação das políticas de governo | | Regular |
| 6.1.3 Estimativas da receita em bases conservadoras | | Regular |
| 6.2 Adequação da LOA ao PPA e à LDO | | |
| 6.2.1 Diretrizes contidas na LDO | | Regular |
| 6.2.2 Ações e programas do PPA previstos para o período | | Regular |
| 6.3 Execução Orçamentária | | |
| 6.3.1 Realização da Receita e renúncia fiscal | | Regular |
| 6.3.2 Medidas para cobrança da Dívida Ativa | | Regular |
| 6.3.3 Programação financeira e congelamento de dotações | | Regular |
| 6.4 Alterações Orçamentárias | | |

| | | |
|--|----------------|---------|
| 6.4.1 Créditos Suplementares | | Regular |
| 6.4.2 Créditos Especiais | | Regular |
| 6.4.3 Créditos Extraordinários | | Regular |
| 6.5 Regimes Próprios de Previdência Social | | |
| 6.5.1 Repasses das contribuições retidas e patronal, bem como dos aportes para amortização do déficit em conformidade com o cálculo atuarial | | Regular |
| 6.5.2 Pagamento dos parcelamentos das dívidas com a previdência própria | | Regular |
| 6.6 Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB | | |
| 6.6.1 Ato de nomeação dos membros (Decreto Municipal nº. 688/2017, 499/2017 e 1712/2017) | | Regular |
| 6.6.2 Composição (Número de membros e representação) | | Regular |
| 6.6.3 Funcionamento – regularidade das reuniões | | Regular |
| 6.6.4 Qualidade das Informações prestadas | | Regular |
| 6.6.5 Parecer do Conselho sobre as contas de 2017 | | Regular |
| 6.6.6 Parecer do Conselho em relação à remuneração do magistério – aplicação de no mínimo 60% das receitas do FUNDEB no exercício de 2017 | 90,29% | Regular |
| 6.6.7 Parecer do Conselho em relação à aplicação, no exercício de 2017, de, no mínimo, 95% dos recursos do FUNDEB | 99,96% | Regular |
| 6.7 Conselho Municipal de Saúde | | |
| 6.7.1 Ato de nomeação dos membros (informar o tipo e número Decreto Municipal nº. 95/2016 | | Regular |
| 6.7.2 Composição (Número de membros e representação) | | Regular |
| 6.7.3 Funcionamento – regularidade das reuniões | | Regular |
| 6.7.4 Qualidade das Informações prestadas | | Regular |
| 6.7.5 Parecer do Conselho sobre as contas de 2016 | | Regular |
| 6.8 Comitê Municipal do Transporte Escolar | | |
| 6.8.1 Lei de criação (indicar número) | | Regular |
| 6.8.2 Ato de nomeação dos membros (indicar número) | | Regular |
| 6.8.3 Parecer do Comitê em relação às competências descritas no art. 17 da Resolução nº 777/2013 – GS/SEED | | Regular |
| 6.9 Gastos com Pessoal do Poder Executivo | | |
| 6.9.1 Apropriação contábil da Despesa | | Regular |
| 6.9.2 Limite de Gastos | 46,51 % | Regular |
| 6.10 Dívida Consolidada | | |
| 6.10.1 Apropriação contábil da Dívida | | Regular |
| 6.10.2 Limite da Dívida Consolidada | 2,49 % | Regular |
| 6.11 Limites Constitucionais | | |



| | | |
|---|----------------|---------|
| 6.11.1 Índice das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 27,83 % | Regular |
| 6.11.2 Índice das despesas com serviços públicos de saúde | 22,01 % | Regular |
| 6.12 Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas | | |
| 6.12.1 Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) | | Regular |

Recomendações: itens 6.1.3, 6.3.2, 6.5.1, 6.7 e 6.12

7. CONSIDERAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO ITEM 6 DO RELATÓRIO

6.1 PLANOS E POLÍTICAS DE GOVERNO - PROCEDIMENTOS DOS ITENS 4.10 A 4.12

6.1.1 Cumprimento de Metas contidas no Plano Plurianual 2014-2017

Conforme estabelece o Anexo I da Lei n.º 14.371/2013 e suas complementações, o Plano Plurianual – PPA do município de Curitiba, no quadriênio 2014/2017, prescreveu orientação de ações e iniciativas do poder público municipal para o período. Seu sentido estratégico, na escala de hierarquias do planejamento traça objetivos, metas físicas e financeiras e produtos de longo e médio prazo estabelecidos na estrutura de programas de governo, como elemento de interligação entre os planos de governo e o orçamento, com o objetivo na realização que se propôs frente de previsão de recursos. A elaboração do orçamento é coordenada pelo poder executivo. O seu desempenho é desencadeado por meio da delegação da atuação e realização por áreas de governo distribuídas nas diversas secretarias municipais e demais entidades que compõe o Município de Curitiba.

O planejamento orçamentário fixa a previsão de recursos das necessidades contínuas e investimentos de capital, aliando avanços e aperfeiçoamentos voltados ao atendimento em prol dos cidadãos da cidade de Curitiba, disposta pelo executivo e aprovada pelo legislativo municipal.

O plano de governo do Município de Curitiba possui uma atuação intersetorial conectada em diversas áreas de governo, envolvendo o conjunto de órgãos da administração direta e indireta de modo estratégico em atuações conjuntas desenvolvidas em sua função e subfunção para o atendimento dos serviços públicos ao cidadão. O estabelecimento dos programas necessários e requeridos pela população consolida a estrutura do Plano Plurianual, esquematizado com a indicação dos órgãos de coordenação e execução orçamentária, com desmembramentos e vinculações de ações com suas classificações orçamentárias regidas dentro do arcabouço legal.



A avaliação da gestão, referente às metas contidas no Plano Plurianual para o exercício de 2017 é gerada conforme procedimentos de acompanhamentos institucionais no sistema de controle interno do município. Enquadra-se na verificação do conjunto de competências específicas vinculadas em diversas instâncias na rede de atuação nas áreas de governo, formatadas e demonstradas em unidades orçamentárias que integram as prioridades contidas nos instrumentos de planejamento do município, consolidando-se o escopo dos instrumentos de planejamento orçamentário. Todo escopo acompanha a avaliação da execução de ações, mediante a aplicação dos recursos garantidos e autorizados, com equilíbrio fiscal e o alcance demonstrado na prestação contábil das contas municipais e na atuação interligada dos controles interno e externo.

O relatório da Execução das Ações por Programas Previstos no PPA – Plano Plurianual da administração direta, escopo do planejamento de governo que integra o relatório em questão, resultado demonstrativo final da sistematização dos dados e informações de Controle Interno, que subsidiam informações para a remessa tempestivamente ao SIM AM – TCE/PR.

Considerando as adequações necessárias para o exercício de 2017, o planejamento orçamentário legal envolveu a execução orçamentário-financeira, do executivo municipal estruturada nos seguintes órgãos:

| ÓRGÃO | SECRETARIAS |
|--------------|--|
| 02 | Governo Municipal |
| 03 | Procuradoria Geral do Município |
| 04 | Secretaria Municipal da Comunicação Social |
| 06 | Secretaria Municipal de Recursos Humanos |
| 07 | Secretaria Municipal de Finanças |
| 08 | Secretaria Municipal do Abastecimento |
| 09 | Secretaria Municipal de Educação |
| 10 | Secretaria Municipal do Meio Ambiente |
| 11 | Secretaria Municipal de Obras Públicas |
| 12 | Secretaria Municipal de Urbanismo |
| 13 | Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude |
| 14 | Secretaria Municipal de Defesa Social |
| 15 | Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos |
| 16 | Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego |
| 19 | Secretaria Municipal de Trânsito |
| 21 | Secretaria Municipal Administração |
| 22 | Secretaria de Informação e Tecnologia |

A análise das metas físicas/financeiras estipuladas no total do planejamento para o ano de 2017, correspondentes ao executivo, conforme avaliação da gestão – prestação de contas, resulta, considerando todas as ações distribuídas nas diversas secretarias, no desempenho de **77,69%** das metas financeiras realizadas em relação às fixadas no PPA, e de 76,23% em relação às ações atualizadas no decorrer do exercício. Do total de ações realizadas, 3,12% tiveram execuções e correspondências na apropriação da conta de restos a pagar, sendo que, do total de restos a pagar liquidados no exercício, 57,62% foram realizadas na SMOP e 19,94% na SMMA.

Do total das ações destinadas às 17 Secretarias, observa-se retrações de metas financeiras orçamentárias atualizadas em relação às metas fixadas: **PGM, SMRH, SMF, SME, SMU, SMAM e SETRAN**. Denota-se o conjunto de **41%** do total de secretarias no esforço pelo controle orçamentário-financeiro, mantido pela diretriz da gestão ao equilíbrio financeiro.

Ocorreram incrementos no restante do conjunto das secretarias em **59%** do total de ações, que foram atualizadas sendo contempladas as seguintes áreas de governo: **SGM, SMCS, SMAB, SMMA, SMOP, SMELJ, SMDS, SMTE, SEPLAD e SIT**.

As referidas ações incluídas no planejamento orçamentário para o desenvolvimento da atuação municipal que não alcançaram as metas financeiras previstas inicialmente foram justificadas pelo controle primário que compõe o executivo municipal durante a avaliação de gestão, conforme segue:

| JUSTIFICATIVAS | | |
|---|----|-----|
| Adequação Orçamentária | 38 | 23% |
| Alteração de Projeto | 18 | 11% |
| Atraso no Encaminhamento do Projeto | 2 | 1% |
| Atraso em Obras | 3 | 2% |
| Problemas nos Processos Licitatórios | 2 | 1% |
| Licitação em andamento | 7 | 4% |
| Pagto de Reajustes/Reequilíbrio | 4 | 2% |
| Obra em execução | 3 | 2% |
| Eficiência | 0 | 0% |
| Licitação Deserta | 2 | 1% |
| Contingência de Recursos | 23 | 14% |
| Abertura de Crédito Adicional Especial para Proced. Licitatório | 7 | 4% |
| Empenhado / Não Liquidado | 19 | 12% |
| Em Trâmite com a Caixa | 12 | 7% |
| Outros | 16 | 10% |
| Aguardando liberacao de recurso federal | 9 | 5% |

Fonte: Relatório de Execução das Ações por Programas Previstos no PPA



Observa-se que, segundo os procedimentos estabelecidos na Portaria n.º 25/2017-SMF, **22,31%** da gestão, em relação às metas físicas/financeiras no exercício de 2017, não alcançou o desempenho esperado conforme Relatório da Execução das Ações por Programa previstas no PPA.

No resultado apropriado evidencia-se, na identificação das justificativas, em primeiro lugar, a medida de adequação orçamentária, sendo que houve esforço em prol do contingenciamento necessário mediante comportamento da receita pública municipal. Embora, o maior número de justificativas aponte para a adequação orçamentária, também se observa que aliado ao segundo lugar, o da contingência de recursos e ao terceiro lugar, as liquidações em trâmites, esses formam o conjunto de esforços para os ajustes e adequação da programação orçamentário-financeiras no exercício de 2017.

6.1.1 Cumprimento de Metas contidas no Plano Plurianual 2014-2017

AVALIAÇÃO: Regular

Dentro do escopo delimitado da Portaria n.º 25/2017 e demais procedimentos do exercício a avaliação é pela regularidade.

6.1.2 Eficácia da aplicação das políticas de governo

Considerações: O PPA vigente 2014 a 2017 está estruturado em quatro dimensões estratégicas: Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e Ambiental e Governança Participativa. Estas dimensões estão compostas por 12 Programas de Governo, Programa Legislativo Municipal, Programa Operações Especiais e Reserva de Contingência.

Dimensões Estratégicas - Resultados Esperados

Desenvolvimento Social: Garantir o acesso aos direitos, visando à redução das desigualdades sociais, culturais, econômicas e territoriais e contribuir com o desenvolvimento humano que eleve a qualidade de vida, na direção de novos patamares de civilidade.

Desenvolvimento Econômico: Fortalecer a imagem da cidade como ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e ampliar parcerias estratégicas para fins de desenvolvimento econômico do Município.



CURITIBA

Desenvolvimento Urbano e Ambiental: Garantir mobilidade urbana e metropolitana de qualidade na cidade priorizando o transporte coletivo, melhorar a qualidade do espaço urbano com um planejamento unificado e articulado com a Metrópole e promover o desenvolvimento sustentável, incentivando a inclusão social associada à manutenção do meio ambiente equilibrado.

Governança Participativa: Ampliar e estimular a participação da sociedade nos diversos canais de comunicação pública municipal, aperfeiçoar os instrumentos de gestão e a capacidade de atendimento das demandas da população e dar transparência à aplicação dos recursos públicos.

QUATRO DIMENSÕES ESTRATÉGICAS



PROGRAMAS DE GOVERNO





Os resultados propostos como estratégia, esforços e avanços contínuos do Município de Curitiba anualmente são retratados pela ampla divulgação das ações e alcances de forma detalhada transcritos no Relatório de Gestão 2017, pelo Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, disponível na página www.imap.curitiba.org.br.

Entretanto, a Prefeitura Municipal de Curitiba não mantém somente o detalhamento do relatório de gestão, mas faz o acompanhamento da execução orçamentária gerada eletronicamente no Sistema de Gestão Pública – SGP, mediante a programação e desembolso financeiro com o acompanhamento especial sobre os investimentos de capital e avaliação de indicadores do PPA.

Considerando as adequações necessárias para o exercício de 2017, o planejamento e execução orçamentário-financeira legal envolveram a execução dos seguintes Programas de Governo instituídos:

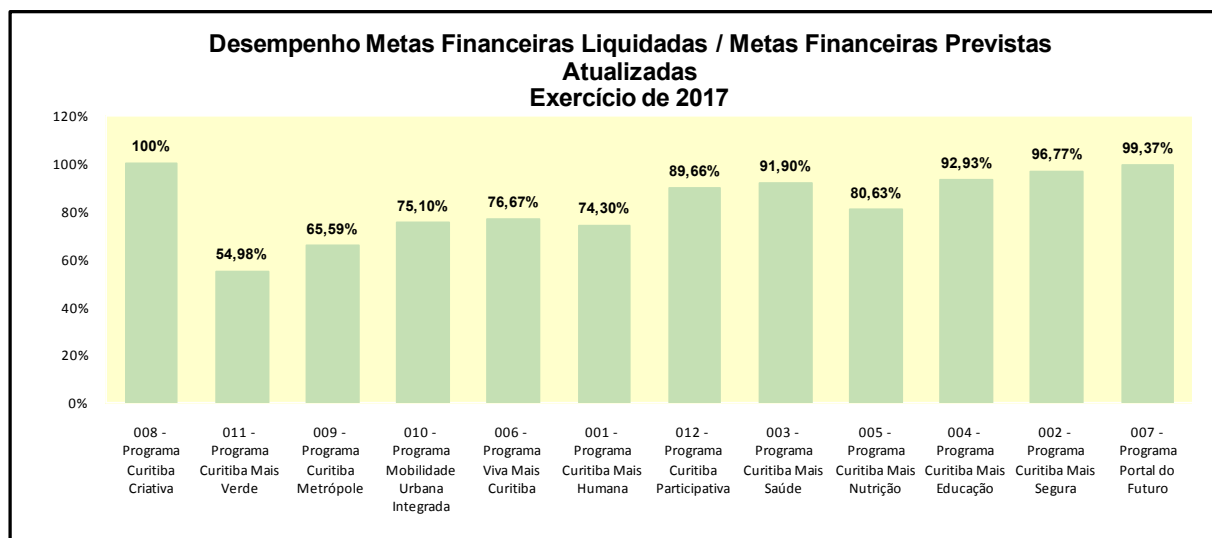
| CÓD. | PROGRAMAS DE GOVERNO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL |
|------|--------------------------------------|-------------------|
| 0001 | Programa Curitiba Mais Humana | FAS |
| 0002 | Programa Curitiba Mais Segura | SMDS |
| 0003 | Programa Curitiba Mais Saúde | SMS |
| 0004 | Programa Curitiba Mais Educação | SME |
| 0005 | Programa Curitiba Mais Nutrição | SMAB |
| 0006 | Programa Viva Mais Curitiba | FCC |
| 0007 | Programa Portal do Futuro | SMELJ |
| 0008 | Programa Curitiba Criativa | ACD |
| 0009 | Programa Curitiba Metrópole | IPPUC |
| 0010 | Programa Mobilidade Urbana Integrada | IPPUC |
| 0011 | Programa Curitiba Mais Verde | SMMA |
| 0012 | Programa Curitiba Participativa | IMAP |

Resumidamente, constata-se que o total de programas previstos nos instrumentos do planejamento orçamentário inicial no PPA 2014 – 2017 evidenciam a quantidade **de 25 indicadores de desempenho** vinculados a 12 Programas de Governo. Para o exercício de 2017, conclui-se na avaliação que do total geral 12% dos indicadores atenderam o desempenho inicial esperado e 56% dos indicadores superaram o esperado, ou seja, 68% atingiram as metas estabelecidas. Tendo ficado, portanto, 32% dos indicadores com desempenho abaixo do esperado.

Observa-se que todos os programas de governo envolveram a rede de intersectorialidade de diversas áreas de atuação, com a integração orçamentário-financeira e participação dos fundos municipais e ou órgãos da administração indireta. Os diversos órgãos e entidades permaneceram na condição de responsáveis por programas na incumbência de suas áreas de interesses e comando, em outros programas participaram como executores/colaboradores pela interface agregadora de áreas na competência institucional/organizacional e a favor de ações conjuntas no interesse público nas diversas áreas de governo.

Quanto às metas financeiras analisadas por programa de governo, o resultado no seu conjunto total atingiu alcances representativos de desempenho, isto é, **84,30%** do fixado inicialmente previsto no PPA, sendo um pouco maior como tendência comparativamente apresentada no desempenho por ações e secretarias, por conta do esforço conjunto e a intersectorialidade das ações de governo.

Em relação às metas financeiras previstas atualizadas, do total dos 12 programas de governo **10** Programas obtiveram desempenho acima de 70% considerando as atualizações do orçamento. Observa-se a priorização da ação de governo em áreas e serviços considerados essenciais à população, como os Programas de Curitiba: mais Nutrição, mais Educação, mais Participativa e mais Saúde.



O resultado com desempenho inferior ao previsto no exercício ocorreu em 10 indicadores de 8 Programas de Governo do PPA 2014-2017, tendo sido apresentadas, pelos responsáveis/coordenadores, as justificativas:

| CÓD | PROGRAMA | ÓRGÃO GESTOR | INDICADOR |
|-----|----------------------|--------------|---|
| 2 | CURITIBA MAIS SEGURA | SMDS | 1 - Contribuir com ações de prevenção para a redução das taxas de violência e criminalidade e a respostas às situações emergenciais - Unidade |

Justificativa: Este índice é obtido da razão dos flagrantes em relação aos ordens de serviços da Guarda Municipal, sendo que de acordo com as ações de planejamento, inteligência e reorganização dos serviços da Guarda Municipal, de forma preventiva foram executadas atividades de reduções de ocorrência e melhoria na segurança.

| | | | |
|---|---------------------|-----|---|
| 3 | CURITIBA MAIS SAÚDE | SMS | 1 - Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica |
|---|---------------------|-----|---|

Justificativa: Dados preliminares demonstram que não será alcançado o resultado esperado de Cobertura Populacional pelas equipes de Atenção Básica em 2017. A saída de médicos, dentistas e enfermeiros (aposentadorias e à pedido), interferem nesta cobertura. Buscou-se equilibrar o nº de profissionais por meio da continuidade da adesão ao Programa Mais Médicos e Residências. A nova gestão buscou reverter cenário financeiro desfavorável encontrado por meio de ajustes fiscais, contudo se mantém dificultada a expansão das equipes de saúde seguindo a política de gratificação vigente no município. Para o resultado do percentual atingido utilizou-se a metodologia de cálculo do Ministério da Saúde. No entanto ressaltamos que as 110 Unidades Básicas de Saúde do município trabalham com território adstrito, desta forma todos os cidadãos Curitibaanos têm uma Unidade de Saúde de referência para atendimento. Ainda, estima-se que entre 50% e 70% utilizam a rede de atenção assistencial do SUS Curitiba e que 51,6% da população curitibana encontra-se vinculada de alguma forma à rede suplementar de saúde, com planos diferenciados quanto ao tipo de cobertura assistencial conforme Agência Nacional de Saúde, junho 2017 (acesso em 11/01/2018).

| | | | |
|---|------------------------|-----|---|
| 4 | CURITIBA MAIS EDUCAÇÃO | SME | 5 - Número de escolas da RME com baixa proficiência em português no 9º ano do ensino fundamental |
| | | | 6 - Número de escolas da RME com baixa proficiência em matemática no 6º ano do ensino fundamental |

Justificativa: Em 2017 mantém o resultado informado em 2016, pois a avaliação se dá a partir da realização da Prova Brasil, que foi aplicada em 2017 e cujo resultado ainda não foi divulgado pelo governo federal, Inep/MEC.

| | | | |
|---|-------------------|-----|---|
| 8 | CURITIBA CRIATIVA | ACD | 1 - Estabelecimentos formais de Tecnologia instalados na cidade de Curitiba |
|---|-------------------|-----|---|

Justificativa: A meta física do indicador foi atingida em 88,53%, representando um significativo resultado face ao cenário macroeconômico desafiador que inclui a falta de incentivos fiscais e a concorrência com outras cidades com incentivos. Em comparação com Fortaleza (-8%), Rio de Janeiro (-3%), São Paulo (-4%) e Florianópolis (-7%). Curitiba (-4%) obteve resultado semelhante às demais cidades concorrentes.

| | | | |
|----|---------------------|------|--|
| 11 | CURITIBA MAIS VERDE | SMMA | 3 - Lixo reciclável em relação ao lixo coletado - % de resíduos sólidos urbanos na cidade |
| | | | 4 - Qualidade da água dos rios monitorados em Curitiba - identificação de ligações irregulares de esgoto |

Justificativa: 3 - A redução no volume de material reciclável provavelmente se deu pela perda do poder aquisitivo da população devido à crise econômica do país e pelo aumento no número de catadores de materiais recicláveis fora dos programas da Prefeitura.
Justificativa: 4 - A licitação para a contratação das análises da qualidade da água teve início no final de 2017 e o empenho e execução ocorrerá em 2018.

| | | | |
|----|------------------------|------|--------------------------------------|
| 12 | CURITIBA PARTICIPATIVA | IMAP | 3 - Índice de satisfação do servidor |
|----|------------------------|------|--------------------------------------|

Justificativa: As metodologias para aplicação e monitoramento da Pesquisa de Clima Organizacional desenvolvidas pela equipe do IMAP em 2015 estão em processo de análise da gestão 2017-2020, com o objetivo de avaliar o potencial dos instrumentos para medir com efetividade a satisfação dos servidores da PMC. Contudo, a análise não se concluiu em tempo hábil para sua aplicação nas Secretarias/Órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba em 2017.



Foram beneficiados com as atualizações orçamentárias positivas 58,33% dos programas.

| CÓD. | PROGRAMAS DE GOVERNO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | % Atualização |
|------|--------------------------------------|-------------------|---------------|
| 001 | Programa Curitiba Mais Humana | FAS | 23,10% |
| 002 | Programa Curitiba Mais Segura | SMDS | 0,61% |
| 003 | Programa Curitiba Mais Saúde | SMS | 12,59% |
| 005 | Programa Curitiba Mais Nutrição | SMAB | 15,70% |
| 007 | Programa Portal do Futuro | FCC | 8,66% |
| 010 | Programa Mobilidade Urbana Integrada | IPPUC | 3,17% |
| 011 | Programa Curitiba Mais Verde | SMMA | 11,37% |

Conclui-se, que do ponto de vista da análise, do escopo delimitado, considerando os órgãos do executivo municipal, assim como dos programas de governo que envolve a intersectorialidade de várias áreas, com execuções conjuntas com órgãos da administração indireta, o planejamento inicial em relação à execução orçamentária não resultou alterações substanciais no exercício. Foi possível, inclusive, alguns incrementos, o que contribuiu para desempenhos favoráveis dentro das condições observadas em relação ao momento econômico do país.

Em relação à adequação orçamentária necessária, a despesa em grande parte de ações alcançou bom desempenho e a execução orçamentária manteve o nível garantindo a tendência com grau de razoabilidade em relação ao previsto, planejado e instituído orçamentariamente.

6.1.2 Eficácia da aplicação das políticas de governo

AVALIAÇÃO: Regular

Dentro do escopo delimitado da Portaria nº 25/2017 e demais procedimentos do exercício a avaliação é pela regularidade.

6.1.3 Estimativas da receita em bases conservadoras

Comentários/Gestor – Departamento de Orçamento/FOR

As estimativas de arrecadação para a Entidade Prefeitura Municipal de Curitiba, na elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA 2017, teve como base de cálculo as receitas



arrecadadas nos últimos cinco anos, sendo em 2016 a receita arrecadada até junho e de julho a dezembro a receita projetada.

Cada receita tributária foi analisada individualmente levando em consideração os riscos fiscais, as metas estabelecidas, os índices de crescimento e/ou queda na arrecadação, o índice de inflação, o PIB, as alterações na legislação, entre outros indicadores econômicos.

As principais receitas do Município foram avaliadas em conjunto com as diretorias de arrecadação FRI e FRM, e com participação de outros departamentos e órgãos para previsão das demais receitas específicas.

A Receita Orçamentária da Entidade Prefeitura Municipal de Curitiba foi estimada para o ano de 2017 no valor líquido de R\$ 5.496.268.000, sendo, Receitas Correntes o montante de R\$ 5.354.209.000, Deduções da Receita Corrente (R\$ 384.963.000) e Receitas de Capital no montante de R\$ 527.022.000.

Para a projeção da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, foi considerado a evolução dos valores de lançamentos, a arrecadação nos últimos cinco anos, inflação projetada para o período e alteração da legislação do imposto, sendo estimada valor bruto R\$ 672.100.000, crescimento nominal de 15,2% em comparação com a receita provável de 2016. A arrecadação bruta de IPTU no ano foi de R\$ 620.365.337, que corresponde a 92% do valor estimado. Considerando os valores estimados de Renúncia de Receita do IPTU, Descontos Concedidos e Outras Deduções que somaram R\$ 47.100.000o valor líquido previsto para arrecadação foi de R\$ 625.000.000. Na apropriação das receitas foram lançados como Descontos Concedidos do IPTU o valor de R\$ 16.536.695, sendo assim, a arrecadação líquida do IPTU foi de R\$ 603.828.642, 21,resultou hum milhão abaixo da receita líquida estimada. Em relação ao ano anterior, a arrecadação líquida do IPTU em 2017 teve crescimento nominal de 12,3%.

Para a estimativa do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte foi considerada o histórico da receita realizada e a variação dos índices de crescimento da folha de pagamento do funcionalismo municipal nos últimos cinco anos, sendo estimado para 2017 um total de R\$ 338.000.000 e efetivamente arrecadado R\$ 358.433.257, o qual representou 6% acima do valor estimado.

No Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis –ITBI previsto o montante de R\$ 290.000.000, no cálculo foi usado a estimativa do IPCA mais crescimento do PIB sobre o provável 2016. A receita do ITBI realizada no exercício foi de R\$ 274.793.677, ou seja, 95% do valor estimado.



Na receita sobre Serviços – ISS, considerou-se o crescimento médio da arrecadação dos últimos cinco anos, PIB e índice de inflação, sendo estimado uma receita bruta de R\$ 1.164.200.000, desses valores previstos, foi arrecadado R\$ 1.055.076.821. A estimativa de Renúncia da Receita e Descontos Concedidos para o ISS somou R\$ 11.200.000. Assim, o valor líquido estimado foi em R\$ 1.153.000.000. Considerando que foram apropriados em Descontos Concedidos de R\$ 462.169, a arrecadação líquida do ISS foi de R\$ 1.054.614.653, ou seja, 91,5% da receita líquida estimada com o imposto.

A Taxa de Coleta de Lixo foi estimada considerando o comportamento da receita lançada e arrecadada nos últimos cinco anos e índice de inflação, no valor bruto de R\$ 117.900.000, sendo arrecadados R\$ 119.560.588. Foram previsto Descontos Concedidos na Taxa de Coleta de Lixo o valor de R\$ 115.000.000. Considerando que nos descontos foram apropriados R\$ 2.865.301, a arrecadação líquida foi de R\$ 116.695.287, aproximadamente 1,7 milhões acima da estimativa.

Na receita de Contribuição de Melhoria não houve estimativas e arrecadações para o exercício de financeiro de 2017.

Para a estimativa da Receita de Contribuições, compreendendo a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, foi considerado o crescimento médio da arrecadação dos últimos cinco anos, sendo estimado o valor de R\$ 110.000.000. A arrecadação foi de R\$ 103.034.730, ou seja, 93,6% da estimativa.

A Receita Patrimonial ficou estabelecida no orçamento em R\$ 84.251.000. A receita realizada foi de R\$ 189.212.914. Esse incremento na receita foi influenciado pela cessão de direitos para operacionalização da folha de pagamento dos servidores do município, a qual não constava na estimativa da receita orçamentária.

Na Receita de Serviços o valor previsto foi de R\$ 29.602.000 e realizou R\$ 27.837.928, ou 94% da estimativa. Dentre as arrecadações com Serviços, destaca a Receita de Estacionamento Regulamentado – ESTAR, estimados em R\$ 25.000.000, e arrecadados o valor de R\$ 23.229.136.

Para as Outras Receitas Correntes foi estimado o valor bruto de R\$ 280.970.000, e a receita arrecadada foi de R\$ 346.088.823, a qual correspondeu a 23% maior do que a estimativa.

Dentre as Outras Receitas Correntes, as principais arrecadações correspondem a Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora da Dívida e Multas previstas na Legislação de Trânsito.

As receitas com Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa foram previstas com base nas informações repassadas pela Procuradoria Geral do Município no valor de R\$ 146.200.000. A receita realizada foi de R\$ 184.425.334, correspondendo a 26% acima da



expectativa. A arrecadação superior ao estimado foi ocasionada pela instituição do Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba – REFIC, regulamentada pela Lei Municipal nº 95 de 19 de outubro de 2015 e pela regularização de imóveis cedidos em razão de dação em pagamento que gerou receita de R\$ 18.701.097.

As Multas previstas na Legislação de Trânsito foram estimadas no valor bruto de R\$ 70.000.000, e a receita arrecadada bruta foi de R\$ 101.761.160. Considerando que foi estimada Dedução de receita com o FUNSET – Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito em R\$ 4.197.000, o valor líquido estimado foi de R\$ 65.803.000. Os valores apropriados com a dedução foi de R\$ 3.998.365, portanto a arrecadação líquida com a receita foi de R\$ 97.762.795.

| PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES MUNICIPAIS | | | | |
|--|----------------------|----------------------|-------------------|---------------|
| RECEITAS MUNICIPAIS | ESTIMADO | ARRECADADO | DIFERENÇA | % |
| IPTU | 625.000.000 | 603.828.642 | (21.171.358) | 96,6% |
| IRRF | 338.000.000 | 358.433.257 | 20.433.257 | 106,0% |
| ITBI | 290.000.000 | 274.793.677 | (15.206.323) | 94,8% |
| ISS | 1.153.000.000 | 1.054.614.653 | (98.385.347) | 91,5% |
| TX COLETA DE LIXO | 115.000.000 | 116.695.287 | 1.695.287 | 101,5% |
| CONTRIBUIÇÕES | 110.000.000 | 103.034.730 | (6.965.270) | 93,7% |
| PATRIMONIAL | 84.251.000 | 189.212.914 | 104.961.914 | 224,6% |
| SERVIÇOS | 29.602.000 | 27.837.928 | (1.764.072) | 94,0% |
| DÍV. ATIVA+ M. e JUROS + M.de Trâns. | 212.003.000 | 282.187.529 | 70.184.529 | 133,1% |
| TOTAL* | 2.956.856.000 | 3.010.638.618 | 53.782.618 | 101,8% |

Fonte: Relatórios SGP - Anexo 10 - em 25/01/2018

IPTU, ITBI, ISS e Taxa de Lixo valores líquidos

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, que correspondem à soma da arrecadação com Transferências Intergovernamentais, Transferências de Instituições Privadas, Transferências de Pessoas e Transferências de Convênios foram estimados o montante de R\$ 2.252.737.000, e as receitas efetivadas foram no valor de R\$ 2.243.039.146.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO

A estimativa de arrecadação para as Receitas de Transferências Corrente e Convênios do governo federal foi de R\$ 386.617.000, e realizou-se R\$ 379.053.213, que correspondem a 98% do valor estimado.

Dentre as principais receitas repassadas pela União, destacamos a Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios – FPM quota mensal, FPM 1%quota anual(EC 55/2007 e EC 84/2014) e transferências do FNDE o Salário Educação.

- a) FPM: A estimativa de transferência do FPM quota mensal foi no montante de R\$ 262.000.000, sendo realizadas o valor de R\$ 269.807.485, ou seja, 3% acima da



receita orçada. No FPM 1% EC 55/2007 e EC 84/2014, a estimativa foi com base na evolução das transferências realizadas nos últimos cinco anos no valor de R\$ 24.000.000 e realizado o valor de R\$ 24.238.772. Os valores apresentados no FPM são valores brutos e não considerada as deduções para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

- b) Salário Educação: As transferências do Salário Educação foram estimadas no valor de R\$ 48.716.000, sendo repassado ao Município o montante de R\$ 45.252.861, valor que atendeu as expectativas para o exercício.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA DO ESTADO

As receitas com Transferências Estaduais ao Município foram estimadas em R\$ 1.333.964.000, cujos valores repassados no ano totalizaram R\$ 1.313.021.660, ou seja, 98% do valor previsto.

Dentre as principais Transferências do Estado estão a Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA e Cota-Parte do IPI Exportação. Nestes, não estão consideradas as deduções para formação do FUNDEB.

- a) ICMS: Para a estimativa das transferências do ICMS, foram considerados o comportamento da arrecadação dos últimos cinco anos, a inflação projetada para o período e variação do coeficiente de repasse, obtendo previsão de R\$ 822.000.000. Já as transferências recebidas foram no valor de R\$ 842.055.408, que representou 2,4% acima do valor estimado. Essa variação na transferência do ICMS foi ocasionada pelo programa do Governo do Estado de antecipação de ICMS para por grandes empresas.
- b) IPVA: Foi estimado um total de R\$ 495.000.000. Na estimativa foi considerado variação da arrecadação dos últimos cinco anos e inflação acumulada no período. A receita apropriada foi de R\$ 453.462.482, ou seja, 91,6% da expectativa.
- c) IPI Exportação: Para a previsão de receita de Transferência do IPI Exportação foi considerada a arrecadação dos últimos cinco anos, variações dos índices de participação na receita, IPCA e PIB estimado para o período, sendo projetado o valor de R\$ 12.200.000. A receita realizada foi de R\$ 12.905.793, que corresponde a 5,8% acima do valor estimado para o ano.



RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES MULTIGOVERNAMENTAIS

As transferências multigovernamentais correspondem aos repasses financeiros para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Quanto às transferências do FUNDEB, foi estimado o valor bruto de R\$ 532.000.000, e desse valor foi realizado R\$ 550.937.273, que corresponde a 3,6% acima da estimativa. A dedução da Receita para formação do FUNDEB foi prevista em R\$ 319.566.000 e foram apropriados no exercício o valor de R\$ 316.768.598. Dessa maneira, os valores estimados com ganho do FUNDEB foram de R\$ 212.434.000 e o valor realizado foi de R\$ 234.168.675, que significou 10% acima da expectativa.

| PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | | | | |
|---|----------------------|----------------------|---------------------|---------------|
| TRANSFERÊNCIAS | ESTIMADO | ARRECADADO | DIFERENÇA | % |
| 1. DA UNIÃO | 386.617.000 | 379.053.213 | (7.563.787) | 98,0% |
| FPM Quota mensal | 262.000.000 | 269.807.485 | 7.807.485 | 103,0% |
| FPM 1% Quota Anual | 24.000.000 | 24.238.772 | 238.772 | 101,0% |
| Salário-Educação | 48.716.000 | 45.252.861 | (3.463.139) | 92,9% |
| Outras transferências da União | 51.901.000 | 39.754.096 | (12.146.904) | 76,6% |
| 2. DO ESTADO | 1.333.964.000 | 1.313.021.660 | (20.942.340) | 98,4% |
| ICMS | 822.000.000 | 842.055.408 | 20.055.408 | 102,4% |
| IPVA | 495.000.000 | 453.462.482 | (41.537.518) | 91,6% |
| IPI Exportação | 12.200.000 | 12.905.793 | 705.793 | 105,8% |
| Outras transferências do Estado | 4.764.000 | 4.597.978 | (166.022) | 96,5% |
| 2. MULTIGOVERNAMENTAIS (FUNDEB) | 212.434.000 | 234.168.675 | 21.734.675 | 110,2% |
| Transferências do FUNDEB | 532.000.000 | 550.937.273 | 18.937.273 | 103,6% |
| (-) Dedução para formação do FUNDEB | - 319.566.000 | - 316.768.598 | 2.797.402 | 99,1% |
| TOTAL* | 1.933.015.000 | 1.926.243.548 | (6.771.452) | 99,6% |

Fonte: Relatórios SGP - Anexo 10 - em 25/01/2018

RECEITAS DE CAPITAL

A estimativa de arrecadação com Receitas de Capital foi realizada de acordo com os projetos existentes a serem executados no exercício financeiro no valor de R\$ 527.022.000, e foi realizado R\$ 106.670.531

OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

A estimativa da Receita com Operações de Crédito foi de R\$ 82.814.000, sendo realizado o montante de R\$ 34.916.128.

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| DESCRIÇÃO | ESTIMADO | ARRECADADO | DIFERENÇA |
| Operação de Crédito BNDES/PMAT | 52.900.000 | - | (52.900.000) |
| PAC Habitação | 3.079.000 | 28.760 | (3.050.240) |
| Pró-Moradia | 9.150.000 | - | (9.150.000) |
| FDU III - Contrato nº 2885/2012 | 600.000 | 10.501.001 | 9.901.001 |
| CPAC Lei nº 14873/2016 | 5.000.000 | - | (5.000.000) |
| BNDES/METRÔ | 1.400.000 | - | (1.400.000) |
| CEF/Pavimentação de vias urbanas | 5.685.000 | - | (5.685.000) |
| BID III | 3.500.000 | 7.381.389 | 3.881.389 |
| AFD - Agência Francesa de Desenvolv. | 1.500.000 | 17.004.978 | 15.504.978 |
| TOTAL* | 82.814.000 | 34.916.128 | (47.897.872) |

Fonte: Relatórios SGP - Anexo 10 - em 25/01/2018

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital da União compreendem os repasses Intergovernamentais ao Município a serem aplicados em investimento através de programas autorizados em lei, e as receitas repassadas com a formalização de convênios ou contratos de repasses. Sendo estimado o valor de R\$ 421.708.000 e realizada R\$ 70.198.988.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INTERGOVERNAMENTAIS

Para as transferências Intergovernamentais foram estimados repasses da União em R\$ 81.451.000, e a receita recebida foi R\$ 19.303.987.

Para as transferências de Capital do Estado não houve previsão e não existiram repasses em 2017.

| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INTERGOVERNAMENTAIS | | | |
|---|-------------------|-------------------|---------------------|
| DESCRIÇÃO | ESTIMADO | ARRECADADO | DIFERENÇA |
| DA UNIÃO | 81.451.000 | 19.303.987 | (62.147.013) |
| Transferências do FNDE | 2.785.000 | 2.236.480 | (548.520) |
| Termo de Compromisso nº 0425.887-19/2014 - M. Esporte/CAIXA | 4.148.000 | 1.293.750 | (2.854.250) |
| Termo de Compromisso nº 0425.954-35/2014 - M. Esporte/CAIXA | 3.470.000 | 1.369.556 | (2.100.444) |
| PAC 2 - Mobilidade Urbana - Linha Verde | 60.840.000 | 14.404.202 | (46.435.798) |
| PAC 2 - Mobilidade Urbana - BRT | 910.000 | - | (910.000) |
| PAC 2 - Mobilidade Urbana - INTER 2 | 9.298.000 | - | (9.298.000) |
| DO ESTADO | - | - | - |
| TOTAL* | 81.451.000 | 19.303.988 | (62.147.013) |

Fonte: Relatórios SGP - Anexo 10 - em 25/01/2018

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – CONVÊNIOS – UNIÃO/ESTADO

A estimativa de repasses para o Município com Transferências de Convênios levou em consideração os convênios firmados e previstos para realização no ano no montante de R\$ 340.257.000, sendo realizado R\$ 45.615.625.

As transferências de convênios da União foram estimadas em R\$ 338.857.000 e a receita realizada foi de R\$ 44.679.896.

Para transferências de Convênios do Estado, o Município estimou o valor R\$ 1.400.000, e recebeu repasses no montante de R\$ 935.729.

| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - PRINCIPAIS RECEITAS | | | |
|--|--------------------|-------------------|----------------------|
| DESCRIÇÃO | ESTIMADO | ARRECADADO | DIFERENÇA |
| Transferências de Convênios da União | 338.857.000 | 44.679.897 | (294.177.103) |
| Contrato de concessão Financeira nº 12.2.0233.1 BNDES (inclusão social e produtiva de catadores de material reciclável - Programa ecocidadão) | 9.000.000 | - | (9.000.000) |
| Recursos para implantação do Metrô Curitiba - União | 3.600.000 | - | (3.600.000) |
| Termo de compromisso nº 0351030-77/2011/ Ministério das cidades/ CAIXA (Perfilamento de fundo de Rio Barigui R\$ 144.411.354,29 - PAC II) | 88.905.000 | 10.847.043 | (78.057.957) |
| Termo de compromisso nº 0402497-02/2012/ Ministério das cidades/ CAIXA (Obras de contenção, perfilamento de rios da sub-bacia do Ribeirão dos Padilhas) | 5.927.000 | - | (5.927.000) |
| Termo de compromisso nº 0402494-70/2012/ Ministério das cidades/ CAIXA (Intervenções na Bacia do Rio Pinheirinho e nas calhas dos Rios Belém, Água Verde, Pilarzinho e Juvevê) | 170.152.000 | 32.244.392 | (137.907.608) |
| Termo de compromisso nº 0402495-85/2012/ Ministério das cidades/ CAIXA (Bacias de contenção, perfilamento de rios na sub-bacia do Rio Atuba) | 33.103.000 | - | (33.103.000) |
| Termo de compromisso nº 0402496-99/2012/ Ministério das cidades/ CAIXA (Bacias de contenção, perfilamento de rios e galerias pluviais em rios da sub-bacia do Rio Barigui) | 15.540.000 | - | (15.540.000) |
| Contrato de Repasse nº 0218775/74/2007 - M. Cidades | 2.320.000 | - | (2.320.000) |
| Contrato de Repasse nº 0218776/88/2007 - M. Cidades | 2.162.000 | - | (2.162.000) |
| Termo de Compromisso nº 0301549-89/2009/M.Cidades/CAIXA | 600.000 | - | (600.000) |
| Termo de Compromisso nº 0301550-28/2009/M.Cidades/CAIXA | 2.212.000 | - | (2.212.000) |
| Termo de Compromisso nº 0352685-14/2011/M.Cidades/CAIXA | - | - | - |
| Outros Convênios da União | 5.336.000 | 1.588.462 | (3.747.538) |
| Transferências de Convênios da União | 1.400.000 | 935.729 | (464.271) |
| Recursos para implantação do Metrô Curitiba - União | 1.400.000 | - | (1.400.000) |
| Outros Convênios do Estado | - | 935.729 | 935.729 |
| TOTAL* | 340.257.000 | 45.615.625 | (294.641.375) |

Fonte: Relatórios SGP - Anexo 10 - em 25/01/2018

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Para as Outras Receitas de Capital foram estimados R\$ 18.000.000 referentes aos Depósitos Judiciais liberados conforme Lei Complementar Federal nº 151, de 05 de agosto de



2015, e Lei Municipal nº 14.772, de 17 de dezembro de 2015, e foi contabilizado o valor de R\$ 8.942.

Embora tenha ocorrido no total crescimento de receitas no exercício de 2017 comparado com o ano anterior, e algumas estimativas de arrecadação resultaram especificamente próxima ao esperado, considerado a metodologia e previsão da base em critérios fundamentados pela unidade técnica, indicando tecnicamente o conservadorismo chama-se atenção em relação ao desempenho obtido para:

- IPTU;
- ISS;
- Operações de Crédito;
- Transferências de Capital – Convênios União/Estado;
- Transferências Correntes Intergovernamentais;
- Outras receitas de capital.

6.1.3 Estimativas da receita em bases conservadoras

AValiação: Regular com Recomendação

Recomendação: se, durante o próximo exercício, forem mantidas as condições restritivas em relação à previsão da arrecadação de alguns tipos de receitas, demonstrando no decorrer do exercício tendências e manutenção desfavoráveis quanto à previsão inicial estimada, orienta-se para a busca de alternativas e reforça-se a recomendação para que o Município adote determinações efetivas de contenção de despesas, no que couber, com a limitação de empenhos, dentro de prognósticos e prazos condizentes, a fim de evitar ao final dos próximos exercícios desempenho deficitário e ou assumpção de dívidas.

Conclusão - Planos e Políticas de Governo

O Município de Curitiba mantém uma excelente estrutura, modelo e formalidades de composição dos instrumentos de planejamento orçamentários, que reproduzem os seus objetivos e programas, vinculados às ações orçamentárias prevendo metas físicas e financeiras, produtos e indicadores de desempenho. Realiza acompanhamentos em diversos enfoques, mormente o acompanhamento de prestação dos serviços disponibilizados diretamente à população, do Plano de Governo proposto pela gestão política acompanhados pelo IMAP e do Plano Plurianual avaliado pelo Controle Interno. Embora o Município no exercício tenha dispendido esforço relevante em razão do contingenciamento necessário frente à situação da restrição econômica que vem sendo afetada nos últimos anos, cumpre a tendência dentro do previsto e do planejado, sendo que mantém o controle estrito legal conforme estabelecido no PPA, LDO e LOA.



6.2 ADEQUAÇÃO DA LOA AO PPA E À LDO, EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – PROCEDIMENTOS VINCULADOS AOS ITENS 4.13 A 4.15

6.2.1 Diretrizes contidas na LDO

Comentários do Gestor – Departamento de Orçamento/FOR: Sobre as diretrizes contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei n.º 14.881, de 07 de julho de 2016, alterada pela Lei nº 15.012, de 21 de dezembro de 2015, e pela Lei n.º 15.045, de 13 de julho de 2017, informamos que foram estabelecidas em conjunto com toda a administração direta, indireta e fundos as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017, foram definidas a organização e estrutura dos orçamentos, as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos e suas alterações, bem como as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais, as disposições sobre a Legislação Tributária do Município e outras disposições gerais, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, no artigo 4º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, e no § 2º do art. 125, da Lei Orgânica do Município.

6.2.2 Ações e programas do PPA previstos para o período

O assunto foi amplamente abordado no item 6.1 Planos e Políticas de Governo em razão da avaliação das metas físicas e financeiras das ações de governo e os indicadores de todos os programas instituídos no PPA para o exercício de 2017.

Sobre a execução de ações e programas, ainda se abstrai os seguintes comentários de destaques sobre os procedimentos de acompanhamento do item:

Comentários do Gestor – Departamento de Orçamento/FOR: Foram realizadas as compatibilidades entre os instrumentos orçamentários e cumpridas as diretrizes para a elaboração, a execução do orçamento e suas alterações, no que cabe ao Departamento de Orçamento. Foram também estabelecidas as estimativas de receita e de fixação de despesa em 2017 para o orçamento fiscal e da seguridade social. Para o orçamento de investimentos foram destinados recursos para o aumento de capital, através de ações, identificados por projetos específicos.



6.2 ADEQUAÇÃO DA LOA AO PPA E À LDO, EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

AVALIAÇÃO: Regular

6.2.1 Diretrizes contidas na LDO – Avaliação Regular

6.2.2 Ações e programas do PPA previstos para o período – Avaliação Regular

Dentro do escopo delimitado da Portaria n.º 25/2017 e demais procedimentos do exercício a avaliação é pela regularidade.

Conclusão – Adequação da LOA ao PPA e à LDO

O item relativo à adequação da LOA ao PPA e à LDO é conduzido dentro de padrões legais e legítimos instituídos, aliado ao acompanhamento realizado em conjunto, nos níveis estratégicos e decisórios do Município, do planejamento orçamentário estruturado pelo Departamento de Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças, com as prioridades e execuções dos responsáveis pela ordenação de despesas em todas as áreas de governo.

6.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.3.1 Realização da Receita e Renúncia Fiscal

No item 6.1.3 foram abordadas as considerações quanto à estimativa e a correspondente realização por tipo de receita.

Comentário do Gestor – Departamento de Orçamento/FOR

Receita Corrente

As Receitas Correntes Brutas correspondem à soma das Receitas Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, e foram projetadas no momento da elaboração da LOA/2017 em R\$ 5.354.209.000 e a receita realizada foi no valor de R\$ 5.350.133.616, portanto, a arrecadação da receita foi de 99,9% do valor estimado. Esses valores apresentados são brutos, ou seja, sem considerar os valores de deduções e descontos concedidos nos impostos municipais. Considerando valores líquidos, a arrecadação da receita corrente foi 40,2 milhões acima das expectativas.

Outras Receitas Correntes

Para as Outras Receitas Correntes foram estimados valor bruto de R\$ 280.970.000, e a receita arrecadada foi de 346.088.823, a qual correspondeu a 23% maior do que a estimativa.

Dentre as Outras Receitas Correntes, as principais arrecadações correspondem à Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa e Multas Prevista na Legislação de Trânsito.

As receitas com Dívida e Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa foram previstas com base nas informações repassadas pela Procuradoria Geral do Município no valor de R\$ 146.200.000. A receita realizada foi de R\$ 184.425.334, correspondendo a 26% acima da expectativa. A arrecadação superior ao estimado foi ocasionada pela instituição do Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba – REFIC, regulamentada pela Lei Municipal nº 95 de 19 de outubro de 2015 e pela regularização de imóveis cedidos em razão da dação em pagamento que gerou receita de R\$ 18.701.097.

As Multas Previstas na Legislação de Trânsito foram estimadas no valor bruto de R\$ 70.000.000, e a receita arrecadada bruta foi de 101.761.160. Considerando que foi estimada Dedução de receita com o FUNSET – Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito em R\$ 4.197.000, o valor líquido estimado foi de R\$ 65.803.000. Os valores apropriados com a dedução foi R\$ 3.998.365, portanto a arrecadação líquida com a receita foi de R\$ 97.792.795.

O quadro a seguir demonstra a estimativa para 2017 e a efetiva arrecadação das receitas correntes em valores brutos e valores líquidos.

Composição das Receitas Correntes

em R\$

| RECEITAS | VALORES BRUTOS - R\$ | | | | VALORES LÍQUIDOS - R\$ | | | |
|---------------------------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------|------------------------|----------------------|-------------------|--------------|
| | ESTIMADO | REALIZADO | DIFERENÇA | % | ESTIMADO | REALIZADO | DIFERENÇA | % |
| RECEITAS CORRENTES | 5.354.208.000 | 5.350.133.616 | -4.074.384 | 99,9 | 4.969.245.000 | 5.009.501.889 | 40.256.889 | 100,8 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 2.596.649.000 | 2.440.920.098 | -155.728.902 | 94,0 | 2.535.449.000 | 2.421.055.934 | -114.393.066 | 95,5 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 110.000.000 | 103.034.730 | -6.965.270 | 93,7 | 110.000.000 | 103.034.730 | -6.965.270 | 93,7 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 84.251.000 | 189.212.914 | 104.961.914 | 224,6 | 84.251.000 | 189.212.914 | 104.961.914 | 224,6 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 29.602.000 | 27.837.928 | -1.764.072 | 94,0 | 29.602.000 | 27.837.928 | -1.764.072 | 94,0 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 2.252.737.000 | 2.243.039.146 | -9.697.854 | 99,6 | 1.933.171.000 | 1.926.270.548 | -6.900.452 | 99,6 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 280.969.000 | 346.088.799 | 65.119.799 | 123,2 | 276.772.000 | 342.089.834 | 65.317.834 | 123,6 |

Fonte: Relatórios SGP – Anexo 10 – em 25/01/2018

Nos valores líquidos estão sendo deduzidos os descontos concedidos, renúncias, deduções da receita para formação do FUNDEB e outras deduções da receita.

Considerando a realização das receitas, em relação ao planejamento, isto é, a arrecadação estimada abordada no item 5.3 passa-se na sequência abordar considerações das ações empreendidas na pela gestão fiscal das duas áreas tributos do município.



Principais Ações Realizadas – Departamento de Rendas Mobiliárias

- Participação em Grupos Técnicos e Câmara Técnica Permanente da ABRASF- Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, os Grupos Técnicos em que o Departamento participa são GT-01 – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e GT-07 – Assuntos Polêmicos de ISS;

- Fiscalização dirigida às empresas do setor bancário num total de 175 agências fiscalizadas, com lavratura de 422 autos de infração culminando no total de lançamentos de R\$ 5.600.862,80;

- Monitoramento fiscal de grandes empresas devedoras do ISS através do sistema de inconsistência - ISS Curitiba, resultando no lançamento de 2.308 autos de infração evitando a decadência e a sonegação do ISS totalizando o valor de R\$ 64.750.943,68;

- Realizada a fiscalização quanto ao ISS num total de 3.925 empresas, com o total de lançamentos de autos no valor de R\$ 23.045.454,79;

- Realizada 567 diligências a estabelecimentos com atividade de estacionamento no Bairro Centro. Destes, 256 foram localizados, vistoriados e orientados quanto ao recolhimento do ISS, o que já representou um aumento de 4% nos recolhimentos de ISS se comparado o mês de outubro com o mês de novembro e novembro com o mês de Dezembro;

- Manutenção da 3ª posição no ranking nacional referente à arrecadação do Simples Nacional até o mês de outubro/2017, ficando abaixo apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, com uma arrecadação de R\$ 187.930.240,82;

- Aumento na quantidade de contribuintes emitentes da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que passou de 81.265 para 83.864;

- A posição dos lançamentos efetuados no exercício de 2017 referente ao ISS ficou da seguinte forma:

Total de lançamentos no ano de 2017 – Posição em 31/12/2017 – R\$ 232.754.284,68.

Do montante acima:

- Houve pagamento a vista de R\$ 14.762.360,41 (6,34%);
- Com prazo para pagamento ou impugnação R\$ 4.271.547,78 (1,84%);
- Bloqueados por processo administrativo em discussão na PGJT e CMC no valor de R\$ 52.949.286,44 (22,75%);



- Cancelados R\$ 3.552.896,50 (1,53%);
- Parcelados no valor de R\$ 43.343.802,41 (18,62%);
- Inscritos em dívida ativa no valor de R\$ 113.874.391,14 (48,92%).
- Atendimento presencial de 52.054 pessoas nos setores de ISS (assuntos gerais) CVCO e alvarás;
 - Foram respondidos 12.250 e-mails de contribuintes do ISS e 3.528 e-mails de contribuintes do Alvará;
 - Expedição de 68.818 alvarás comerciais somente no prédio central da prefeitura;
 - Análise de 6.518 processos administrativos referentes à devolução de importância, enquadramento e desenquadramento no ISS fixo, impugnação e recursos de lançamentos tributários, enquadramento e desenquadramento do Simples Nacional, atendimento a Ofícios do Ministério Público e Outros órgãos, solicitação de Imunidade Tributária e Isenções, entre outros;
 - Análise e informação de 2.819 processos de CPOM – Cadastro de Prestadores de Outros Municípios;
 - Elaboração de Minuta de lei referente ao sorteio de prêmios da Nota Curitibana, lei aprovada;
 - Elaboração de Minuta de lei referente ao Domicílio Eletrônico do Contribuinte – DEC, lei aprovada;
 - Elaboração de Minuta de lei referente ao Cadastro de Informações – CADIN, lei aprovada;
 - Elaboração de Minuta de lei referente à adequação da LC 40/2001 à Lei Complementar Federal nº 157/2016;
 - Elaboração de Minuta de lei referente a alterações da LC 40/2001.

Principais Ações Realizadas – Departamento de Rendas Imobiliárias

Conforme relatório encaminhado pelo responsável do setor, no ano de 2017 verificou-se um acréscimo no lançamento de IPTU de **15,79%** em relação ao exercício 2016. Foram desenvolvidas ações no Departamento de Rendas Imobiliárias visando o aumento de



arrecadação e a otimização dos processos relativos ao IPTU e ITBI, dentre elas foram destacadas:

- Modernização da legislação dos tributos imobiliários:

A ação mais importante durante 2017 foi a atualização da legislação municipal em relação ao IPTU e ITBI:

1) A revogação da limitação em relação à cobrança da taxa de lixo trouxe uma ampliação no número de contribuintes que pagam pelo serviço, cujo resultado esperado é uma redução significativa do subsídio pago pela PMC para a manutenção do serviço com a mesma qualidade reconhecida nacional e internacionalmente. Cabe enfatizar que, no modelo de taxa de coleta de lixo, utilizado até 2017, houve um lançamento total de R\$ 136.412.545,97. Com a implantação da nova legislação, o valor passou a ser de R\$ 209.766.046,50, gerando uma diferença lançada a maior de **R\$ 73.353.500,53**.

2) A aprovação da Planta Genérica de Valores para efeitos do lançamento e cobrança do IPTU 2018, 2019, 2020 e 2021 incrementará o valor lançado em 4% para imóveis edificados e 7% para imóveis não edificados.

3) A modernização da legislação do ITBI irá legislar sobre situações fáticas que já ocorrem desde 1988, mas que até o presente momento não são tributadas por falta de previsão legal municipal. As principais mudanças são:

a) Ampliação da faixa para imóveis que ficam isentos do ITBI – de R\$ 70.000,00 para R\$ 100.000,00.

b) Ampliação da faixa para imóveis que pagam alíquota reduzida de 0,5% - de R\$ 140.000,00 para R\$ 150.000,00.

c) Supressão da alíquota de 2,4% para imóveis financiados, estimando-se considerando um período de 40 meses um aumento na arrecadação de ITBI de R\$ 16,86 milhões.

d) Manutenção da alíquota de 2,7% para os demais imóveis.

e) Pagamento do ITBI será efetuado por ocasião da lavratura da escritura ou de documento equivalente.

f) Cancelamento do parcelamento de guias de ITBI, pois desde a vigência da LC 92/2014, verificou-se que a quantidade de guias parceladas não chega a 6,5% do total de guias



emitidas, o que não justifica a manutenção de estrutura para atendimento de demanda tão pequena.

4) Houve a criação de equipe para elaboração da nova Planta Genérica de Valores que representará um importante avanço em direção à diminuição da defasagem do valor efetivamente praticado no mercado e o valor venal utilizado para fins de cobrança de IPTU. Diante do projeto de nova Lei de Zoneamento e futura implantação do PMAT será necessária a avaliação precisa e atualizada dos imóveis de todo o Município, através de critérios consistentes e que venham a considerar as novas tecnologias e materiais aplicados nas construções, visando sempre à justiça tributária.

- Incremento no número de convênios de domicílio bancário:

Em 2017 foram efetivados 20 novos convênios de domicílio bancário, num total de 337 conveniados, envolvendo grandes proprietários de imóveis, pessoas jurídicas e pessoas físicas. Trata-se de sistema criado para facilitar a administração da arrecadação de IPTU e economia no tocante às autenticações bancárias. Atualmente temos 71.593 indicações fiscais cadastradas como domicílio bancário e 52.120 em débito automático perante a rede bancária. A economia com autenticações bancárias somou, em 2017, um total de **R\$ 388.572,30**.

- Revisão das Imunidades Condicionadas de ITBI:

As imunidades de ITBI são concedidas de forma condicionada, ou seja, podendo haver fiscalização no prazo legal do preenchimento dos requisitos que a concederam.

Em 2017, foram finalizadas 64 revisões de imunidades condicionadas de ITBI, resultando no lançamento no valor total de R\$ 4.587.744,66.

- Ações de fiscalização de IPTU quanto à área construída:

O Departamento de Rendas Imobiliárias conta com uma equipe de fiscalização permanente para sanar o descumprimento do que dispõe o art. 1.º do Decreto n.º 1.123/2007, que estabelece obrigação acessória a todos os proprietários de imóveis, qual seja o dever de manter os dados referentes ao seu imóvel (nome do proprietário, titular do domínio útil, possuidor a qualquer título ou adquirente; número de CPF; área construída, padrão de construção e utilização do imóvel; endereço para correspondência) atualizados perante o Cadastro Imobiliário.

Para definição dos imóveis que devem ser fiscalizados, a chefia do setor de fiscalização gera relatórios no sistema filtrando os imóveis cadastrados como vago, isentos e com edificações de padrão simples de construção. Após a geração do relatório as informações de indicação fiscal



são exportadas para o Google Earth para a confrontação dos dados cadastrais e a situação fática do imóvel.

Nos casos em que é detectada divergência entre os dados cadastrais e as imagens do Google é aberto processo de fiscalização. Para se chegar aos imóveis a serem fiscalizados se analisam pelo menos 4 vezes o número de imóveis que apresentaram irregularidades cadastrais, ou seja, o que se observa na prática é que pelo menos 25% do cadastro imobiliário encontra-se desatualizado.

A equipe que conta com apenas 4 servidores, realizou em 2017 fiscalizações em 421 unidades, resultando no lançamento de IPTU de **R\$ 2.437.137,00**.

No ano de 2017 foi criado o processo de denúncia espontânea, que visa à regularização da situação das edificações sem as penalidades impostas pela LC 40/2001. Estes processos resultaram em lançamento de **R\$ 1.200.677,31** em IPTU de anos anteriores.

Durante o ano de 2017 também foi criado um fluxo de troca de informações com o setor da FRI – Revisão cadastral referente aos processos de CVCO que por inércia do contribuinte ou da Administração só foi remetido para cadastro da edificação em 2017. Estes casos totalizaram 109 lançamentos e um volume financeiro de **R\$ 591.366,04**.

Em 2017 os lançamentos a título de fiscalização de IPTU totalizaram R\$ 4.229.180,30.

Evolução do lançamento de IPTU de 2011 a 2017:

Exercício 2011: R\$ 465.893.606,66

Exercício 2012: R\$ 511.535.894,26 (+ R\$ 45.642.287,60)

Exercício 2013: R\$ 527.408.419,03 (+ R\$ 15.872.524,77)

Exercício 2014: R\$ 579.588.817,22 (+ R\$ 52.180.398,19)

Exercício 2015: R\$ 670.766.985,71 (+ R\$ 91.178.168,49)

Exercício 2016: R\$ 777.616.850,51 (+ R\$ 106.849.864,80)

Exercício 2017: R\$ 900.434.264,78(+R\$ 122.817.414,27)

Evolução da arrecadação de ITBI de 2011 a 2017:

Exercício 2011: R\$ 204.007.620,00

Exercício 2012: R\$ 227.929.021,00

Exercício 2013: R\$ 272.623.298,42

Exercício 2014: R\$ 293.553.891,57



Exercício 2015: R\$ 299.222.407,63

Exercício 2016: R\$ 259.888.024,82

Exercício 2017: R\$ 274.793.677,08

Evolução das demandas do Departamento:

Atendimentos IPTU e ITBI

Número de contribuintes atendidos exercício 2015: 79.557

Número de contribuintes atendidos exercício 2016: 75.226

Número de contribuintes atendidos exercício 2017: 73.652

Processos tramitados IPTU e ITBI

Número de processos analisados exercício 2015: 50.662

Número de processos analisados exercício 2016: 55.495

Número de processos analisados exercício 2017: 52.432

Guias de ITBI emitidas e pagas

Número de guias exercício 2015: 38.757

Número de guias exercício 2016: 32.158

Número de guias pagas exercício 2017: 43.097

6.3.1 - Realização da Receita e renúncia fiscal

AVALIAÇÃO: Regular

Dentro do escopo delimitado da Portaria nº25/2017 e demais procedimentos do exercício a avaliação foi pela regularidade no exercício.

6.3.2 Medidas para cobrança da Dívida Ativa

Considerações do Departamento de Contabilidade/FC: A Contabilidade, como ciência, tem um papel fundamental ao registrar, demonstrar e interpretar os atos e fatos contábeis ocorridos no patrimônio da entidade, entre elas os valores dos créditos tributários.

Conforme descrito no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição, no âmbito federal, a competência para a gestão administrativa e judicial da dívida ativa



é da Advocacia Geral da União (AGU), sendo a Dívida Ativa Tributária gerida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais geridas pela Procuradoria Geral Federal. Nas demais esferas governamentais – Estados, Distrito Federal e Municípios – disporão sobre a competência de seus órgãos e entidades para a gestão administrativa e judicial de sua dívida ativa.

Ao Departamento de Contabilidade é reservada a tarefa de sistematizar a escrituração do crédito a receber, bem como daqueles que venham a ser inscritos em Dívida Ativa, tendo por base os documentos de suporte aos registros contábeis encaminhados pelos órgãos responsáveis por este controle, seja por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico. Ressaltam que a Contabilidade somente reflete os saldos apresentados nestes controles, não sendo a responsável pela sua concepção.

Com base nas informações encaminhadas através do Sistema Gestão Tributária Municipal – GTM, referente à inscrição, arrecadação e cancelamento, o saldo contábil referente aos tributos de competência do município.

Os saldos da Dívida Ativa informados foram encaminhados pela PGM através da Procuradoria Fiscal do Município para os registros contábeis conforme consta no Processo nº 04-003052/2018.

Relativos aos valores dos tributos em créditos inscritos em Dívida Ativa, ainda com base no GTM e dados da PGM, segue movimentação relativa ao exercício de 2017.

Valores: Inscrição, arrecadação e cancelamentos – Saldo Contábil

Origem:

| TRIBUTOS | 31/12/2016 | 31/12/2017 |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| IPTU | 69.006.383,22 | 89.471.854,18 |
| ITBI | - | - |
| ISS | 597.545.946,33 | 563.840.750,29 |
| Taxas | 19.539.274,57 | 24.165.110,32 |
| Contribuição de Melhoria | 19.302,89 | 19.302,89 |
| TOTAL | 686.110.907,01 | 677.497.017,68 |

Fonte: Sistema de Gestão Tributária Municipal – GTM/Departamento de Contabilidade – FC



Dívida Ativa:

| TRIBUTOS | 31/12/2016 | 31/12/2017 |
|--------------------------|-------------------------|-------------------------|
| IPTU | 1.224.756.933,96 | 1.307.557.440,34 |
| ITBI | 6.448.619,08 | 8.928.285,30 |
| ISS | 3.831.219.796,05 | 4.223.873.440,20 |
| Taxas | 58.772.929,91 | 65.257.137,81 |
| Contribuição de Melhoria | - | - |
| Outros Tributos | 248.751.581,26 | 281.583.672,60 |
| Não-Tributária | 28.691.291,94 | 56.887.736,48 |
| TOTAL | 5.398.641.152,20 | 5.944.087.712,73 |

Fonte: Sistema de Gestão Tributária Municipal - GTM/Departamento de Contabilidade - FC

Estoque da Dívida Ativa Tributária (Saldo Consolidado em 31/12/2017)

| TRIBUTOS | Em 31/12/2016 | Em 31/12/2017 |
|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| IPTU | 1.224.756.933,96 | 1.385.480.489,44 |
| ISS | 3.831.219.796,05 | 4.221.085.509,97 |
| ITBI | 6.448.619,08 | 14.580.319,30 |
| Taxas | 58.772.929,91 | 312.138.339,69 |
| Contribuição de Melhoria | 0,00 | 10.803.054,33 |
| Outros Créditos Tributários | 248.751.581,26 | - |
| Demais Créditos Não Tributários | 28.691.291,94 | - |
| TOTAL 2016 | 5.398.641.152,20 | 5.944.087.712,19 |
| Variação 2017/2016 | 10,10% | |

Fonte: Procuradoria Geral Fiscal

Movimentação dos tributos em créditos inscritos em Dívida Ativa – Exercício 2017

| 2017 | A-Saldo Inicial (Saldo Anterior) | B-Inclusões e Atualizações (Débito) | C- Canc/Desc/Ajustes | D-Recebimentos | D-% de Recebimento E=(D/(A+B-C)) | E- % Inadimplência (F=1-E) |
|-----------------------------|-------------------------------------|--|-------------------------|-----------------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| IPTU | 1.224.756.933,96 | 195.300.714,68 | 16.529.040,08 | 95.971.168,22 | 6,84% | 93,16% |
| ITBI | 6.448.619,08 | 3.290.435,48 | 47.590,20 | 763.179,06 | 7,87% | 92,13% |
| ISS | 3.831.219.796,05 | 462.987.738,21 | 8.011.535,04 | 62.322.559,02 | 1,45% | 98,55% |
| Taxas | 58.772.929,91 | 31.616.073,96 | 960.527,60 | 24.171.338,46 | 27,03% | 72,97% |
| Contribuição de Melhoria | - | 421.916,43 | 30.788,89 | 391.127,54 | 100,00% | 0,00% |
| Outros Tributos | 248.751.581,26 | 32.832.091,34 | - | - | 0,00% | 100,00% |
| Não Tributária | 28.691.291,94 | 31.981.387,30 | 2.978.980,57 | 805.962,19 | 1,40% | 98,60% |
| TOTAL | 5.398.641.152,20 | 758.430.357,40 | 28.558.462,38 | 184.425.334,49 | 3,01% | 96,99% |

Média Percentual Inadimplência LP = (% Inadimplência Ano X2 + %Inadimplência Ano X3)/número de exercícios (1)

Fonte: Sistema de Gestão Tributária Municipal - GTM/Departamento de Contabilidade - FC

Comentários do Gestor - PGF

Medidas adotadas - Dívida Ativa

- Estabelecimento de estratégias jurídicas para a diminuição da evasão fiscal, com maior eficiência da arrecadação, envolvendo maior número de procuradores e demais funcionários;
- Capacitação profissional por meio de cursos e treinamentos;
- Representação e defesa na esfera judicial e extrajudicial, do Município de Curitiba;
- Realização da inscrição e cobrança em Dívida Ativa, dos débitos não pagos em condições normais;
- Desenvolvimento de atividades administrativas, visando aumentar a arrecadação, amigável e judicial dos débitos inscritos em Dívida Ativa;
- Realização de parcelamentos, conforme o que dispõe a portaria nº 41/2013 – PGM, que permite o parcelamento de débitos em até 90 (noventa) meses, dependendo do valor;
- Envio de cartas aos contribuintes, com débitos inscritos em Dívida Ativa, convidando-os para comparecer e negociar seus débitos;
- Melhorias no sistema de informática, facilitando o acesso de contribuintes;
- Ampliação no quadro de procuradores;
- Ampliação no quadro de pessoal administrativo;
- Aquisição de novos equipamentos de informática;



- Modernização do sistema de informática, visando a melhora das informações e dos serviços prestados aos cidadãos;
- Implementação de Call Center via 156, visando à cobrança de débitos inscritos em dívida Ativa e para sanar dúvidas quanto a emissão de DAM;
- Envio de DAM, via e-mail aos contribuintes referente a débitos parcelados;
- Alerta via e-mail aos contribuintes sobre parcelas em atraso.
- Contratação de mais 17 estagiários de direito em virtude do aumento de peticionamento nos processos de execuções fiscais de 54.966 para 96.586.
- Encaminhamento de 101.123 cartas para devedores, sendo o valor negociado amigavelmente de R\$ 18.934.025,08.

6.3.2 - Medidas para cobrança da Dívida Ativa

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Recomendação: Mantém-se a recomendação dos exercícios anteriores, quanto ao diagnóstico e os esforços para o regresso de valores do estoque da dívida ativa, assim como o alinhamento da base de dados, considerando os acompanhamentos e informações da PGF, em relação aos dados gerados de modo sistematizado no Sistema de Gestão Tributária do Município - GTM.

6.3.3 Programação financeira e congelamento de dotações

Execução orçamentária e programação financeira

Na execução orçamentária é liberado o plano de desembolso (Programação Orçamentária Mensal). E são liberadas também solicitações encaminhadas pelos órgãos da administração direta e indireta através de Quadro de Alteração de Liberado – QAL, após análise. São realizadas as alterações orçamentárias por decreto e por projetos de lei suplementares e especiais que ocorrem por meio das solicitações de Pedido de Crédito Adicional – PCA.

No controle da execução orçamentária são realizados acompanhamentos diários da arrecadação, liberação orçamentária, empenho, dos superávits financeiros possíveis de utilização, excesso de arrecadação, abertura de créditos orçamentários, acompanhamento das fases dos investimentos, acompanhamento das despesas de pessoal, limite de alteração orçamentária, metas fiscais, riscos fiscais, cumprimento de índices constitucionais, programação

orçamentária, liberação orçamentária, estimativas mensais de receitas possíveis de arrecadação, entre outros diversos acompanhamentos.

| RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA | | | | | |
|--|-------------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------------|-----------------------|
| * Com superávit (todas as fontes) | | | | | |
| DIRETA | | Despesa: 31/12/2017 | | | |
| MÊS | | ORÇADO INICIAL | ORÇADO ATUAL | Empenhado até 31/12/2017 | SALDO ORÇADO |
| Categoria | Grupo | | | | |
| Correntes | Pessoal | 2.265.169.000,00 | 1.899.775.557,24 | 1.886.778.556,68 | 12.997.000,56 |
| | Juros/Encarg. da Dívida | 60.011.000,00 | 49.625.701,38 | 45.819.713,76 | 3.805.987,62 |
| | Custeio | 1.097.124.000,00 | 1.387.541.882,29 | 1.218.817.975,37 | 168.723.906,92 |
| | Total | 3.422.304.000,00 | 3.336.943.140,91 | 3.151.416.245,81 | 185.526.895,10 |
| Capital | Investimentos | 590.650.000,00 | 756.631.142,64 | 217.962.683,97 | 538.668.458,67 |
| | Inversões Financeiras | 5.800.000,00 | 5.800.000,00 | 5.700.000,00 | 100.000,00 |
| | Amortização da Dívida | 166.206.000,00 | 253.403.482,94 | 197.880.034,95 | 55.523.447,99 |
| | Total | 762.656.000,00 | 1.015.834.625,58 | 421.542.718,92 | 594.291.906,66 |
| Reserva de Contingência | | 20.566.000,00 | 208.834.939,00 | 0,00 | 208.834.939,00 |
| Total Despesa | | 4.205.526.000,00 | 4.561.612.705,49 | 3.572.958.964,73 | 988.653.740,76 |

Fonte: SGP, em 26/01/2018

| | |
|---|------------------------------|
| Acréscimos de Orçamento | <u>356.086.705,49</u> |
| Excesso de Arrecadação | 365.372.150,20 |
| Superávit Financeiro | 93.613.038,17 |
| Operações de Crédito | 23.562.243,53 |
| Cancelamento para as Indiretas | (-178.050.649,76) |
| Suplementação de Recursos das Indiretas | 51.589.923,35 |

Procedimentos/Comentário do Gestor: O valor orçado inicial aprovado para 2017 de R\$ 4.205.526.000,00 foi suplementado por excesso de arrecadação no valor de R\$ 365.372.150,20, superávit financeiro de R\$ 93.613.038,17, operação de crédito de R\$ 23.562.243,53 e o total de cancelamento de dotações de R\$ 925.191.298,52, sendo que o valor orçado no final do exercício foi de R\$ 4.561.612.705,49.

Em conformidade com a Lei Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 8º é determinado que até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o disposto na alínea “c”, do inciso I, do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a aprovação financeira do cronograma de execução mensal de desembolso.



A Secretaria Municipal de Finanças elaborou e publicou a **INSTRUÇÃO NORMATIVA**, determinando os prazos para o lançamento no SGP – Sistema de Gestão Pública, bem como algumas informações quanto aos lançamentos de despesas específicas, como por exemplo: de Pessoal, Custeio, Passivos Reconhecidos, Despesas de Gestão Anterior, Emendas Parlamentares, Investimentos (Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente).

Para a elaboração da Instrução Normativa há o envolvimento de diversas pessoas (Diretores, Superintendentes e Secretários), objetivando definir índices de contingenciamento e valores que não serão programados, conforme acima descrito.

É possível o acompanhamento durante a execução no SGP dos valores autorizados, programados e bloqueados/não liberados pelas Entidade/Órgãos.

Migração do Sistema

Após a aprovação da LOA pelo Poder Legislativo, os valores constantes no QDD – Quadro de Detalhamento das Despesas, são migrados do módulo Planejamento Orçamentário para o módulo Execução Orçamentária do SGP.

As Secretarias/Órgãos devem efetuar os respectivos lançamentos para a programação de desembolso mensal de orçamento, em conformidade com o que foi determinado na Instrução Normativa, até o limite do valor orçado, aprovado pelo Legislativo

Análise e Avaliação da Programação Original (Lançadas pelos Núcleos)

Definido os Grupos de Trabalho no Departamento de Orçamento, estes terão sob sua responsabilidade a análise da Programação de Desembolso, levando em consideração vários fatores:

- a) Conferir as informações que foram migradas do Planejamento Orçamentário, para a Programação de Desembolso na Execução Orçamentária;
- b) Conferir se as emendas foram programadas corretamente, conforme determina a Instrução Normativa;
- c) Conferir se as obras e instalações foram programadas conforme cronograma de Planejamento;
- d) Conferir se foram programadas as despesas com propaganda e publicidade, em conformidade com o cronograma da Secretaria Municipal de Comunicação Social;



- e) Conferir se a Dívida Interna e Externa está em conformidade com o cronograma apresentado pela Contabilidade;
- f) Conferir se os valores foram contingenciados corretamente nas fontes específicas, conforme determina a Instrução Normativa;
- g) Verificar se foram contingenciados os valores mínimos, conforme determinado na Instrução Normativa;
- h) Examinar aquelas ações, que não poderão ser contingenciadas, conforme determina a Instrução Normativa;
- i) Examinar se os valores programados atendem o equilíbrio entre a Receita e o desembolso;
- j) Entre outros itens que poderão ser avaliados.

Comentários do Gestor – Departamento de Orçamento/FOR

O decreto de programação de desembolso é acompanhado de anexos da Programação Financeira (Receita), Programação Orçamentária, o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (pagamento) e as medidas de combate à evasão e a sonegação fiscal.

Também são determinados os prazos para a entrega da Proposta Original acompanhada de Ofício devidamente assinado pelo responsável da pasta à Secretaria Municipal de Finanças, os valores a serem contingenciados, bem como o acompanhamento da liberação e execução orçamentária.

As cotas são liberadas no início de cada mês, após avaliação das receitas e das despesas realizadas, de acordo com a autorização do Superintendente/Secretário de Finanças.

É emitido um relatório através do SGP – “Previsão Despesas Orçamentárias e Resumo por Fontes de Recursos”, para o acompanhamento de toda a execução Orçamentária no decorrer do exercício. Também são elaborados relatórios de acompanhamento com informações específicas e/ou consolidadas.

No decorrer da execução ocorrem remanejamentos de saldos liberados, através de QALs (Quadro de Alteração do Liberado), bem como a Suplementação Orçamentária, através PCAs (Pedido de Crédito Adicional Suplementar) com a elaboração de Decreto em conformidade com o previsto na LOA/2017.

É possível o acompanhamento durante a execução no SGP – Sistema de Gestão Pública dos valores autorizados, programados e bloqueados/não liberados pelas Entidade/Órgãos.



Congelamento de Dotações

Comentários do Gestor - Departamento de Orçamento/FOR

A Instrução Normativa determinou que as Despesas de Custeio e pessoal devem atender um contingenciamento sobre o valor orçado nas fontes de recursos do tesouro 000, 001, 104 e 303. O contingenciamento de custeio/ pessoal foram programados com a redução em um ou mais elementos de despesa, cuja soma atingiu os valores estimados.

O valor total do contingenciamento previsto no Decreto nº 353, de 26 de janeiro de 2017 foi de R\$ 400.000.000,00, com base na previsão de não arrecadação levantada em janeiro/2017 e de restos a pagar para o exercício.

O saldo orçado final em 2017 nas mesmas fontes foi de R\$ 267.095.418,83 apurado no SGP-Execução Orçamentária, Relatório Dinâmico em 24 de janeiro de 2018.

6.3 - Programação financeira e congelamento de dotações

AVALIAÇÃO: Regular

Dentro do escopo delimitado da Portaria n.º 25/2017 e demais procedimentos a avaliação é pela regularidade.

Conclusão – Execução Orçamentária

Destaca-se, que há esforços empreendidos e contínuos quanto à execução orçamentária dentro das formalidades e padrões inicialmente previstos e legalmente instituídos, coordenados pelo Departamento de Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças.

Por ocasião do Relatório do Controle Interno do exercício foi evidenciado que ocorreu, no exercício anterior, ano de 2016, o levantamento de execução de despesas sem lastro orçamentário-financeiro, sendo que foi avaliado o item com ressalva. Cabe esclarecer, como medidas tomadas no início da gestão do exercício 2017 o seguinte:

- Montante total levantado preliminarmente: R\$ 614.006.379,00;
- Registro contábil consolidado no montante total: R\$ 591.247.691,50 (assumpção de dívida e contas pendentes de R\$ 432.073.076,62 e Fundo Provisional de Previdência R\$ 159.174.612,99). A diferença do levantamento preliminar e o registro contábil consolidado se deu em razão de processos em trâmite de solicitações de alterações



contratuais, os quais foram revistos redirecionados ao orçamento, após a regularização mediante termos aditivos avençados e acordados, considerando o princípio da continuidade dos serviços;

- O montante de despesas confirmado, sem lastro orçamentário-financeiro do exercício 2016, foi obtido mediante a verificação documental quanto às formalidades legais de modo comprovado, demonstrado e ratificado pelas diversas área de governo. O correspondente montante total foi registrado em reconhecimento nas contas de obrigações financeiras com terceiros e consta apropriado/indicado no Relatório de Gestão Fiscal Anexo 5 – Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, conforme Portaria n.º 553/STN de 2014, ditames da Resolução CFC n.º 1.111/07, alterações da Resolução CFC n.º 1.367/11, que trata dos Princípios Contábeis aplicadas ao setor público e a Instrução Normativa n.º 29/2008, do TCE-PR;
- O valor foi apurado pela Comissão de Análise de Gestão do Gasto criada e instituída pelo Decreto Municipal n.º 46 e 315/2017, no início do exercício de 2017;
- Os levantamentos e apropriações dos valores estão acostados ao Processo n.º 16948-8/2017, com o correspondente envio e comunicação à Corte do TCE-PR, ao Ministério Público do Estado do Paraná e à Câmara de Vereadores de Curitiba;
- Foi instituído o Decreto n.º 1685/2017 regulamentando a renegociação de débitos prevista na Lei Municipal n.º 15.044, de 28 de junho de 2017 (abordagem e detalhes apresentados no item 8.3).
- Em relação à gestão fiscal, foram tomadas exaustivas medidas durante o exercício 2017 que serão apresentadas no item 7 e 8.3, as quais no final reproduziram resultados para reverter tendências restritivas afetadas pela economia do país. Considera-se, que dentro do escopo delimitado da Portaria n.º 25/2017 e demais procedimentos a avaliação é pela regularidade no exercício.

6.4 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Resumo das Alterações Orçamentárias

| CRÉDITOS ADICIONAIS | R\$ | PREVISTO LOA | REALIZADO |
|------------------------|------------------|--|---|
| | | 20% SOBRE ORÇAMENTO ESPECÍFICO DA ENTIDADE **(4.182.422.000,00) | 16,68% SOBRE ORÇAMENTO ESPECÍFICO DA ENTIDADE |
| Créditos Suplementares | 1.350.195.145,83 | 836.484.400,00 | 697.568.054,78 |
| Créditos Especiais | 57.543.584,59 | - | - |



| | | | |
|--------------------------|------------------|---|---|
| Créditos Extraordinários | - | - | - |
| TOTAL | 1.407.738.730,42 | - | - |

(*) Conforme determinação no Acórdão nº 834/09 – Segunda Câmara – TCE/PR

(**) Retirados da despesa prevista os Fundos Municipais vinculados às secretarias como unidade orçamentária.

| RECURSOS INDICADOS | R\$ |
|---------------------------|-------------------------|
| Superávit Financeiro | 93.613.038,17 |
| Excesso de Arrecadação | 365.372.150,20 |
| Cancelamento de Dotações | 925.191.298,52 |
| Operações de Crédito | 23.562.243,53 |
| Saldo de Crédito Especial | 0,00 |
| TOTAL | 1.407.738.730,42 |

6.4.1 Créditos Suplementares

- a) Elaboração e abertura de créditos adicionais suplementares para atender as necessidades orçamentárias da administração direta e indireta.

Procedimentos/Comentário do Gestor Comentários do Gestor - Departamento de Orçamento/FOR:

Elaborados em conformidade com a legislação vigente, a autorização orçamentária para abertura de créditos adicionais suplementares estão contidas nos Artºs. 4º, 5º, 6º e 8º, da Lei Municipal n.º 15.013, de 27/12/2016. No exercício de 2017 foram abertos créditos suplementares por decreto no montante de R\$ 1.350.195.145,83 com a indicação de recursos de superávit financeiro, excesso de arrecadação, operação de crédito e cancelamento de dotações.

O limite autorizado para abertura de créditos adicionais suplementares, na Lei Municipal n.º 15.013, de 27/12/2016, estabelecido em 20% do total da despesa autorizada para a administração municipal e 20% quando envolvesse remanejamento para cada Fundação, Fundos e Institutos que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. O valor do limite realizado para a administração direta foi de R\$ 697.568.054,78, considerando as reduções e suplementações das indiretas na entidade Prefeitura, através do Art. 5º, da Lei Municipal nº 15.013, de 27/12/2016.

De acordo com o Art. 46 da Lei Municipal nº 15.046, de 10/07/2017, fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual, nos créditos adicionais, e por decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, bem como de alterações de suas



competências e atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

b) Acompanhamento e controle do limite de autorização para abertura de créditos adicionais.

Procedimentos/Comentário do Gestor: Controle gerencial realizado antes da elaboração e após a aprovação e a liberação de crédito orçamentário, possibilitando repasse de informações aos diversos órgãos da PMC.

c) Observância e acompanhamento da legislação aplicada à matéria, sendo federal, estadual, municipal e atendimento ao TCE-PR.

Procedimentos/Comentário do Gestor: Realizados com frequência em sites governamentais, *internet*, DOM, jornais, boletins de informações econômico-financeiras e correspondências recebidas, havendo funcionários responsáveis pela divulgação.

d) Ajustes e adequações necessárias para a execução orçamentária face às regras do SIM-AM, para a importação e encaminhamento de informações ao TCE-PR.

Procedimentos/Comentário do Gestor: Os ajustes e correções necessários foram efetuados com a republicação e/ou elaboração de novos decretos dentro do exercício financeiro. Foram realizados questionamentos através de correspondência eletrônica e reuniões provocadas pelo Departamento de Orçamento, buscando possíveis soluções com o TCE-PR.

6.4.2 Créditos Especiais

a) Elaboração e abertura de créditos adicionais especiais para atender as necessidades orçamentárias da administração direta e indireta.

Procedimentos/Comentário do Gestor: A abertura de créditos adicionais especiais ao orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba, no valor de R\$ 57.543.584,59 foi proporcionada por superávit financeiro, excesso de arrecadação e cancelamento de dotações, de acordo com as Leis Municipais nº 14.930, de 27/09/16, nº 14.983, de 14/12/16, nº 15.092, de 19/10/17, nº 15.136, de 14/12/17 e nº 15.151, de 19/12/17.

b) Observância e acompanhamento da legislação aplicada à matéria, sendo federal, estadual, municipal e TCE-PR.



Procedimentos/Comentário do Gestor: Realizado com frequência em sites governamentais, Internet, DOM, jornais, boletins de informações econômico-financeiras e correspondências recebidas, acompanhamento do projeto no site da Câmara Municipal de Curitiba, e divulgação do mesmo por funcionários responsáveis.

Relação de ações abertas em 2017 através de Crédito Adicional Especial

| Lei Municipal | | Ação | Órgão | Valor Ação | Observação |
|---------------|----------|------|--------|--|-----------------------------------|
| Nº Lei | Data Lei | | | | |
| 14.930/16 | 27/09/16 | 1225 | SGM | <u>1.228.322,00</u> 1.228.322,00 | Reabertura/Dec. 261 de 19/01/2017 |
| 15.092/17 | 19/10/17 | 0063 | SME | 10.000.000,00 | CAE / Dec. 1889 de 20/10/17 |
| 15.092/17 | 19/10/17 | 2252 | SGM | 465.000,00 | CAE / Dec. 1889 de 20/10/17 |
| 15.092/17 | 19/10/17 | 1076 | SMOP | 263.439,94 | CAE / Dec. 1889 de 20/10/17 |
| 15.092/17 | 19/10/17 | 2147 | SMOP | <u>94.922,02</u> 10.823.361,96 | CAE / Dec. 1889 de 20/10/17 |
| 15.136/17 | 14/12/17 | 1230 | SMOP | <u>29.491.900,63</u> 29.491.900,63 | CAE / Dec. 2193 de 15/12/17 |
| 15.151/17 | 19/12/17 | 1153 | SEPLAD | <u>16.000.000,00</u> 16.000.000,00 | CAE / Dec. 2239 de 20/12/17 |

Procedimentos/Comentário do Gestor: Foram incluídas no orçamento inicial de 2017, sete ações orçamentárias por meio de uma reabertura de lei de 2016 e créditos especiais encaminhadas à Câmara Municipal de Curitiba no exercício de 2017.

6.4.3 Créditos Extraordinários

Não ocorreram créditos extraordinários no exercício de 2017.

6.4 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

AVALIAÇÃO: Regular

6.4.1 - Créditos Suplementares – Avaliação Regular

6.4.2 - Créditos Especiais – Avaliação Regular

6.4.3 - Créditos Extraordinários – Avaliação Regular

Dentro do escopo delimitado da Portaria nº 25/2017 e demais procedimentos a avaliação é pela regularidade.



Conclusão – Alterações Orçamentárias

O Departamento de Orçamento mantém procedimentos rígidos de controle e acompanhamento na legalidade das alterações orçamentárias.

6.5 REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – procedimentos vinculados aos Itens nº 4.16 a 4.18

6.5.1 Repasses das contribuições retidas e patronal, bem como dos aportes para amortização do déficit em conformidade com o cálculo atuarial.

Em 2017, foram promovidas melhorias e alterações importantes nas regras do Sistema de Seguridade Social dos Servidores do Município de Curitiba, sobretudo com a promulgação da Lei Municipal nº 15.042/2017, que alterou dispositivos da Lei Municipal nº 9.626/99 e revogou a Lei Municipal nº 12.821/08, tendo sido regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.269/17.

Na sequência, quando da apresentação da avaliação atuarial para o exercício de 2017, foi confirmada a tendência de déficit já sinalizada no estudo realizado em 2016. A partir de janeiro de 2017, foram realizados estudos, avaliações, apropriações de recursos e recondução de procedimentos que se consolidaram resumidamente em medidas e resultados seguintes:

| | |
|--------------------------|--|
| Lei 15.042 de 28/06/2017 | Alterou dispositivos da Lei nº. 9.626/99 e revogou a Lei nº. 12.821/08 (ANEXO 8 - B) |
| Lei 15.091 de 17/10/2017 | Dispõe sobre a autorização de parcelamento dos débitos do Município de Curitiba com o Regime de Próprio de Previdência Social gerido pelo Instituto de Previdência Municipal de Curitiba (ANEXO 8 - C) |

A partir da instituição da nova legislação foram desencadeadas algumas medidas:

- Criação da CuritibaPrev, fundo de pensão de servidores municipais, pioneiro entre as capitais;
- Implantação de novo regime de aportes previdenciários – aumento progressivo da alíquota nos anos de 2017 até 2023;
- Aportes previdenciários previstos no orçamento a partir do ano de 2018, considerando a alteração da Lei Municipal nº. 9.626/99 e a revogação da Lei 12.821/08, sendo que foi possível o trâmite e instituição da Lei 15.042/2017 em 28/06/2017. A partir da instituição do novo PPA 2018-2021, conforme a instituição da Lei Municipal nº. Municipal 15.046 de 10/07/2017, no Anexo I – Função 09, a Ação 2198 – foi previsto



aporte para a cobertura do déficit atuarial do RPPS, correspondência estabelecida na Lei Municipal nº. 15.155/17 relativa à instituição da LDO 2018, Lei Municipal nº. 15.157/2017 e Decreto Municipal nº. 2263/2017, respectivamente para a LOA e Quadro de Detalhamento da Despesa para o exercício de 2018, em que consta criada legalmente aprovada a correspondente Ação – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS – Natureza da Despesa - 3.3.91.97. Acesso legislação: <http://www.orcamentos.curitiba.pr.gov.br/>

Os acordos dos débitos em atraso foram reconduzidos em acertos no ano de 2017 pela atual gestão, dentro da apropriação e do lastro orçamentário-financeiro possível.

As principais alterações da nova legislação foram as seguintes:

- Entendimento sobre a base de cálculo da contribuição patronal, considerando a mesma não ser integrada pela remuneração dos servidores inativos e pensionistas, mas somente pela dos ativos;
- Implantação de novo regime de aportes previdenciários, com o aumento progressivo das alíquotas, tanto do Município, quanto dos servidores, de 2017 até 2023, momento em que serão estabilizadas em 28% e 14% respectivamente;
- Aportes previdenciários previstos no orçamento a partir do ano de 2018;
- Criação do *CuritibaPrev*, fundo de previdência complementar;
- Os débitos em atraso foram objeto de parcelamento, nos limites do lastro orçamentário-financeiro disponível.
- Sendo previsto, a partir da instituição do novo PPA 2018-2021, conforme a instituição da Lei Municipal nº 15.046, de 10 de julho de 2017, no Anexo I – Função 09, a Ação 2198 – Aporte para a cobertura do déficit atuarial do RPPS, correspondência prevista na Lei Municipal nº. 15.155/17 relativa a instituição da LDO 2018, e Lei Municipal nº. 15.157/2017 e Decreto Municipal nº. 2263/2017, respectivamente para a LOA e Quadro de Detalhamento da Despesa para o Exercício de 2018, em que consta criada legalmente aprovada a correspondente a Ação – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS – Natureza da Despesa - 3.3.91.97. Acesso legislação: <http://www.orcamentos.curitiba.pr.gov.br/>

Os procedimentos realizados pela Unidade central do Controle Interno relativos às verificações de pagamentos e repasses ao RPPS se deram ao final do exercício em função do escopo possível e delimitado, por meio de análises de dados e informações dos demonstrativos do CADPREV – Sistema de informações dos Regimes Públicos de Previdência Social.



Em razão das verificações, foi emitido o Ofício n.º 54/2017 – SMF8 ao Departamento de Contabilidade, com retorno mediante o Ofício n.º 269/2017 – FC, com esclarecimentos acerca das variações observadas e dos procedimentos utilizados para apuração e repasses de valores, inclusive, considerando análises e respostas de contraditório ao TCE-PR.

Feita esta contextualização, passa-se à análise dos temas abaixo discriminados, que terá como base as alterações legislativas acima mencionadas, as verificações realizadas pelo Controle Interno e as informações prestadas que lhe foram prestadas.

APORTES PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Antes das alterações promovidas pela Lei Municipal n.º 15.042/17, os aportes do Plano de Custeio destinados à obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial do IPMC eram realizados com base no disposto nas Leis Municipais n.º 9.626/99 e 12.821/08.

Como visto, a Lei Municipal n.º 15.042/17 revogou a Lei nº 12.821/08, que havia acrescentado o art. 43-A à Lei Municipal nº 9.626/99. Desse modo, os aportes para fins do Plano de Custeio, amortização do déficit atuarial e obtenção do equilíbrio financeiro do IPMC passaram a ser definidos tecnicamente, a partir de avaliações atuariais periódicas confirmadas por ato oficial do Executivo Municipal, com prazo de amortização de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de janeiro de 2017, podendo ser estendido ou repactuado nos termos de norma federal permissiva, se houver.

Quanto à obrigação integral do exercício de 2017, relativa ao plano de equacionamento do déficit atuarial estabelecido pelo art. 5º da Lei Municipal nº 15.042/17, o seu adimplemento se deu mediante compensação com os valores que o IPMC deveria repetir ao Tesouro Municipal (art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 15.042/17), conforme os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 1.269/17 e no valor indicado em seu anexo único. Citem-se os seguintes dispositivos do referido Decreto:

“Art. 1º As obrigações correntes do Município de Curitiba em face do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC, serão adimplidas mediante a repetição determinada pelo artigo 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 15.042, de 28 de junho de 2017.

§ 1º Entende-se por obrigações correntes do Município de Curitiba aquelas referidas no artigo 4º da Lei Municipal nº 15.042, de 28 de junho de 2017.

§ 2º As repetições mencionadas no caput serão feitas mediante quitação das obrigações do Município de Curitiba para com o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC, devendo este último formalizar mensalmente àquele o valor repetido e o saldo do crédito corrigido monetariamente.



§ 3º As repetições serão realizadas sempre no último dia útil de cada mês, desde aquele em que a Lei Municipal nº 15.042, de 28 de junho de 2017, entrou em vigor, até o mês em que se der a extinção integral da obrigação do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC, para com o Município de Curitiba.

§ 4º A obrigação integral do exercício de 2017, relativa ao plano de equacionamento do déficit atuarial estabelecido pelo artigo 5º da Lei Municipal nº 15.042, de 28 de junho de 2017, é adimplida nesta data, nos mesmos termos do caput e no valor indicado no anexo único, deste decreto.

O repasse se deu por interferência financeira, sendo que o repasse através de empenho no elemento 97 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial – foi previsto, instituído e inserido na Lei Orçamentária Anual 2018.

Quanto aos valores devidos e não repassados ao RPPS de setembro a dezembro de 2016, a Lei Municipal nº 15.042/17 estabeleceu, de início, que estes seriam incluídos no prazo de amortização de 35 anos (art. 5º, § 3º); contudo, o dispositivo foi revogado pela Lei Municipal nº 15.091/17, devido ao fato superveniente de que a Secretaria da Previdência Social autorizou, pela Portaria MF nº 333/17, a realização de parcelamento em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e consecutivas, dos débitos com os RPPS. Assim sendo, e conforme previsão expressa da Lei Municipal nº 15.091/17, em 24/11/2017 foi assinado Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV nº 01827/17), que parcelou em 200 (duzentas) prestações mensais os valores que estavam pendentes de repasse.

Na mesma data, foi assinado Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV nº 01825/17), que reparcelou em 200 (duzentas) prestações mensais os valores que haviam sido objeto de parcelamento no Acordo CADPREV nº 00723/2016, correspondentes aos valores da Lei nº 12.821/08 relativos ao período de agosto/2015 a abril/2016.

As análises para efeitos de avaliação foram conforme documentação enviada para a Controladoria em Finanças – SMF8, principalmente pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Recursos Humanos e Instituto de Previdência Municipal de Curitiba – IPMC durante o exercício.

Conforme disposição na Portaria nº 25/2017, em relação aos dados e informações enviados pelo Instituto de Previdência Municipal de Curitiba – IPMC, solicitou-se maiores esclarecimentos quanto à composição de valores no decorrer do período da análise do Relatório de Prestação de Contas.

6.5.1 Repasses das contribuições retidas e patronal, bem como dos aportes para amortização do déficit em conformidade com o cálculo atuarial

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Dentro do escopo delimitado pela Portaria n.º 25/2017 e demais procedimentos conclui-se que no exercício de 2017 medidas foram tomadas, com esforços adicionais de várias ordens. Entretanto, recomenda-se melhorias e aperfeiçoamentos quanto aos procedimentos e acompanhamentos de dados e informações, os quais serão objeto inclusive de estudos, aprofundamentos e especialização do Controle Interno durante o exercício de 2018.

6.5.2 Pagamento dos parcelamentos das dívidas com a previdência própria.

REPASSES DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAL

A mudança introduzida pela Lei Municipal nº 15042/2017 alterou o entendimento referente à base de cálculo da contribuição patronal, que passou a ser restrita aos servidores ativos, sendo defeso o seu custeio concernente aos servidores inativos e pensionistas (art.2º), resultando na diminuição da base de cálculo considerada até então.

O entendimento se fundamentou no disposto na Lei Municipal nº 11983/2006, que alterou a redação do art. 74 da Lei Municipal nº 9626/99, e estabeleceu a responsabilidade do Município, suas autarquias e fundações, pelo pagamento da contribuição patronal relativa aos servidores ativos, conforme segue:

“Art. 74 O Município, suas autarquias e fundações, são responsáveis diretos e exclusivos em face do Sistema de Seguridade e de suas Entidades, pelo repasse das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas e pelo pagamento da contribuição patronal relativa aos seus servidores ativos. (Redação dada pela Lei nº 11983/2006)”

A Lei Municipal n.º 15.042/2017 dispõe que a base de cálculo da contribuição patronal deve ser restrita aos servidores ativos, sendo defeso o seu custeio concernente aos servidores inativos e pensionistas (art.2º), resultando na diminuição da base de cálculo.

O entendimento se fundamentou no disposto na Lei Municipal nº 11983/2006, que alterou a redação do art. 74 da Lei Municipal nº 9626/99, e estabeleceu a responsabilidade do Município, suas autarquias e fundações, pelo pagamento da contribuição patronal relativa aos servidores ativos, conforme segue: Permanece igual

“Art. 74 O Município, suas autarquias e fundações, são responsáveis diretos e exclusivos em face do Sistema de Seguridade e de suas Entidades, pelo repasse das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas e pelo pagamento da contribuição patronal relativa aos seus servidores ativos. (Redação dada pela Lei nº 11983/2006)”

Com relação à alíquota da contribuição patronal, esta deverá sofrer acréscimo progressivo a partir de 2018, permanecendo em 22% (vinte e dois por cento) no ano de 2017,



com aumento à razão de 1(um) ponto percentual para cada um dos anos intermediários, até o percentual de 28% (vinte e oito por cento) para o ano de 2023 (art. 1º da Lei Municipal nº 15042/2017).

Ainda, a referida lei também estabeleceu que o IPMC repetirá ao Tesouro Municipal os valores pagos pelo Município de Curitiba a título de contribuição patronal de inativos e pensionistas nos últimos cinco anos, devidamente atualizados pelo INPC, sem cômputo de juros moratórios (parágrafo único do art. 3º), sendo que o Tesouro Municipal deverá, em até 12 (doze) meses, destinar todos os valores que lhe serão repetidos ao adimplemento de suas obrigações jurídico-financeiras alusivas à contribuição patronal de seus servidores ativos, ao pagamento das prestações mensais dos parcelamentos da dívida do Município de Curitiba com o IPMC e aos aportes mensais suplementares (art. 4º da Lei Municipal nº 15042/2017).

Desse modo, os repasses da contribuição patronal dos servidores ativos foram efetuados regularmente, sendo que a partir de junho/17, as obrigações foram adimplidas mediante a compensação relativa à repetição determinada pelo art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 15.042/2017, conforme procedimentos estabelecidos no Decreto Municipal nº 1.269/17.

A partir de fevereiro de 2012 foi procedida a alteração quanto à contribuição patronal dos servidores inativos e pensionistas dada a interpretação concernente ao art. 74 da Lei Municipal n.º 9.626/99.

Importante ressaltar que o Exercício 2017 iniciou com saldo a recolher referente às contribuições patronais do exercício anterior não repassadas ao RPPS, tendo sido assinado em 03/02/2017 o Acordo CADPREV nº 0132/2017 que parcelou em 60 (sessenta) prestações mensais os valores relativos ao período de dezembro/2016 que estavam pendentes. Posteriormente, em 24/11/2017, foi assinado o Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV nº 01826/17), que reparcelou os valores que haviam sido objeto de parcelamento no Acordo CADPREV n.º 00132/2017.

REPASSES DAS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR

O Exercício 2017 iniciou com saldo a recolher referente às retenções dos servidores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUC, alusivo ao mês de dezembro/16, que ficaram pendentes. Esta situação foi regularizada em março/2017, segundo ~~conforme~~ informação recebida do Departamento de Contabilidade do Município.

Os repasses das contribuições do Exercício 2017 foram efetuados, não havendo saldo pendente de recolhimento ao final do exercício.



Destaca-se que a Lei Municipal n.º 15.042/2017 instituiu o acréscimo progressivo da alíquota de contribuição do servidor, a começar por 11% (onze por cento) para o ano de 2017 até o percentual de 14% (quatorze por cento) para o ano de 2023, com aumento à razão de 0,5 (meio) ponto percentual para cada um dos anos intermediários, conforme disposto no art. 1º da referida Lei.

PAGAMENTOS DOS PARCELAMENTOS DAS DÍVIDAS

Os parcelamentos vigentes no Exercício 2017 foram:

- Acordo CADPREV n.º 0723/2016, de 30/09/2016, no valor inicial de R\$ 233.153.409,19, correspondente aos valores de Cobertura de Déficit Atuarial Lei Municipal n.º 12821/08 devidos e não repassados ao RPPS, relativos ao período de 08/2015 a 04/2016, a ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, tendo sido pagas 13 (treze) parcelas no decorrer de 2016 e 2017. Este acordo vigorou até novembro/2017, quando foi objeto de reparcimento por meio do Acordo CADPREV n.º 01825/17.
- Acordo CADPREV n.º 0132/2017, de 03/02/17, no valor inicial de R\$ 92.968.197,24, correspondente aos valores da Contribuição Patronal devidos e não repassados ao RPPS, relativos ao período de 12/2016, a ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, tendo sido pagas 8 (oito) parcelas no decorrer de 2017. Este acordo vigorou até novembro/2017 quando foi objeto de reparcimento por meio do Acordo CADPREV n.º 01826/17.
- Acordo CADPREV n.º 01825/2017, de 24/11/2017, no valor inicial de R\$ 197.359.156,52, correspondente aos valores de Cobertura de Déficit Atuarial Lei Municipal n.º 12821/08 devidos e não repassados ao RPPS, relativos ao período de 08/2015 a 04/2016, a ser pago em 200 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela em 31/12/2017.
- Acordo CADPREV n.º 01826/2017, de 24/11/2017, no valor inicial de R\$ 84.727.209,35, correspondente aos valores da Contribuição Patronal devidos e não repassados ao RPPS, relativos ao período de 12/2016, a ser pago em 200 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela em 31/12/2017.
- Acordo CADPREV n.º 01827/2017, de 24/11/2017, no valor inicial de R\$ 155.813.248,25, correspondente aos valores de Lei Municipal n.º 12821/08 devidos e não repassados ao RPPS, relativos ao período de 09/2016 a 12/2016,

a ser pago em 200 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela em 31/12/2017.

De acordo com a alimentação do Anexo XIX – Contabilidade – constam as seguintes apropriações no exercício 2017, concernentes ao RPPS:

| RESUMO DE REPASSES AOS RPPS | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| Competência | Contrib. Patronal | Contrib. Servidores | Parcelamentos | Aporte RPPS | Taxa de Adm. | Total |
| Janeiro | 46.689.088,35 | 17.973.201,27 | 3.885.890,15 | 0,00 | 575.000,00 | 69.123.179,77 |
| Fevereiro | 31.758.984,91 | 18.000.982,61 | 3.885.890,15 | 0,00 | 585.252,51 | 54.231.110,18 |
| Março | 31.208.277,01 | 17.990.232,63 | 5.441.867,88 | 0,00 | 891.127,00 | 55.531.504,52 |
| Abril | 31.240.999,24 | 17.864.304,20 | 5.441.867,88 | 0,00 | 728.497,00 | 55.275.668,32 |
| Mai | 31.855.278,35 | 18.197.717,95 | 5.441.867,88 | 0,00 | 705.049,00 | 56.199.913,18 |
| Junho | 645.534,84 | 17.881.473,89 | 0,00 | 0,00 | 23.497.221,67 | 42.024.230,40 |
| Julho | 61.997.108,41 | 17.652.798,18 | 10.883.735,76 | 232.785.611,41 | 1.469.990,59 | 324.789.244,35 |
| Agosto | 30.415.583,60 | 17.358.418,21 | 5.441.867,88 | 0,00 | 2.248.512,26 | 55.464.381,95 |
| Setembro | 32.149.218,06 | 18.157.827,67 | 5.441.867,88 | 0,00 | 2.248.512,26 | 57.997.425,87 |
| Outubro | 31.290.186,57 | 17.741.648,18 | 5.441.867,88 | 0,00 | 2.248.512,26 | 56.722.214,89 |
| Novembro | 61.264.258,57 | 35.537.521,74 | 0,00 | 0,00 | 2.248.512,26 | 99.050.292,57 |
| Dezembro | 31.044.833,64 | 17.658.429,44 | 21.977.45,48 | 0,00 | 2.248.512,27 | 53.149.520,83 |
| Total | 421.559.351,55 | 232.014.555,97 | 53.504.468,82 | 232.785.611,41 | 39.694.699,08 | 979.558.686,83 |

As Contribuições retidas dos servidores estão resumidas no quadro abaixo:

| Competência | Saldo anterior | Valor Devido | Valor Recolhido | Saldo a Recolher |
|--------------|----------------|-----------------------|-----------------------|------------------|
| Janeiro | 225.726,50 | 17.973.201,27 | 17.973.201,27 | 225.726,50 |
| Fevereiro | 225.726,50 | 18.000.982,61 | 18.000.982,61 | 225.726,49 |
| Março | 225.726,50 | 17.764.509,98 | 17.990.232,63 | 3,85 |
| Abril | 3,85 | 17.871.825,66 | 17.864.304,20 | 7.525,30 |
| Mai | 7.525,31 | 18.190.196,49 | 18.197.717,95 | 3,84 |
| Junho | 3,85 | 17.881.473,89 | 17.881.473,89 | 3,85 |
| Julho | 3,85 | 17.652.798,18 | 17.652.798,18 | 3,85 |
| Agosto | 3,85 | 17.358.418,21 | 17.358.418,21 | 3,85 |
| Setembro | 3,85 | 18.157.827,67 | 18.157.827,67 | 3,85 |
| Outubro | 3,85 | 17.741.648,18 | 17.741.648,18 | 3,85 |
| Novembro | 3,85 | 35.534.900,40 | 35.534.904,25 | 3,85 |
| Dezembro | 0,00 | 17.658.429,44 | 17.658.429,44 | 0,00 |
| Total | | 231.786.211,98 | 232.011.938,48 | |

As Contribuições patronais empenhadas e pagas estão resumidas no quadro abaixo:

| Competência | Saldo anterior | Valor Apropriado | Valor Recolhido | Valor Parcelado | Saldo a Recolher |
|-------------|----------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------|
| Janeiro | 63.469.114,85 | 46.689.088,35 | 46.689.088,35 | - | 63.469.114,85 |
| Fevereiro | 63.469.114,85 | 31.758.984,91 | 31.758.984,91 | - | 63.469.114,85 |
| Março | 63.469.114,85 | 31.208.277,01 | 31.208.277,01 | - | 63.469.114,85 |
| Abril | 63.469.114,85 | 31.240.999,24 | 31.240.999,24 | - | 63.469.114,85 |
| Maiο | 63.469.114,85 | 31.855.278,35 | 31.855.278,35 | 174.132,75 | 63.294.982,10 |
| Junho | 63.294.982,10 | 23.370.495,90 | 645.534,84 | 61.364.036,01 | 24.655.907,15 |
| Julho | 24.655.907,15 | 39.681.438,89 | 61.997.108,41 | 1.930.946,09 | 409.291,54 |
| Agosto | 409.291,54 | 30.008.144,67 | 30.415.583,60 | - | 1.852,61 |
| Setembro | 1.852,61 | 32.149.218,06 | 32.149.218,06 | - | 1.852,61 |
| Outubro | 1.852,61 | 31.288.333,96 | 31.290.186,57 | - | 0,00 |
| Novembro | 0,00 | 61.264.258,57 | 61.264.258,57 | - | 0,00 |
| Dezembro | 0,00 | 31.044.833,64 | 31.044.833,64 | - | 0,00 |
| | | 421.559.351,55 | 421.559.351,55 | 63.469.114,85 | |

O quadro abaixo demonstra o montante destinado ao RPPS referente ao aporte:

| Competência | Valor Devido 2017 | Valor Pago por Empenho | Valor Interferência | Saldo a Recolher |
|-------------|-------------------|------------------------|-----------------------|------------------|
| Janeiro | 232.785.611,41 | - | - | 232.785.611,41 |
| Fevereiro | 232.785.611,41 | - | - | 232.785.611,41 |
| Março | 232.785.611,41 | - | - | 232.785.611,41 |
| Abril | 232.785.611,41 | - | - | 232.785.611,41 |
| Maiο | 232.785.611,41 | - | - | 232.785.611,41 |
| Junho | 232.785.611,41 | - | - | 232.785.611,41 |
| Julho | 232.785.611,41 | - | 232.785.611,41 | - |
| Agosto | - | - | - | - |
| Setembro | - | - | - | - |
| Outubro | - | - | - | - |
| Novembro | - | - | - | - |
| Dezembro | - | - | - | - |
| | | | 232.785.611,41 | |



CURITIBA

PREFEITURA DE CURITIBA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPTº DE CONTABILIDADE / DIVISÃO-CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

Prazo: 60 meses
Lei Municipal 14.911/2016
Montante: R\$ 92.968.197,24
Acordo CADPREV 00132/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

PAGAMENTO DOS PARCELAMENTOS

| | Número/Ano | Quantidade de Parcelas | Valor das Parcelas | Valor Total do Parcelamento | Valor Total Pago | % Pago | Saldo da dívida no exercício | % Saldo a Pagar |
|-----------------------|---------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|------------------|--------|------------------------------|-----------------|
| Termo de Parcelamento | Acordo CADPREV 00132/2017 | 60 | 1.555.977,73 | 112.881.396,07 | 12.806.801,40 | | 0,00 | |

| Exercício 2017 | | | | | | | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------|------------|------------------|------------------------------|--------|-----------------|
| Termo de Parcelamento nº | Acordo CADPREV 00132/2017 | | | | | | |
| Parcelas nº | Valor | Data de Vencimento | Data Pago | Valor total Pago | Saldo da dívida no exercício | % Pago | % Saldo a Pagar |
| 1 | 1.555.977,73 | 31/03/2017 | 31/03/2017 | 1.555.977,72 | 91.802.685,94 | | |
| 2 | 1.555.977,73 | 30/04/2017 | 28/04/2017 | 1.580.338,11 | 90.246.708,21 | | |
| 3 | 1.555.977,73 | 31/05/2017 | 31/05/2017 | 1.589.425,02 | 88.660.730,49 | | |
| 4 | 1.555.977,73 | 30/06/2017 | 28/07/2017 | 1.602.968,25 | 87.057.762,24 | | |
| 5 | 1.555.977,73 | 31/07/2017 | 28/07/2017 | 1.606.041,31 | 85.451.720,93 | | |
| 6 | 1.555.977,73 | 31/08/2017 | 30/08/2017 | 1.616.600,17 | 83.835.120,76 | | |
| 7 | 1.555.977,73 | 30/09/2017 | 29/09/2017 | 1.623.964,61 | 82.211.156,15 | | |
| 8 | 1.555.977,73 | 31/10/2017 | 30/10/2017 | 1.631.488,21 | 80.579.667,94 | | |

Obs.: O saldo do Acordo CADPREV 00132/2017 em 01/12/2017 foi transferido para o reparcèlement do Acordo 01825/2017.
Em 01/12/2017 atualizou o valor de R\$ 80.910.841,85 para R\$ 85.045.869,73 (saldo devedor inicial do reparcèlement IFMC).

PREFEITURA DE CURITIBA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPTº DE CONTABILIDADE / DIVISÃO-CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

Prazo: 60 meses
Lei Municipal 14.911/2016
Montante: R\$ 239.163.409,19
Acordo CADPREV 00723/2016

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

PAGAMENTO DOS PARCELAMENTOS

| | Número/Ano | Quantidade de Parcelas | Valor das Parcelas | Valor Total do Parcelamento | Valor Total Pago | % Pago | Saldo da dívida no exercício | % Saldo a Pagar |
|-----------------------|---------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|------------------|--------|------------------------------|-----------------|
| Termo de Parcelamento | Acordo CADPREV 00723/2016 | 60 | 3.885.890,15 | 233.151.767,10 | 41.084.875,39 | | 0,00 | |

| Exercício 2017 | | | | | | | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------|------------|------------------|------------------------------|--------|-----------------|
| Termo de Parcelamento nº | Acordo CADPREV 00723/2016 | | | | | | |
| Parcelas nº | Valor | Data de Vencimento | Data Pago | Valor total Pago | Saldo da dívida no exercício | % Pago | % Saldo a Pagar |
| 4 | 3.885.890,15 | 31/01/2017 | 31/01/2017 | 3.981.840,55 | 217.561.177,81 | | |
| 5 | 3.885.890,15 | 28/02/2017 | 24/02/2017 | 4.018.088,13 | 213.675.287,66 | | |
| 6 | 3.885.890,15 | 31/03/2017 | 31/03/2017 | 4.047.294,48 | 209.789.997,51 | | |
| 7 | 3.885.890,15 | 30/04/2017 | 28/04/2017 | 4.080.213,80 | 205.909.507,36 | | |
| 8 | 3.885.890,15 | 31/05/2017 | 31/05/2017 | 4.108.158,04 | 202.017.617,20 | | |
| 9 | 3.885.890,15 | 30/06/2017 | 28/07/2017 | 4.137.908,55 | 198.131.727,05 | | |
| 10 | 3.885.890,15 | 31/07/2017 | 28/07/2017 | 4.165.059,58 | 194.245.836,90 | | |
| 11 | 3.885.890,15 | 31/08/2017 | 30/08/2017 | 4.171.767,31 | 190.359.946,75 | | |
| 12 | 3.885.890,15 | 30/09/2017 | 29/09/2017 | 4.190.303,05 | 186.474.056,59 | | |
| 13 | 3.885.890,15 | 31/10/2017 | 30/10/2017 | 4.209.240,90 | 182.588.166,44 | | |

Obs.: O saldo do Acordo CADPREV 00723/2016 em 01/12/2017 foi transferido para o reparcèlement do Acordo 01825/2017.
Em 01/12/2017 atualizou o valor de R\$ 182.588.166,44 para R\$ 198.114.715,34 (saldo inicial devedor do reparcèlement IFMC).



CURITIBA

PREFEITURA DE CURITIBA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPT. DE CONTABILIDADE / DISTRIBUIÇÃO CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA
Prazo: 200 meses
Lei Municipal: Reparcèlement 16.091 de 17/10/2017
Montante: R\$ 198.114.715,99
Acordo CADPREV n° 01826/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

PAGAMENTO DOS PARCELAMENTOS

| | Número/Ano | Quantidade de Parcelas | Valor das Parcelas | Valor Total do Parcelamento | Valor Total Pago | % Pago | Saldo da dívida no exercício | % Saldo a Pagar |
|-----------------------|------------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|------------------|--------|------------------------------|-----------------|
| Termo de Parcelamento | Acordo CADPREV n° 01826/2017 | 200 | 990.578,50 | 8.546.844.842,22 | 990.578,50 | | 28.732.414,76 | |

| Exercício 2017 | | | | | | | |
|--------------------------|------------------------------|------------|------------|--------------------------|------------|------------------|------------------------------|
| Termo de Parcelamento nº | Acordo CADPREV n° 01826/2017 | Parcela nº | Valor | Data de Vencimento | Data Pago | Valor total Pago | Saldo da dívida no exercício |
| 1 | | | 990.578,50 | 01/12/2017 01/12/2017 | 27/12/2017 | 990.578,50 | 28.732.414,76 |

Acordo CADPREV n° 01826/2017 197.324.141,76
Acordo CADPREV n° 01826/2017 84.638.650,43
Acordo CADPREV n° 01827/2017 155.608.550,06
Saldo consolidado em 31/12/2017 437.561.342,25

Obs.: O saldo do Acordo CADPREV 00728/2016 em 01/12/2017 foi transferido para o reparcèlement do Acordo 01823/2017.
Em 01/12/2017 atualizou o valor de R\$ 182.508.166,44 para R\$ 198.114.715,99.

PREFEITURA DE CURITIBA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPT. DE CONTABILIDADE / DISTRIBUIÇÃO CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA
Prazo: 200 meses
Lei Municipal: Reparcèlement 16.091 de 17/10/2017
Montante: R\$ 86.043.869,78
Acordo CADPREV n° 01826/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

PAGAMENTO DOS PARCELAMENTOS

| | Número/Ano | Quantidade de Parcelas | Valor das Parcelas | Valor Total do Parcelamento | Valor Total Pago | % Pago | Saldo da dívida no exercício | % Saldo a Pagar |
|-----------------------|------------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|------------------|--------|------------------------------|-----------------|
| Termo de Parcelamento | Acordo CADPREV n° 01826/2017 | 200 | 425.219,35 | 85.043.869,70 | 425.219,35 | | 84.618.650,43 | |

| Exercício 2017 | | | | | | | |
|--------------------------|------------------------------|------------|------------|--------------------------|------------|------------------|------------------------------|
| Termo de Parcelamento nº | Acordo CADPREV n° 01826/2017 | Parcela nº | Valor | Data de Vencimento | Data Pago | Valor total Pago | Saldo da dívida no exercício |
| 1 | | | 425.219,35 | 01/12/2017 31/12/2017 | 27/12/2017 | 425.219,35 | 85.043.869,78 |

Obs.: O saldo do Acordo CADPREV 00132/2017 em 01/12/2017 foi transferido para o reparcèlement do Acordo 01826/2017.
Em 01/12/2017 atualizou o valor de R\$ 80.910.841,85 para R\$ 85.043.869,78.



PREFEITURA DE CURITIBA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPTº. DE CONTABILIDADE / DIVISÃO CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA
Prazo: 200 meses
Lei Municipal Parcelamento 16.091 de 17/10/2017
Montante: R\$ 166.390.510,61
Acordo CADPREV nº 01827/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

PAGAMENTO DOS PARCELAMENTOS

| | Número/Ano | Quantidade de Parcelas | Valor das Parcelas | Valor Total do Parcelamento | Valor Total Pago | % Pago | Saldo da dívida no exercício | % Saldo a Pagar |
|-----------------------|------------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|------------------|--------|------------------------------|-----------------|
| Termo de Parcelamento | Acordo CADPREV nº 01827/2017 | 200 | 781.95.255 | 279.946.926,55 | 781.95.255 | | 155.608.558,06 | |

| Exercício 2017 | | | | | | | |
|--------------------------|------------------------------|--------------------|------------|------------------|----------------------------------|--------|-----------------|
| Termo de Parcelamento nº | Acordo CADPREV nº 01827/2017 | | | | | | |
| Parcelas nº | Valor | Data de Vencimento | Data Pagto | Valor total Pago | Saldo da dívida no exercício | % Pago | % Saldo a Pagar |
| 1 | 781.95.255 | 31/12/2017 | 27/12/2017 | 781.95.255 | 156.390.510,61 155.608.558,06 | | |

6.5.2 Pagamento dos parcelamentos das dívidas com a previdência própria

AVALIAÇÃO: Regular

Dentro do escopo delimitado da Portaria n.º 25/2017, e demais procedimentos relativos aos Acordos CADPREV firmados e registros contábeis, a avaliação é pela regularidade.

Conclusão - Regimes Próprios de Previdência Social

A Lei Municipal nº 15042/2017 alterou o percentual da taxa administrativa que foi fixado em 1% (um por cento) sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Curitiba, relativamente ao exercício financeiro anterior (art. 1º, III). Antes da vigência da referida lei o percentual correspondia a 2%(dois por cento).

No decorrer dos meses de janeiro a junho, o Município repassou ao IPMC somente dos valores para cobertura das suas despesas administrativas e em julho houve o repasse da diferença dos meses anteriores, o que justificou a variação significativa observada nos demonstrativos analisados pelo Controle Interno. Nos meses seguintes, os repasses a título de taxa administrativa foram efetuados regularmente.



A nova legislação municipal a respeito da questão previdenciária evidencia a instituição de mecanismos destinados ao equilíbrio atuarial, ao parcelamento de débitos e à internalização dos necessários aportes, previstos legalmente nos instrumentos orçamentários.

Considerando a situação financeira deixada no final do exercício de 2016 e o esforço da Administração atual em propor medidas para reequilibrar as contas públicas, viabilizar o pagamento de compromissos em dia e equacionar o RPPS, considera-se que o Município de Curitiba está tomando medidas para sanear a questão.

6.6 CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB PROCEDIMENTOS DO ITEM 4.19

6.6.1 Ato de nomeação dos membros

Os Decretos número nº 499 e 1712 de 2017 nomeiam os membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CONSELHO DO FUNDEB.

6.6.2 Composição

| Segmento de representação | Mínimo Legal | Nº de membros | Percentual em relação ao total |
|--------------------------------|--------------|---------------|--------------------------------|
| Órgão Municipal de Educação | 2 | 4 | 18,18% |
| Professores e Diretores | 4 | 8 | 36,37% |
| Pais e Alunos | 2 | 4 | 18,18% |
| Servidores de Escolas | 1 | 2 | 9,09% |
| Conselho Municipal de Educação | 1 | 2 | 9,09% |
| Conselho Tutelar | 1 | 2 | 9,09% |
| Total | 11 | 22 | 100,00% |

Fonte: SME

6.6.3 Funcionamento – regularidade das reuniões

| Tipo de Reunião | Data | Nº Ata |
|-----------------|------------|--------|
| Extraordinária | 15/02/2016 | 01 |
| Ordinária | 22/02/2016 | 02 |
| Ordinária | 29/03/2016 | 03 |
| Ordinária | 26/04/2016 | 04 |



| | | |
|-----------|------------|----|
| Ordinária | 30/03/2016 | 05 |
| Ordinária | 24/05/2016 | 06 |
| Ordinária | 28/06/2016 | 07 |
| Ordinária | 23/08/2016 | 08 |
| Ordinária | 27/09/2016 | 09 |
| Ordinária | 25/10/2016 | 10 |
| Ordinária | 22/11/2016 | 11 |

Fonte: SME

6.6.4 Qualidade das Informações prestadas

Foi entregue à Controladoria em Finanças a documentação relativa às demonstrações e às certificações, de acordo com o solicitado nos anexos da Portaria nº. 25/2017 na qual constam os respectivos documentos, balancetes mensais, demonstrativos de receitas e despesas e Parecer da Gestão dos Recursos do FUNDEB do Exercício de 2017.

6.6.5 Parecer do Conselho sobre as contas de 2017

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Curitiba emitiu parecer relatando a análise das contas na finalização da gestão do ano de 2017 da Secretaria Municipal da Educação, datado de 29/01/2018, contendo parecer pela APROVAÇÃO das contas da gestão.

6.6.6 Parecer do Conselho em relação à remuneração do magistério – aplicação de no mínimo 60% das receitas do FUNDEB no Exercício de 2017

Conforme apresentação dos demonstrativos e aprovação no Parecer da Gestão dos Recursos do FUNDEB - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Curitiba.

6.6.7 Parecer do Conselho em relação à aplicação no exercício de 2017 de no mínimo 95% dos recursos do FUNDEB

Conforme apresentação dos demonstrativos e aprovação no Parecer da Gestão dos Recursos do FUNDEB do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Curitiba.

“Com relação ao saldo máximo, de até 5%, foi atendido com a não aplicação de 0,04%, cuja aplicação na programação orçamentária do primeiro trimestre do exercício seguinte é admitida, verifica-se que a execução de despesas referidas nos itens V e VI, deste parecer, cumpre o mínimo de 97,53% dos recursos do FUNDEB, cuja aplicação dentro do próprio exercício é obrigatória.”



Resumo das contas relativas ao FUNDEB no encerramento do exercício de 2017:

| | |
|---|-------------------|
| Saldo financeiro do FUNDEB 31/12/2016 | 5.123.504,92 |
| Restos a pagar 2016 | 27.480,00 |
| Ingressos de recursos do FUNDEB 2017 | 550.937.272,81 |
| Pagamentos efetuados | 540.012.114,57 |
| Receita de aplicação financeira | 2.741.593,90 |
| Manutenção e desenvolvimento do ensino | 40.013.046,52 |
| Pagamento dos profissionais da Educação | 499.917.468,05 |
| Restos a pagar 2018 | 18.533.512,97 |
| Saldo financeiro | 224.459,89 |

Conclusão – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

O Controle Interno do Município, por intermédio da Controladoria em Finanças – SMF8, acompanhou qualitativa e quantitativamente o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho Municipal do FUNDEB e fez importantes orientações no exercício de 2017, inclusive em razão do início da nova gestão política no Município. Ademais, em prol da qualidade dos procedimentos do Conselho Municipal do FUNDEB a serem exercidos foram emitidas orientações detalhadas no ofício - nº 10/2017-SMF8 -, e, na sequência, procedeu mapeamento por intermédio de *check list* de verificação da evolução dos dados e informações abordados no Parecer de Gestão do FUNDEB, quando da finalização do Relatório e Parecer do Controle Interno, parte integrante da Prestação de Contas Anual. Logo, na avaliação procedida ficou constatado evolução e aperfeiçoamento relevantes na abordagem do Relatório de Gestão Anual emitido e aprovado pelo referido conselho.

Importante destacar, com a finalização do PPA 2014-2017 a evolução das aplicações de recursos:

EVOLUÇÃO DO ALCANCE PERÍODO DO PPA 2014-2017

- Aplicação de no mínimo 60% das Receitas do FUNDEB

| Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 |
|----------|----------|----------|-----------------|
| 87,56% | 96,37% | 88,43% | 90,29% |

- Aplicação de no mínimo 95% dos Recursos do FUNDEB

| Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 |
|----------|----------|----------|-----------------|
| 98,37% | 103,01% | 96,86% | 99,96% |

6.6 CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

AVALIAÇÃO: Regular

6.6.1 Ato de nomeação dos membros – Avaliação Regular.

6.6.2 Composição – Avaliação Regular.

6.6.3 Funcionamento/regularidade das reuniões – Avaliação Regular conforme legislação Municipal.

6.6.4 Qualidade das Informações prestadas – Avaliação Regular.

6.6.5 Parecer do Conselho sobre as contas de 2017 – Avaliação Regular.

6.6.6 Parecer do Conselho em relação à remuneração do magistério – aplicação de no mínimo 60% das receitas do FUNDEB no Exercício de 2017 – Avaliação Regular.

6.6.7 Parecer do Conselho em relação à aplicação no exercício de 2017 de no mínimo 95% dos recursos do FUNDEB– Avaliação Regular.

Dentro do escopo delimitado da Portaria nº 25/2017, demais procedimentos a avaliação é pela regularidade.

6.7 GESTÃO E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – PROCEDIMENTOS DO ITEM 4.20 E 4.21

6.7.1 Ato de nomeação dos membros

O Decreto Municipal nº 95/2016 efetiva a composição do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba – Gestão 2015-2019.

6.7.2 Composição (Número de membros e representação)

| Segmento de representação | Percentual do mínimo legal | Nº de membros | Percentual em relação ao total |
|----------------------------------|-----------------------------------|----------------------|---------------------------------------|
| Usuários | 50% | 45 | 55,56% |
| Trabalhadores da Saúde | 25% | 18 | 22,22% |
| Governo e Prestadores de Serviço | 25% | 18 | 22,22% |
| Outros | 0 | 0 | 0% |
| Total | 100% | 81 | 100% |

Fonte: SMS



6.7.3 Funcionamento – regularidade das reuniões

Foram apontadas reuniões nos papéis de trabalho, com apresentação das atas demonstrando a regularidade das reuniões, devidamente ratificadas pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, nas datas indicadas a seguir:

| Tipo De Reunião | Data | Nº Ata |
|-----------------|------------|--------------------------|
| Ordinária | 08/02/2017 | 323 |
| Extraordinária | 17/02/2017 | 6 e 7 – Gestão 2015/2019 |
| Ordinária | 08/03/2017 | 324 |
| Extraordinária | 20/03/2017 | 8 – Gestão 2015/2019 |
| Ordinária | 12/04/2017 | 325 |
| Ordinária | 17/05/2017 | 326 |
| Ordinária | 14/06/2017 | 327 |
| Ordinária | 12/07/2017 | 328 |
| Ordinária | 09/08/2017 | 329 |
| Ordinária | 13/09/2017 | 330 |
| Ordinária | 11/10/2017 | 331 |
| Ordinária | 08/11/2017 | 332 |
| Extraordinária | 13/12/2017 | 333 |

6.7.4 Qualidade das Informações prestadas

Foi entregue à Controladoria em Finanças as respectivas Resoluções aprovando os Relatórios de Prestações de Contas Quadrimestrais/2017 com a regularidade das reuniões do Conselho Municipal de Saúde.

6.7.5 Parecer do Conselho sobre as contas de 2017

Avaliação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde e órgão executor - Secretaria Municipal de Saúde - Conselho Municipal de Saúde:

| ATO | OBJETO | AValiação |
|---------------------------------------|---|--|
| Resolução nº. 46, de agosto de 2017 | Relatório da Gestão referente ao Monitoramento Quadrimestral do SUS Curitiba / Prestação de Contas 1º Quadrimestre / 2017 | Aprovado |
| Resolução nº. 71, de novembro de 2017 | Relatório da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde 2º. Quadrimestre 2017 | Aprovado com ressalvas |
| Resolução nº 13, de março de 2018 | Relatório da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde 3º. Quadrimestre 2017 | Aprovado com ressalvas e recomendações |



| | | |
|------------------------------------|---|----------|
| Resolução nº. 12, de março de 2018 | Dispõe sobre as conclusões acerca do Relatório Anual de Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Curitiba, relativas ao exercício de 2017. | Aprovado |
|------------------------------------|---|----------|

Conclusão - Gestão e Conselho Municipal de Saúde

Quanto à gestão de saúde, o Controle Interno da Saúde enviou o seu relatório, parecer e anexos solicitados na Portaria nº. 25/2017, sem apresentação de avaliação de irregularidade.

O Controle Interno da Secretaria Municipal de Saúde procede a acompanhamento acerca das demandas e conclusões deliberadas pelo Conselho Municipal da Saúde. E, a Controladoria em Finanças – SMF8, durante o exercício, não recebeu notificação e ou informação quanto à identificação de ressalvas não solucionadas ou constatação de irregularidades.

No entanto, considerando a entrega da documentação, conforme escopo delimitado na Portaria n.º 25/2017-SMF, na finalização e certificação da Prestação de Contas Anual, na avaliação da documentação enviada faz-se as seguintes observações, as quais não foram esclarecidas até o fechamento do presente relatório:

- O Conselho Municipal da Saúde alterou os procedimentos até então adotados, passou a emitir resoluções em conjunto da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação de Atenção Especializada em Saúde – FEAES, de Curitiba, quando até o exercício de 2016, essas resoluções eram realizadas de forma independente, e, relativas ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) – Sistema Único de Saúde (SUS) e à FEAS. Observa-se que essa alteração causou incompreensões e dificuldades nas análises realizadas.
- Nas resoluções, em diversos momentos, não é abordada a solução das inconsistências apresentadas, bem como a avaliação sobre a aprovação ou não, mas consta um rol bastante extensivo de itens, ora num documento apenso titulado de parecer, ora em outros documentos denominados relatórios e anexos;
- Não há evidência contundente sobre os encaminhamentos efetivos do Conselho, principalmente em relação aos apontamentos levantados nos documentos, ademais, não se verifica o relato das tratativas correspondentes em atas, não há documentação de comprovações das observações e possíveis, quando coube, contraposições e suas comprovações a respeito das constatações;
- As terminologias adotadas para os apontamentos estão dúbias, em aparente similaridade de ocorrências, ora a indicação é de ressalva, ora há emprego do termo recomendação, sem maiores detalhes e esclarecimentos;



- A modificação dos procedimentos, principalmente pelo fato de constar o foco de avaliação na atuação da Secretaria Municipal de Saúde e na FEAES especificamente, é um tanto incompreensível, já que o Fundo Municipal de Saúde é mais abrangente e relevante, pois além de ser a entidade que consolida recursos da área da saúde do município, inclui-se no mesmo os recursos vindo do SUS e logicamente demais aplicações, também os destinados ao FEAES;
- Quanto ao foco exclusivo das tratativas focadas na FEAES, nos documentos apresentados não ficou evidenciado se o Conselho Municipal da Saúde demandou dúvidas, apontamentos ou recomendações ao conselho curador da FEAES. Fato que a observação, aparentemente demonstra suposta sobreposição de procedimentos, avaliações e deliberações.

6.7 GESTÃO E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

AValiação: Regular

Recomendação: a documentação requer maiores análises apuradas da documentação apresentada, esclarecimentos da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, sendo que a demanda foi aberta pelo Ofício nº. 28/2018 – SMF8.

Dentro do escopo delimitado da Portaria nº 25/2017, demais procedimentos a avaliação preliminar foi pela regularidade.

6.8 COMITÊ MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR

6.8.1 Lei de Criação

O Comitê Municipal do Transporte Escolar, criado pelo Decreto Municipal N.º 1.420, publicado no Diário Oficial do Município em 04/10/2012, com finalidade de acompanhar as condições de oferta do transporte escolar para estudantes matriculados na Rede Estadual de Ensino, no município de Curitiba.

A atualização da legislação correspondente, após os trâmites necessários se deu por intermédio da instituição da Lei n.º 15.153, de 20 de dezembro de 2017, a qual disponibiliza sobre a criação do Comitê Municipal do Transporte Escolar.



6.8.2 Ato de nomeação dos membros

O Decreto Municipal n.º 868, de 27 de abril de 2017, altera o Artigo 2º Decreto Municipal n.º 1.420/2012, e nomeia membros para o **Comitê Municipal do Transporte Escolar**.
Comentários do Gestor da SME: o Comitê instituído por decreto está ativo e atuante.

| Órgão / Representante | Titular | Suplente |
|--|------------------------------------|-----------------------------------|
| Secretaria Municipal da Educação - SME | Lana Maria Rodrigues Lima de Facci | Plínio Joel Borges de Melo |
| Diretores da Rede Estadual de Ensino | Claudilene Zironi Sardanha | Adalton Sutil de Oliveira |
| Diretores da Rede Municipal de Ensino | Vera Regina Talayer de Lima | Idelma Lima de Oliveira |
| Pais de Alunos | Adriana de Fátima Cunha | Luciane de Almeida de Souza Ramos |

6.8.3 Parecer do Comitê em relação às competências descritas no Art. 17 da Resolução n.º 777/2013-GS/SEED

O Comitê Municipal de Transporte Escolar promove reuniões periódicas bimestrais tendo como finalidade o acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos do programa Estadual de Transportes – PETE no município de Curitiba.

Foram apresentadas cópias das Atas das reuniões e cópia dos formulários de vistoria veicular realizadas pelo Comitê Municipal do Transporte Escolar no ano de 2017, com as devidas deliberações de acordo com o art. 3º do Decreto n.º 1.420 de 25/09/2012 e Artigo 17 da Resolução nº 777/2013 – GS/SEED.

| Nº Ata | Data da reunião | Deliberações |
|--------|-----------------|--|
| Nº 01 | 06/04/2017 | - Posse dos membros do Comitê; - Aprovação do calendário anual de reuniões bimestrais e visita técnica às escolas; - Discussão sobre o Parecer encaminhado ao TCE-PR; - Análise dos valores das despesas realizadas em 2016; |
| Nº 02 | 04/05/2017 | - Análise e visto dos Relatórios, referentes ao 1º bimestre, dos diretores dos colégios estaduais que utilizam o transporte de acesso estadual/municipal. - Análise dos relatórios das vistorias veiculares realizados pelos membros do Comitê no bimestre. |
| Nº 03 | 06/07/2017 | - Análise e visto dos Relatórios Bimestrais dos diretores que utilizam o transporte de acesso estadual/municipal referente ao 2º Bimestre . - Análise dos relatórios das vistorias veiculares realizados pelos membros do Comitê no bimestre. |
| Nº 04 | 24/08/2017 | - Análise do relatório de Prestação de Contas do 3º semestre de 2017 - Análise dos relatórios das vistorias veiculares realizados pelos membros do Comitê no bimestre. - Alerta quanto à importância da participação de todos os membros do Comitê. |
| Nº 05 | 26/10/2017 | - Análise e visto dos Relatórios, referentes ao 4º bimestre, dos diretores dos colégios estaduais que utilizam o transporte de acesso estadual/municipal. |
| Nº 06 | 21/12/2017 | - Análise e visto dos Relatórios, referentes ao 5º bimestre, dos diretores dos colégios estaduais que utilizam o transporte de acesso estadual/municipal. |



| | | |
|--|--|---|
| | | - Apresentação dos dados financeiros, de acordo com os registros efetuados. - Decisão de que em fevereiro de 2018 será realizada a eleição para o Presidente do Comitê e também representante da SME. -Apresentação da Lei nº 15.153/2017 |
|--|--|---|

Conclusão – Comitê Municipal do Transporte Escolar

No exercício, o Controle Interno emitiu e enviou o ofício nº. 51/2017 à Superintendência Executiva da SME, com o objetivo de verificar e alertar sobre a efetivação da Proposição nº. 005.00024/2016, a qual contemplava o trâmite em relação aos aperfeiçoamentos para criação do Comitê Municipal do Transporte Escolar do Município de Curitiba. Em resposta encaminhada pelo Protocolo nº. 058632/2017 que fora revista a proposição do ano de 2016, sendo que foi reencaminhado o assunto por nova proposição, a de nº. 00500307/2017, que na época estava em trâmite legislativo para aprovação. Entretanto, foi informado que o referido e novo comitê já estava constituído e em operação conforme o Decreto Municipal nº. 868/17.

Segundo informações procedidas por intermédio da Portaria n.º 025/2017-SMF, foi constatada atualização da legislação correspondente, após os trâmites necessários que ocorreu pela da Lei n.º 15.153, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a criação do Comitê Municipal do Transporte Escolar.

A partir da atualização da Lei n.º 15.153 de 20 de dezembro de 2017, todas as informações constantes e alimentadas nos anexos correspondentes evidenciam um comitê organizado e operante de modo antecipado.

6.8 COMITÊ MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR

AVALIAÇÃO: Regular

Dentro do escopo delimitado da Portaria n.º 25/2017 e demais procedimentos a avaliação é pela regularidade.

6.9 GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO – PROCEDIMENTOS DO ÍTEM 4.19

6.9.1 e 6.9.2 Apropriação contábil da Despesa/Limite de Gastos

| Gastos com Pessoal do Poder Executivo | |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| Apropriação contábil da Despesa | R\$ 2.745.629.984,12 |
| Receita corrente Líquida - RCL | R\$ 6.665.379.033,78 |



| | |
|--|-----------------------------|
| (-) Dedução da receita de serviços do sistema de transporte coletivo – FUC - §3º do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17 - LRFM | R\$ 761.499.138,72 |
| RCL para fins da apuração do limite | R\$ 5.903.879.895,06 |
| % da Despesa Total com Pessoal | 46,51% |

Procedimentos/Comentários do Gestor: Contabilmente as rotinas para a apropriação da despesa de pessoal estão estruturadas através de eventos contábeis, os quais mapeiam os documentos da execução orçamentária e financeira dentro do Sistema de Gestão Pública – SGP e efetuam os lançamento contábeis no patrimônio da entidade.

O departamento de Contabilidade está adaptando os eventos contábeis para o exercício de 2018 de forma a realizar o reconhecimento da despesa pelo regime de competência, cuja obrigatoriedade prevista pelo Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP é a partir de 01/01/2018, conforme Portaria STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015. Ressaltam que para atendimento ao PIPCP faz-se necessário uma integração entre os sistemas SGP e Meta 4, sendo que estas tecnologias devem garantir características qualitativas da informação, de modo a tornar a informação útil para os usuários e dar suporte ao cumprimento da informação contábil.

O art. 169 da Constituição Federal estabelece que “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.” A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, fixa o limite da despesa total com pessoal em percentuais da Receita Corrente Líquida – RCL, sendo que para os Municípios o limite global é 60%.

A alínea III dos art. 20 determina a repartição desse limite global entre os poderes, cujos índices na esfera municipal são: 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver, e 54% para o Poder Executivo.

Com a edição da Lei Complementar Municipal n.º 101/2017 – LRFM o Município de Curitiba passou a excluir do cálculo da Receita Corrente Líquida – RCL os valores pertencentes ao Fundo de Urbanização de Curitiba – FUC e que sejam destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte.

Os limites e a forma de apuração das despesas com pessoal estão definidos nos artigos 20, 22 e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000), sendo que na elaboração do Demonstrativo das Despesas com Pessoal verificaram-se as instruções contidas na Portaria nº 403- STN/2016, Instrução Normativa n.º 56 – TCE-PR, de 02 de junho de 2011 e memória de cálculo disponibilizada pelo TCE-PR.



Em 2017, as Despesas com Pessoal do Poder Executivo foi **46,51%** da RCL, sendo que na elaboração do Demonstrativo das Despesas com Pessoal verificaram-se as instruções contidas na Portaria n.º 553-STN/2014 e Instrução Normativa n.º 56 - TCE-PR, de 02 de junho de 2011 e ainda os ditames da Lei Complementar Municipal n.º 101/2017 – LRFM.

Conclusão - Gasto com Pessoal do Poder Executivo

Importa destacar a composição do índice, cuja metodologia de cálculo foi alterada com a exclusão do cálculo da Receita Corrente Líquida – RCL dos valores pertencentes ao Fundo de Urbanização de Curitiba – FUC, valores destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte.

Da nova apropriação pode-se concluir a recondução mais próxima do índice de pessoal, conforme entendimentos que já eram sinalizados inclusive pelo controle externo.

Como o exercício finaliza o PPA 2014-2017 importante destacar a evolução do indicador, observando que para o exercício 2017 a metodologia da apropriação foi modificada:

EVOLUÇÃO DO ALCANCE PERÍODO DO PPA 2014-2017

- Limite do Gasto com Pessoal

| Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 |
|----------|----------|----------|---------------|
| 40,67% | 45,83% | 45,80% | 46,51% |

6.9 – Gasto com Pessoal do Poder Executivo

AVALIAÇÃO: Regular

6.9.1 Apropriação contábil da Despesa – Avaliação Regular

6.9.2 Limite de Gastos – Avaliação Regular

Conforme delimitação de escopo no exercício 2017 consta a apropriação contábil da despesa / limite de gastos com pessoal do poder executivo no exercício 2016, conforme prestação de contas elaborada pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças e publicação no Portal da Transparência: Orçamento / Contas Públicas - 6º Bimestre de 2017. Sendo que ficam sujeitos às consolidações dos demais Anexos - Lei 4.320/64, dentro do prazo legal vigente, quanto às respectivas notas explicativas e a avaliação do Balanço Patrimonial Consolidado e tempestivamente à remessa do SIM AM.

6.10 DÍVIDA CONSOLIDADA– PROCEDIMENTOS DO ÍTEM 4.23

| Dívida Consolidada Líquida em 2017 | |
|---|----------------------|
| Receita Corrente Líquida | R\$ 6.665.379.033,78 |



| | |
|---|--------------------|
| Dívida Consolidada Líquida | R\$ 165.781.835,36 |
| Limite da Dívida Consolidada Líquida | 2,49% |

Comentários do Departamento de Contabilidade/FC: A Dívida Consolidada, também chamada de Fundada, corresponde ao montante total apurado sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, realizados através de operações de crédito, com amortização de prazo superior a doze meses.

A Resolução n.º 40/01 do Senado Federal estabelece os limites de endividamento com base na Receita Corrente Líquida (RCL). A Dívida Consolidada Líquida (DCL) em 2017 alcançou o percentual de 2,49% da RCL, sendo, assim, inferior ao limite máximo estabelecido pelo Senado (120%). O detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da DCL visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a lei e outras informações relevantes. Em conformidade com o conteúdo do artigo 98 da Lei n.º 4320/64, a Dívida Fundada/Consolidada integra um ou mais contratos. Inicia com a solicitação e negociação dos empréstimos junto às instituições financeiras seguido de apresentação da documentação (MIP) junto a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, órgão autorizador e homologador, para verificação dos limites e demais condições. Além das dívidas com as instituições financeiras, também são incluídas dívidas com outras instituições, ou seja, parcelamentos de dívidas junto à União, junto a empresas de energia elétrica e precatórios.

6.10.1 - Apropriação contábil da Dívida

Considerações do Departamento de Contabilidade/FC

Relativo à Dívida Pública, esclarece-se que esta, tem seu registro e controle contábil rigorosamente em consonância com as Leis, Regras e Normas contábeis vigentes, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as NBC T 16.

O perfil da Dívida Pública Municipal é composto pelas: Operações de Créditos; Precatórios; Parcelamento junto à Receita Federal (PASEP e INSS) e; Novação (referente despesas executadas sem empenho na gestão anterior), segregado em Dívida Fundada Interna e Dívida Fundada Externa.

6.10.2 – Limite da Dívida Consolidada

Considerações do Departamento de Contabilidade/FC



O controle e acompanhamento da dívida pública visam a desempenhar resumidamente as seguintes atividades:

- a) Análise e interpretação de cláusulas contratuais dos empréstimos, para montagem de metodologia de acompanhamento da origem, evolução e pagamentos (Principal e Serviço de Dívida). Apropriação da Receita de Operações de Crédito - Identificação de Repasses de Liberação de Empréstimos via extratos bancários, solicitação de avisos de lançamentos e consequente elaboração das respectivas entradas de caixa. Demonstrativos mensais por contrato, para atualização monetária da Dívida (encaminhados à Divisão de Contabilização para registro). Relatórios em diversos níveis e sob as mais diversas óticas e aspectos de acompanhamento da execução orçamentária, em relação à Dívida Fundada. Relatórios para atendimento à Audiência Pública na Câmara Municipal por ocasião das prestações de contas quadrimestrais. Coletânea e seleção de informações nos níveis de detalhamento da Dívida, que cada demanda espera/necessita/requer: Gerencial, Orçamentária, Legal, Consistência das informações da Dívida Fundada, nos sistemas eletrônicos da CEF: SICONFI e do TCE: SIM-AM, quando oportuno.
- b) Informações da Trajetória e Evolução da Dívida que visem à observação dos limites de endividamento e capacidade de pagamento, especialmente os previstos na Regra de Ouro da Constituição Federal, Resoluções 40/01 e 43/01 do Senado Federal. Elaboração dos ofícios para empenho e pagamento da Dívida Fundada, precedido da conferência de documentos e planilhas específicas (que atestem a legitimidade e precisão de valores), com o devido cadastramento de cada ofício no sistema de protocolo. Contato permanente com as instituições credoras, especialmente quanto ao cumprimento de prazos de pagamento (demonstrativos de cobrança), buscando sempre no que se atribui ao setor da Dívida, a confecção/conferência/encaminhamento aos demais setores, das informações e providências em tempo suficiente e antecedência mínima.
- c) Quanto aos Precatórios, acompanhamento como apoio à Procuradoria Geral do Município – PGM. A PGM é responsável pelo controle processual, determinando a inclusão/exclusão/baixa do estoque de precatórios, encaminhando à Secretaria Municipal de Finanças, relação de precatórios para inclusão na Lei Orçamentária para o exercício seguinte, e relatório autorizando o pagamento. O Departamento de Contabilidade, para os devidos registros, acompanha tais inclusões/exclusões/baixas, conciliando com relatórios obtidos junto ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT e Tribunal de Justiça, visando, além da contabilização, a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.



d) Relativo à novação, efetiva-se os registros contábeis mediante legislação e demais documentos pertinentes, disponibilizados pela Supervisão de Núcleos Financeiros.

e) Na prestação de contas do exercício, consistência das informações do Anexo 16 da Lei 4320/64.

A apropriação contábil da dívida consolidada do município foi registrada segundo as normas vigentes e determinações propostas pelo TCE-PR.

Conclusão - Dívida Consolidada

De acordo com os procedimentos de controle da gestão fiscal, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do Município no exercício de 2017 alcançou o percentual de 2,49% da RCL, inferior ao limite máximo estabelecido pela Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal em 1,20 ou seja 120%.

Considerando o encerramento do PPA 2014-2017, vale destacar que no exercício corrente os procedimentos realizados do ajuste fiscal surtiram tendências de reversão de resultados restritivos, os quais podem ser constatados no resultado do exercício no indicador, como segue:

- Limite da Dívida Consolidada

| Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 |
|----------|----------|----------|-----------------|
| 11,49% | 8,54% | 10,56% | 2,49% |

6.10 – Dívida Consolidada

AVALIAÇÃO: Regular

6.10.1 - Apropriação contábil da Dívida – Avaliação Regular

6.10.2 – Limite da Dívida Consolidada – Avaliação Regular

Dentro do escopo delimitado consta a apropriação contábil a dívida consolidada como resultado para o exercício 2017, conforme a prestação de contas elaborada pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças e publicação no Portal da Transparência: Orçamento / Contas Públicas – 6º bimestre de 2016, sendo que ficam sujeitos às consolidações dos demais Anexos - Lei 4.320/64, dentro do prazo legal vigente, quanto às respectivas notas explicativas e a avaliação do Balanço Patrimonial Consolidado e tempestivamente à remessa do SIM AM.



6.11 LIMITES CONSTITUCIONAIS – PROCEDIMENTOS DO ITEM 4.24

| Limites Constitucionais para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (Mínimo 25%) | % |
|--|----------------------|
| Valor aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) | R\$ 1.136.050.378,35 |
| Índice aplicado | 27,83% |

6.11.1 Índice das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Considerações do Departamento de Contabilidade/FC: O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (RREO - Anexo 8 da LRF) apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes de receitas resultantes de impostos, e de receitas vinculadas ao ensino, e ainda as despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino por vinculação de receita, as perdas ou os ganhos nas transferências do FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e as despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, por subfunção. O art. 212 da Constituição Federal determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar, anualmente, em educação, nunca menos de 25% da Receita Líquida Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais.

A apropriação contábil do limite mínimo de aplicação da educação do município foi registrada segundo as normas vigentes e determinações propostas pelo TCE-PR. Na elaboração do Demonstrativo da Dívida Consolidada verificaram-se as instruções contidas na Portaria nº 403-STN/1616 e memória de cálculo disponibilizada pelo TCE-PR. Ressalta-se que os valores das despesas vinculadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino estão ajustados obedecendo aos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/96.

Considerando apenas os recursos provenientes de impostos e transferências, o Município de Curitiba, no exercício de 2017, aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino R\$1.136.050.378,35 equivalente a 27,83% daqueles recursos, respeitando o limite mínimo de 25%, conforme estabelecido pelo art. 212 da Constituição Federal.

6.11.2 Índice das despesas com serviços públicos de saúde

O Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (RREO – Anexo 12 da LRF) apresenta: a receita de impostos líquida e as transferências constitucionais e legais; as despesas com saúde por grupo de natureza da despesa e por subfunção; as transferências de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS,



proveniente de outros entes federados; e a participação das despesas com saúde na receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais. A finalidade deste Demonstrativo é evidenciar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos, nas ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, previsto na Constituição Federal.

| Limites Constitucionais para Aplicação das Despesas com Saúde (Mínimo 15%) | |
|---|--------------------|
| Valor aplicado nas Despesas com Saúde | R\$ 893.300.371,99 |
| % Aplicado | 22,01% |

Considerando apenas os recursos provenientes de impostos e transferências, o Município de Curitiba, no exercício de 2017, aplicou em ações e serviços de saúde R\$ 893.300.371,99, o que corresponde a 22,01% da Receita de Impostos Líquida, cumprindo o limite mínimo 15% determinado pela Emenda Constitucional nº 29, de 14 de Setembro de 2000.

Conclusão – Limites Constitucionais

Importante frisar que o Município mantém o alcance além dos limites constitucionais exigidos nas duas áreas essenciais à população, sendo que na finalização do PPA 2014-2017 observa-se anualmente os seguintes desempenhos alcançados:

EVOLUÇÃO DO ALCANCE PERÍODO DO PPA 2014-2017

- Limites Constitucionais para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (Mínimo 25%)

| Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 |
|----------|----------|----------|-----------------|
| 25,59% | 25,46% | 29,45% | 27,83% |

- Limites Constitucionais para Aplicação das Despesas com Saúde (Mínimo 15%)

| Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 |
|----------|----------|----------|-----------------|
| 20,46% | 21,20% | 21,17% | 22,01% |

6.11 – Limites Constitucionais

AVALIAÇÃO: Regular

6.11.1 Índice das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – Avaliação Regular

6.11.2 Índice das despesas com serviços públicos de saúde – Avaliação Regular

Consta a apropriação contábil dos Limites Constitucionais para o exercício 2017, conforme prestação de contas elaborada pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças e publicação no Portal da Transparência: Orçamentos / Contas Públicas – 6º.



Bimestre de 2017. Sendo que ficam sujeitos às consolidações dos demais Anexos - Lei 4.320/64, dentro do prazo legal vigente, quanto às respectivas notas explicativas e a avaliação do Balanço Patrimonial Consolidado e tempestivamente à remessa do SIM-AM.

6.12 SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E DO TRIBUNAL DE CONTAS – PROCEDIMENTOS DO ITEM 4.25

6.12.1 Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM)

Relativos aos procedimentos constantes na Portaria n.º 45/2017 consta solicitação conforme delimitado no ANEXO III – Declaração da Legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e quanto à fidelidade dos dados dos sistemas de informações do município.

Ademais, no mesmo anexo, as unidades centrais dos sistema de controle interno indicam as unidades responsáveis pela alimentação e coordenação dos dados no Sistema de Gestão Pública e outros, o anexo consolida que os mesmos integram a sistematização de todos os dados e informações que são remetidas para o SIM AM, os quais foram integralmente ratificadas quanto à **fidelidade** dos mesmos pelos respectivos responsáveis.

Quanto ao exercício de 2016 constata-se que no início do ano de 2017 havia atraso bastante significativo e represado, o que precisou tratativas junto ao prestador e toda rede de unidades que são responsáveis pela coordenação e alimentação de dados e informações geridas no Sistema de Gestão Pública – SGP e outros sistemas, os quais subsidiam a remessa para o SIM AM.

| SIM-AM 2016 | Fechamento – envio pela PMC ao TCE-PR | | Prazo estipulado pelo TCE-PR |
|-----------------------|---------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| | Data | Protocolo | |
| Abertura de Exercício | 10/10/2016 | 2016832540 | 29/04/2016 |
| Janeiro | 09/12/2016 | 2016992830 | 31/05/2016 |
| Fevereiro | 18/01/2017 | 201736884 | 30/06/2016 |
| Março | 31/01/2017 | 201771434 | 30/06/2016 |
| Abril | 10/02/2017 | 2017101271 | 29/07/2016 |
| Mai | 24/02/2017 | 2017142261 | 29/07/2016 |
| Junho | 17/03/2017 | 2017193265 | 31/08/2016 |
| Julho | 30/03/2017 | 2017230330 | 31/08/2016 |
| Agosto | 11/04/2017 | 2017267757 | 30/09/2016 |
| Setembro | 24/04/2017 | 2017295190 | 31/10/2016 |
| Outubro | 04/05/2017 | 2017330300 | 30/11/2016 |
| Novembro | 11/05/2017 | 2017352517 | 16/01/2017 |



| | | | |
|---------------------------|------------|------------|------------|
| Dezembro | 30/05/2017 | 2017396573 | 28/02/2017 |
| Encerramento do Exercício | 01/06/2017 | 2017397057 | 31/03/2017 |

Para o exercício de 2017 foi possível o seguinte desempenho no objetivo de colocar em dia a remessa do SIM AM:

| SIM-AM 2017 | Fechamento – envio pela PMC ao TCE-PR | | Prazo estipulado pelo TCE-PR |
|---------------------------|---------------------------------------|------------|------------------------------|
| | Data | Protocolo | |
| Abertura de Exercício | 09/06/2017 | 2017434343 | 02/05/2017 |
| Janeiro | 24/07/2017 | 2017538165 | 02/05/2017 |
| Fevereiro | 25/07/2017 | 2017540046 | 31/05/2017 |
| Março | 02/08/2017 | 2017562767 | 31/05/2017 |
| Abril | 08/08/2017 | 2017581648 | 30/06/2017 |
| Maio | 14/08/2017 | 2017593883 | 30/06/2017 |
| Junho | 21/08/2017 | 2017609682 | 31/07/2017 |
| Julho | 04/09/2017 | 2017645379 | 31/08/2017 |
| Agosto | 02/10/2017 | 2017706360 | 02/10/2017 |
| Setembro | 30/10/2017 | 2017774667 | 31/10/2017 |
| Outubro | 30/11/2017 | 2017843103 | 30/11/2017 |
| Novembro | 22/01/2018 | 201831593 | 15/01/2018 |
| Dezembro | 28/02/2018 | 2018121799 | 28/02/2018 |
| Encerramento do Exercício | 01/03/2018 | 2018126839 | 02/04/2018 |

Importante frisar que não foi possível imediatamente no ano de 2017 a atual gestão reconduzir dentro do prazo a remessa dos dados, pelo fato que além do atraso represado havia tratativas complexas pendentes junto ao prestador, o qual requereu diagnóstico e recondução da governança de TI no Município de Curitiba, o que veio surtir efeitos a partir de meados de 2017, sucessivamente com a redução de dias de atraso, até a recondução dos prazos no final do mesmo.

Considerações do Departamento de Contabilidade/FC: Quanto à remessa de informações ao TCE, através do Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal, ressaltamos que encaminhamos os dados existentes nos diversos sistemas corporativos utilizados pelo Município de Curitiba, cabendo a fidelidade das informações aos diversos órgãos operantes destes sistemas. Destacamos que a contabilidade é responsável somente pelo fechamento das informações contábeis - SGP - Módulo de Contabilidade:

- Contabilidade (Orçamentária, Financeira e Patrimonial);
- Diário da Contabilidade;



- Arrecadação e o Diário de Arrecadação;
- Lei de Responsabilidade Fiscal.

Referente às demais informações encaminhadas, o Departamento de Contabilidade é responsável somente pela geração e encaminhamento dos arquivos através do módulo Prestação de Contas e Sistemas de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal, respectivamente.

Conclusão - Sistemas de Informações Municipais e do Tribunal de Contas

O Departamento de Contabilidade vem empreendendo aperfeiçoamentos com relação aos bloqueios no Sistema de Gestão Pública - SGP, base de dados vinculados à remessa do SIM AM, objetivando a garantia estrita da fidelidade de dados e informações convergentes aos requisitos necessários para os registros contábeis.

No exercício foi evidente o resultado do esforço efetivo da atual gestão, pois em 13 meses foram regularizados 23 meses de prestações de contas atrasadas.

Considerando o escopo delimitado na Portaria e o esforço empreendido pela atual gestão avalia-se que o prazo da remessa foi regularizada, e a fidelidade dos dados e informações estão mantidas regularmente, conforme afirmação dos responsáveis pela alimentação de dados e informações, e dos coordenadores dos sistemas que integram a base da remessa do SIM AM, com o monitoramento constante realizado pelo Departamento de Contabilidade FC/SMF.

6.12 – Sistemas de Informações Municipais e do Tribunal de Contas

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Recomendação: melhorias no mapeamento e instituição legal da matriz de responsabilidades melhor definidas, tanto para a coordenação, como para alimentação de dados e informações nos diversos sistemas internos que subsidiam as remessas para o SIM AM.

8 DEMAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

8.1 DEMONSTRATIVO DO ACOMPANHAMENTO DE DEMANDAS TCE-PR EXERCÍCIO 2017

| ASSUNTO | Fatos ocorridos | Documento (s) Encaminhado (s) | Destinatário (s) | Data | Acompanhamento | Finalizada (Sim/Não) |
|--|--|-------------------------------|---|--------------------------|--|----------------------|
| Demandas abertas pelo TCE/PR - via Sistema SGA do TCE/PR - Apontamento Preliminar de Acompanhamento (APA) ou Canal de Comunicação (CACO) | Abertura da APA nº 3443 em virtude da constatação de cadastro intempestivo de certames, licitação cadastrada no Mural de Licitações e não no SIM-AM e vice-versa. | E-mails aos órgãos envolvidos | | | Resposta encaminhada ao TCE/PR por meio do Ofício nº 037/2017 - SMF8 dentro do prazo previsto. | Sim |
| | Abertura da APA nº 3768 referente ao convênio com a FEPAR em que foi apontada a ocorrência de repasses superiores ao previsto | E-mail | Secretaria Municipal do Meio Ambiente | 11/07/2017 | Resposta encaminhada ao TCE dentro do prazo previsto. | Sim |
| | Abertura da APA nº 3770 referente ao convênio com o INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA - IPCC (Tomada de Contas Especial) em que foram apontadas inconformidades quanto a prestação de informações ao TCE/PR. | Ofício nº 35/2017 | Secretário Municipal do Meio Ambiente com cópia para a Superintendente de Controle Ambiental | 14/07/2017 | Resposta encaminhada ao TCE/PR por meio do Ofício nº 043/2017 - SMF8 dentro do prazo previsto. | Sim |
| | Abertura da Demanda nº 152890 e APA nº 4065 referente a ANÁLISE PRELIMINAR DE EDITAL - Concorrência Pública nº 04/2017-SMMA (LIXO) | E-mail | Secretaria Municipal do Meio Ambiente | 21/08/2017 13/09/2017 | Resposta encaminhada ao TCE após o prazo inicialmente previsto em virtude de constar na APA duas datas de entrega diferentes. | Sim |
| | Abertura da Demanda nº 154728 para solicitação de cópia do processo 01-075688/17 | E-mail | Departamento de Iluminação Pública da Secretaria Municipal de Obras Públicas | 09/10/2017 | Resposta encaminhada ao TCE dentro do prazo previsto. | Sim |
| | Abertura da APA nº 4329 referente ANÁLISE PRELIMINAR DE EDITAL - Concorrência Pública nº 05/2017-SMOP/OPP (PAVIMENTAÇÃO) | E-mail | Secretaria Municipal de Obras Públicas | 07/11/2017 | Resposta encaminhada ao TCE dentro do prazo previsto. | Sim |
| | Abertura da APA nº 4263 referente alteração de normas do RPPS promovidas pela Lei Municipal nº 15042/2017 | Ofícios nºs 56 e 57/2017 | Presidente do IPMC e Secretário Municipal de Orçamento, Finanças e Orçamento com cópia para o Superintendente | 20/11/2017 | Resposta encaminhada ao TCE/PR por meio do Ofício nº 060/2017 - SMF8 e anexos dentro do prazo previsto. | Sim |
| | Realização de levantamento dos APA's recebidos do TCE/PR para acompanhamento das medidas tomadas pelos gestores para regularização das inconsistências e/ou melhoria dos processos | Ofícios nºs 64 e 66/2017 | Superintendência de Recursos Humanos, Superintendência de Controle Ambiental e Superintendência da SIT | 15/12/2017 | Recebida resposta do Ofício 66 em 19/12/17 e Ofício 64 em 09/01/18 | Sim |
| Mural de Licitações | Solicitação de encaminhamento de relatório circunstanciado dos procedimentos adotados na alimentação do Mural de Licitações em virtude das impropriedades apontadas pelo TCE/PR na APA nº 3443 | Ofício nº 44/2017 | Superintendente da Administração - SEPLAD | 23/08/2017 | Recebido e-mail da SEPLAD com as medidas que estão sendo tomadas. Recebimento do protocolo 04-046890/2017 em 20/11 contendo as medidas tomadas e encaminhamento ao Dep. Contabilidade para cadastramento dos novos usuários no TCE/PR (cópia digitalizada arquivada no CONTROLE INTERNO 2017). | Sim |
| Concorrência Pública Nacional/Edital nº.004/2017 - SMMA | Recebimento da Demanda TCE/PR nº 152890 para encaminhamento de documentos solicitados | Ofício nº 45/2017 | TCE/PR | 25/08/2017 | Entrega de documentos solicitados ao TCE-PR, meio físico cópias em CD's | Sim |

8.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS FRENTE A ENTENDIMENTOS, CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE-PR

Processo n.º 938.506/2015.TCE/PR – Relatório de Auditoria de TI

Constatação: Achados de auditoria que apontam falhas de controles, recomendações e determinações do controle externo que demandam providências por parte do Município.



Ações desenvolvidas: Encaminhamento do Ofício n.º 53/2017 contendo a elaboração de um questionário baseado no Guia Básico de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE/PR com o objetivo de extrair informações acerca da política de Governança de TI adotada pela atual gestão do Município de Curitiba, bem como contribuir para a disseminação do material produzido pelo TCE/PR com vistas a estimular uma análise crítica da adequação da política de TI do Município às boas práticas de gestão adotadas atualmente, à verificação dos procedimentos e à tomada de medidas de alinhamento, correção e/ou implementação de políticas que produzam resultados favoráveis à gestão de TI no Município de Curitiba.

Resultado: Recebida resposta em 05/12/17 por intermédio do Protocolo 04-063.709/17, a análise preliminar do questionário indica alguns possíveis riscos, nos seguintes itens abordados:

- Planejamento das ações de contratação de empresas que prestam serviços de TI;
- Administração e gestão de contratos;
- Informações estratégicas em posse de terceiros;
- Estrutura SIT.

Entretanto, constata-se que no exercício a área se debruçou em realizar diagnóstico e reconduzir entraves na gestão e Governança de TI, inclusive estão em andamento estudos para a modificação de importantes estruturas voltadas à área em questão.

APA 3443

Constatação: MURAL DE LICITAÇÕES com Inconformidades de lançamento de dados em relação ao SIM AM

Ações desenvolvidas: envio de solicitação conforme demanda do TCE-PR via e-mail, sendo que a referida APA foi encerrada dentro do prazo. De modo complementar foi enviado Ofício n.º 44/17-SMF8, solicitando os procedimentos adotados na alimentação tempestivamente para evitar a falta ou inconsistências na alimentação do Mural de Licitações, em virtude das impropriedades apontadas pelo TCE/PR na APA n.º 3443.

Resultado: medidas tomadas pelo Município para aperfeiçoamento, constam no 04-046.890/2017 TCE, tendo sido publicado em 08/11/17 o Decreto Municipal n.º 1.915 que regulamenta as normas e procedimentos para cumprimento estrito da Instrução Normativa n.º 37/2009 - TCE-PR e dá outras providências.



APA 3768

Constatação: SIT - Repasses superiores ao previsto (convênio FEPAR)

Ações desenvolvidas: envio de solicitação conforme demanda do TCE-PR via e-mail, sendo que a referida APA foi encerrada dentro do prazo. De modo complementar, foi enviado o Ofício n.º 65/17-SMF8 em dezembro/17 solicitando esclarecimentos e orientando quanto as medidas para melhoria dos controles internos à unidade concedente com objetivo de atender tempestivamente a alimentação do SIT-TCE/PR.

Resultado: monitoramento constante no SIT pelo Controle Interno.

APA 3770

Constatações: inconsistências e fechamento de prestação de contas de Convênios com o Instituto Pró-Cidadania/IPCC

Ações desenvolvidas – envio de solicitações e providências via Ofício n.º 35/2017 e e-mail, a APA respondida dentro do prazo. Embora o Controle Interno tenha proferido orientações e recomendações anteriores à abertura da APA, evidenciando atrasos e inconsistências na apresentação da documentação, e fechamento da Prestação de Contas junto ao Município e na alimentação do SIT-TCE/PR, concomitante no mesmo período ocorriam trâmites internos para abertura de Tomada de Contas de dois convênios com a entidade e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, sendo que as mesmas foram concluídas em 21/12/2017.

Resultado: aguarda análise e manifestação do TCE-PR.

Demanda 152.890 - APA 4065

Constatações: análise preliminar de edital - Concorrência Pública n.º 04/2017-SMMA (LIXO)

Ações desenvolvidas – entrega de cópias de toda a documentação em CD's do processo que originou Concorrência Pública n.º 04/2017-SMMA (LIXO), convocação de representantes do município para participar de reunião junto ao TCE/PR para discutir aspectos técnicos da planilha de custos e composição de preços relativo ao orçamento do certame licitatório.

Quanto à demanda discriminada na APA 4065, a resposta foi enviada via PGM em virtude de no sistema PROAR constar a indicação de duas datas para o prazo de entrega, tendo as respostas demandado a elaboração de análises mais aprofundadas de critérios questionados na referida APA.

Resultado: aguarda análise, orientações e manifestação do TCE-PR.



Demanda 154.728

Solicitação: Cópia do processo 01-075.688/17 (Departamento de Iluminação Pública)

Ações desenvolvidas – Solicitações via e-mail e encaminhamento dos documentos solicitados no prazo determinado pela unidade contratante.

Resultado: encerrada.

APA 4229

Constatações: análise preliminar de edital - **Concorrência Pública n.º 05/2017-SMOP/OPP (PAVIMENTAÇÃO)**

Ações desenvolvidas – Solicitações via e-mail da documentação e esclarecimentos à unidade contratante;

Ações desenvolvidas – por decisão da unidade contratante houve suspensão do Edital - publicada no diário oficial do Município de Curitiba n.º 209 de 8/11/17

Resultado: revisão do edital e contratação.

APA 4263

Constatações: **RPPS** - alteração de normas em aparente afronta às normas aplicáveis a matéria.

Ações desenvolvidas – solicitações às áreas envolvidas via e-mail e Ofícios de números 56 e 57/17-SMF8 ao IPMC e SMF1 com cópia à SMF2. Encaminhamento de esclarecimentos e documentos via Ofício n.º 271/17-GAB/IPMC - protocolo 04-065862/2017 e SMF - Ofício n.º 782/2017.

Resultado: aberto processo n.º 878.497/17 - Comunicado de Irregularidade - sem conclusão e procedimentos adicionais do TCE-PR.

Acórdão n.º 1.654/2017, complemento quanto ao Acórdão n.º 352/2016 – TCU – Plenário e acórdão TCU n.º 352-5/16-P 017.783/2014-3 enviado Ofício n.º 50/2017 de orientação à Superintendência Executiva da Secretaria Municipal da Saúde.

Acórdão n.º 3075/2017 – envio do Ofício n.º 47/2017-SMF8 à Superintendência Executiva da SME, em análise pelo Município tramitando no Protocolo n.º 04-051.724/2017.

Acórdão n.º 1872/16-S2S - relativo à Prestação de Contas Anual de 2013, da Secretaria Municipal de Educação e sobre procedimentos do Conselho Municipal do FUNDEB. O controle



interno vem emitindo orientações desde o ano de 2013 para melhorias e vem, sucessivamente, relatando as avaliações realizadas nos Relatórios de Controle Interno, parte integrante da Prestação de Contas Anual do Executivo Municipal. No exercício em questão, considerando a nova gestão, foi enviado Ofício n.º 10/2017-SMF8, reiterando, e com novas orientações detalhadas para aperfeiçoamentos de procedimentos. Na sequência procedeu-se check list de verificação da evolução dos dados e informações abordados no Parecer de Gestão do FUNDEB, emitido anualmente, e enviado por ocasião dos procedimentos de finalização na emissão do Relatório e Parecer do Controle Interno, parte integrante da Prestação de Contas Anual – da avaliação constata-se evolução e melhorias constantes no mais recente relatórios do conselho.

8.3 CONSIDERAÇÃO QUANTO ÀS MEDIDAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO APONTAMENTOS, CONSTATAÇÕES E O NECESSÁRIO AJUSTE FISCAL DO MUNICÍPIO

Segue o relato e comentários procedidos em razão do envio do Ofício n.º 09/2018 – SMF8, com objetivo delimitado em colaborar na avaliação do Controle Interno, inclusive, quanto às medidas e às ressalvas apontadas no Relatório do Controle Interno do ano anterior. No entanto, ocorreu a colaboração além do solicitado, em que se entende muito relevante o relatado pela gestão atual, de modo que fique evidenciado as exaustivas providências tomadas de modo abrangente a partir do exercício de 2017:

O PANORAMA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA EM JANEIRO DE 2017

1. A gestão fiscal aplicada ao Município de Curitiba pela administração competente para o quadriênio de 2017-2012 foi idealizada com o objetivo de adotar um sistema de responsabilidade e sustentabilidade fiscal conjugada à transparência no manejo das contas públicas. Tal necessidade acentuou-se a partir das fragilidades observadas no Município em janeiro de 2017, as quais demandavam as soluções de saneamento ora implementadas.

2. O diagnóstico inicial das contas públicas municipais revelou que as despesas correntes contraídas pela administração anterior e por ela não adimplidas totalizaram a soma de R\$ 1.284.858.000,00 (um bilhão, duzentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil reais). Inclusos em tal montante, restavam R\$ 614.006.379,00 (seiscentos e catorze milhões, seis mil, trezentos e setenta e nove reais) referentes a dívidas não empenhadas e, portanto, sem cobertura orçamentária, além de restos a pagar sem a respectiva disponibilidade de caixa no valor de R\$ 229.113.007 (duzentos e vinte e nove milhões, cento e treze mil e sete reais).

3. Dentre tal numerário, constavam inúmeras dívidas com fornecedores e prestadores de serviços, o que resultou até mesmo na interrupção das atividades desempenhadas.
4. A estimativa de receita primária para 2017, portanto, era de R\$ 8.119.566.000,00, enquanto que, para a despesa total, a projeção era de R\$ 10.291.922.000,00. Assim, o déficit das contas municipais para 2017 foi projetado em R\$ 2.194.890.996,39:



Figura 2 – Esquema ilustrativo do déficit municipal de 2017.
Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - PMC

5. Não bastasse o crescimento vertiginoso de despesas, houve significativo decréscimo das receitas. De 2012 a 2017 a arrecadação relativa ao Imposto Sobre Serviços (ISS) reduziu-se em 15,75%, e, quanto ao Imposto Sobre Transmissão de Bens imóveis (ITBI), o declive atingiu 37,55%. O único tributo municipal cujas receitas apresentaram acréscimo foi o Imposto Territorial Urbano (IPTU), elevadas em 12,19% – fato que somente foi possível em virtude da revisão da planta genérica de valores.
6. Em números inteiros, a arrecadação tributária do ISS decaiu em R\$ 119 milhões, a do ICMS em R\$ 19,4 milhões, e a do ITBI, em R\$ 38 milhões.
7. O Município teve severo decréscimo orçamentário com a diminuição dos recursos decorrentes de transferências correntes e de receitas previdenciárias, as quais também apresentaram resultados negativos.



8. Já as despesas de pessoal, outro componente significativo do gasto municipal, evoluíram 70% (setenta por cento) de 2012 a 2016. Nesse período, houve a aprovação de leis de incorporações para diversas carreiras do funcionalismo público, bem como enquadramentos salariais, gratificações, procedimentos de transição e novos planos de carreira aos Servidores do Magistério, aos Professores de Educação Infantil e aos Guardas Municipais, acentuando-se o nível das despesas com pessoal.

9. Além do crescimento vegetativo da folha de pagamento, no período de 2013 a 2016 foram concedidas 5.198 novas aposentadorias, o que representou um crescimento de 48,55% no quantitativo de servidores inativos em apenas quatro anos. Ressalte-se, ainda, o impacto nos valores aportados pelo Município em decorrência dos dispositivos da Lei Municipal nº 12.821/2008 e na escala de contratações para a reposição de servidores.

10. Ainda em relação às despesas de pessoal, notadamente o Orçamento Geral do Município sofria uma ilusão fiscal, especificamente no tocante à receita do Fundo de Urbanização de Curitiba (FUC). O FUC é fundo municipal contábil administrado pela sociedade de economia mista Companhia de Urbanização de Curitiba S.A. – URBS. Foi instituído pela Lei Municipal nº 4.369/1972 com o fim de subsidiar a infraestrutura e promover os meios necessários para a operação de serviços públicos de transporte coletivo urbano. São-lhe legalmente destinados os recursos advindos da tarifa cobrada dos usuários do transporte público, os quais são empregados, no percentual de 97,68%, no pagamento das concessionárias contratadas pela URBS para a execução dos serviços de transporte.

11. A incongruência visualizada quanto às receitas do FUC consubstanciava-se no fato de que tais receitas, apesar de jamais integrarem as disponibilidades financeiras do Município de Curitiba, eram contabilizadas na receita corrente líquida (RCL) municipal. Como a Lei de Responsabilidade Fiscal utiliza a RCL como parâmetro para a apuração de diversos limites – como o limite de gastos com pessoal – os resultados orçamentários do Município eram distorcidos, em especial quanto ao alcance dos limites elencados nos art. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. A situação do Município era tão deplorável, que, comparativamente, o Município de Curitiba, segundo os novos critérios de índice de liquidez da Secretaria do Tesouro Nacional divulgados no “*Relatório Econômico e Conjuntural para as Capitais Brasileiras novembro/2017*”, elaborado pela ABRASF (Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais), passou a ocupar a **pior posição de todas**, conforme dados consolidados em 31 de dezembro de 2016:

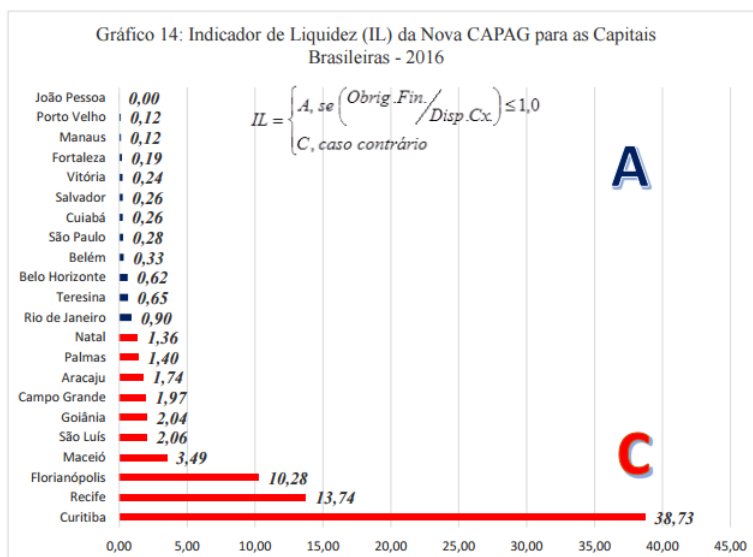


Figura 1 – Indicador de Liquidez (IL), conforme nova metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional (posição em 31/dez/16). Fonte: Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais

13. Foi esse o cenário observado a respeito das finanças municipais no início de 2017, que motivou a implementação de diversas soluções saneadoras de médio e longo prazo, a seguir comentadas, a fim de corrigir fragilidades encontradas e sustentar uma cultura de responsabilidade fiscal no Município.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA PELA ADMINISTRAÇÃO COMPETENTE PARA O QUADRIÊNIO 2017-2021

14. O diagnóstico financeiro obtido pela Administração pública revelou que, caso as ações de recuperação fiscal não fossem implementadas, em 2017, o Município só conseguiria honrar o pagamento dos salários dos servidores municipais até o mês de novembro daquele exercício. Já na área ambiental, a coleta de lixo na cidade seria realizada apenas até julho, acumulando-se um déficit de mais de R\$ 67 milhões. Em custeio, com um déficit de R\$ 154 milhões, a saúde teria orçamento disponível para as despesas até o mês de agosto, somente. Na educação, o orçamento abrangeria as despesas até setembro, acumulando-se um déficit de R\$ 73 milhões no exercício. No sistema previdenciário, sem a adoção de medidas de reestruturação e parcelamento dos débitos, somando a dívida gerada com os aportes de 2017, que não possuíam dotação orçamentária, o Município encerraria o exercício com aproximadamente R\$ 1 bilhão em dívidas junto ao IPMC.



15. Para tanto, a gravidade das circunstâncias justificaram a proposição – e a posterior aprovação pela Câmara Municipal – de diversas medidas de ajuste fiscal e de controle das finanças públicas, conjunto denominado *Plano de Recuperação de Curitiba*, com as seguintes medidas principais: **(i)** Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal; **(ii)** Estipulação de nova meta fiscal; **(iii)** renegociação e dívidas; **(iv)** modificações na Previdência; **(v)** criação de fundo de previdência complementar; **(vi)** renegociação de dívidas municipais; **(vii)** criação do Domicílio Eletrônico do Contribuinte; **(viii)** adequações nas leis da área de Recursos Humanos; **(ix)** cadastro de devedores do Município; **(x)** criação da Nota Curitibana; **(xi)** separação entre a cobrança da taxa de coleta de lixo e a do IPTU; **(xii)** ajustes no ITBI; e **(xiii)** atualização na legislação municipal do ISS.

I. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

16. A criação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal em âmbito municipal – **Lei Complementar nº 101, de 25 de Agosto de 2017** – estabeleceu regras rígidas para o controle da despesa financeira, criando mecanismos mais eficazes para o monitoramento do gasto público, a fim de corrigir distorções orçamentárias e impor maior efetividade na cobrança de impostos e taxas, melhorando, portanto, a qualidade da arrecadação. Dentre as medidas, destacaram-se:

- (a)** o novo limitador prudencial com gasto de pessoal, submetido a variação de despesa total com pessoal ativo dos poderes (Legislativo e Executivo) ou órgãos a 80% do crescimento da receita corrente líquida (RCL) apurada no exercício anterior, não podendo ultrapassar 50% da RCL;
- (b)** o destaque do FUC (Fundo de Urbanização de Curitiba) da base de cálculo da receita corrente líquida (RCL);
- (c)** a padronização de procedimentos para implementação de equipamentos públicos destinados à prestação de serviços que possam gerar despesas de pessoal ou de custeio, como escolas e postos de saúde, somente terão início após apresentação de dados descritivos e analíticos acerca das características operacionais dos equipamentos a serem implementados;
- (d)** a criação do Conselho de Gestão e Responsabilidade Fiscal, responsável pela análise e deliberação da política fiscal e salarial, como também pelo custeio da administração indireta do Município;
- (e)** o Sistema de Conta Única do Município, instrumento que possibilitará o gerenciamento dos recursos financeiros do tesouro municipal de forma centralizada, resultando em maior eficiência na administração das disponibilidades de caixa e na gestão equilibrada entre receitas e despesas.



17. Um ponto importante estabelecido na LRF Municipal, agora relativo aos limites de despesas com pessoal, é a criação de uma série de medidas que o Município deverá adotar para inibir o atingimento do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais medidas serão efetuadas sem prejuízo do disposto no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e sua implementação deverá ser comprovadamente suficiente para que o ente não exceda o percentual referido e não seja, por conseguinte, penalizado pelo disposto no art. 22 da referida lei.

18. Assim, a LRF Municipal aplicou significativa reforma ao limitar as despesas de pessoal com cargos em comissão e funções gratificadas, bem como as despesas com publicidade.

19. Criou-se, ainda, o Sistema de Conta Única do Município – instrumento que possibilita o gerenciamento dos recursos financeiros do Tesouro Municipal de forma centralizada, resultando em maior eficiência na administração das disponibilidades de caixa e na gestão equilibrada entre receitas e despesas.

20. Segundo a proposta legislativa ora apresentada, a implementação de equipamentos públicos destinados à prestação de serviços que possam gerar despesas de pessoal ou de custeio somente terá início após apresentados os dados descritivos e analíticos acerca das características operacionais do equipamento a ser implementado – medidas essas que devem ser providenciadas ainda anteriormente à instauração de procedimentos licitatórios e à celebração dos convênios ou empréstimos. Tais exigências prestigiam o planejamento estatal na expansão dos equipamentos públicos, impedindo-se a construção de novas unidades sem que estejam garantidas reservas orçamentárias suficientes para as despesas daí decorrentes.

21. No diagnóstico das finanças municipais apresentado pela Municipalidade foi evidenciado um processo sistemático de geração de despesa pública sem cobertura orçamentária – isto é, sem prévio empenho – em níveis absolutamente inaceitáveis. Para tanto, o presente Projeto de Lei estabeleceu que o Município de Curitiba, por meio do Conselho de Gestão e Responsabilidade Fiscal, deverá notificar todos os ordenadores de despesa, fornecedores e prestadores de serviço acerca da obrigatoriedade de obtenção de nota de empenho prévia para que se inicie a prestação do serviço ou se dê a entrega do produto – o que garantirá a transparência e robustez no controle e gerenciamento das despesas realizadas.

22. Para sanear essa impropriedade, o presente Projeto dispõe que não serão computados na base de cálculo da receita corrente líquida os valores que pertençam ao Fundo de Urbanização de Curitiba e sejam destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte.

II. LEI DA NOVA META FISCAL



23. A meta fiscal de 2017 – incorretamente calculada pela gestão anterior em apenas R\$ 300 milhões – foi recalculada para o déficit de R\$ 2,1 bilhões. A nova projeção foi obtida por meio de uma análise apurada e minuciosa quanto à verdadeira situação das contas públicas municipais. A importância da medida se deve ao fato de que somente com a ciência sobre a real condição financeira do Município os gestores terão a capacidade de desempenhar suas atribuições com responsabilidade e prudência, já que terão noções exatas quanto à possibilidade de realização de despesa e à necessidade de redução de gastos.

III. RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

24. A etapa de renegociação das dívidas pública do Município visou ao saneamento da situação econômico-financeira municipal, tendo em vista a existência de despesas assumidas em gestões anteriores para cujo adimplemento não havia disponibilidade suficiente de caixa. A medida também compreendeu as despesas contraídas sem a devida formalização por meio de empenho, ou em desconformidade com a determinação do art. 42 da Lei 101, de 4 de maio de 2000, também relativas a exercícios anteriores a 2017.

25. A impossibilidade de satisfação das dívidas municipais contraídas em administrações anteriores denotou situação atípica que requereu medidas corretivas excepcionais – as quais encontraram pleno respaldo na prioridade de atendimento ao interesse público – essenciais à recuperação financeira deste ente federado e imprescindíveis ao adequado desempenho das políticas públicas e programas de governo eleitos pela sociedade.

26. Para isso propôs-se a cooperação dos setores empresariais com o ente público na renegociação dos créditos que lhes devia o Município de Curitiba, o que se deu (ou se dará, visto que alguns leilões não ocorreram) por meio de ofertas voluntárias de descontos às dívidas municipais. Em tal modalidade de pagamento, a ser realizada por meio de disputa em sistema eletrônico, o interessado que propuser melhor desconto à dívida do munícipe terá seu crédito satisfeito à vista.

27. Trata-se de colaboração que visou ao remanejamento da dívida pública – cujo adimplemento, por ora, não possui condições de realização integral. Assim, foi uma alternativa à solução de parcelamento das dívidas ao credor que aceitasse abdicar de parte de seu crédito a fim de ser remunerado antecipadamente. A vantajosidade de tal método consiste na obtenção de alívio financeiro atual ao credor, sem que haja um comprometimento insustentável e irresponsável das finanças municipais; assim, o credor com melhor classificação no procedimento de renegociação adquire o direito de ter sua dívida adimplida sem a necessidade de aguardar a quitação via parcelamento.

28. Mesmo que o credor não adira imediatamente a processo concursal, seu crédito pode ser parcelado em prazo realista e compatível com as possibilidades financeiras do Município,



sem prejuízo de posterior adesão. É concedida, ainda, a oportunidade de compensação dos créditos em haver com tributos municipais eventualmente devidos pelo credor.

29. Com a medida, foram pagos à vista mais de R\$ 25 milhões a cerca de 600 (seiscentos) pequenos credores municipais. Ainda, foram parcelados mais de R\$ 175 milhões devidos a credores com créditos superiores a R\$ 300 mil reais, os quais representavam fornecedores de remédios, merenda escolar, limpeza, dentre outros.

30. A média de deságio obtida nos dois leilões já realizados foi de 18,7%, o que culmina em uma economia de R\$ 3,5 milhões aos erário municipal.

31. Vale ressaltar que em 2017 o Município não realizou despesas sem empenho, cumprindo integralmente a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

IV. MODIFICAÇÕES NA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

32. Reformas importantes foram feitas também na Previdência municipal. Os resultados dessas reformas foram, além da regularização jurídica da contribuição patronal, o estabelecimento de um plano sólido de equacionamento do déficit atuarial do IPMC, sem sacrificar o Tesouro Municipal nem onerá-lo com obrigações que ultrapassam as exigências legais, como vinha sendo feito desde o exercício de 2006.

33. Tais medidas foram basicamente as seguintes:

- a. O respeito à Lei Municipal n.º 11.983/2006 quanto à correta base de cálculo da contribuição patronal, parâmetro legal que vinha sendo sistematicamente violado desde 2006, com relevantes prejuízos à prestação de serviços públicos ao povo curitibano;
- b. Compensação dos valores indevidamente repassados – e não devolvidos – ao IPMC nos últimos cinco anos, medida que resguardou os produtos dos investimentos do fundo previdenciário e afastou os efeitos moratórios do débito que o Município contraiu junto ao IPMC em gestões anteriores;
- c. Normas destinadas ao atingimento do equilíbrio atuarial do IPMC, como as seguintes:



(c.i) Instituição de prazo para amortização de apenas 35 (trinta e cinco) anos, garantindo-se, assim, tanto a solidez do equilíbrio financeiro e atuarial do IPMC, quanto a sustentabilidade das finanças públicas:

Figura 1 – Dados do novo regime de aportes (Lei 15.042/2017) -

Data-Base: 31/12/2016

| Seq | Ano | Alíquota | Base de Cálculo (*) | Saldo Inicial | Juros (+) | Aporte Anual (-) | Saldo Final |
|-----|------|----------|---------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 1 | 2017 | 12,00% | 1.939.880.095,10 | 14.311.208.806,40 | 858.672.528,38 | 232.785.611,41 | 14.937.095.723,37 |
| 2 | 2018 | 16,00% | 1.959.278.896,06 | 14.937.095.723,37 | 896.225.743,40 | 313.484.623,37 | 15.519.836.843,40 |
| 3 | 2019 | 20,00% | 1.978.871.685,02 | 15.519.836.843,40 | 931.190.210,60 | 395.774.337,00 | 16.055.252.717,01 |
| 4 | 2020 | 24,00% | 1.998.660.401,87 | 16.055.252.717,01 | 963.315.163,02 | 479.678.496,45 | 16.538.889.383,58 |
| 5 | 2021 | 28,00% | 2.018.647.005,89 | 16.538.889.383,58 | 992.333.363,01 | 565.221.161,65 | 16.966.001.584,94 |
| 6 | 2022 | 32,00% | 2.038.833.475,94 | 16.966.001.584,94 | 1.017.960.095,10 | 652.426.712,30 | 17.331.534.967,74 |
| 7 | 2023 | 36,00% | 2.059.221.810,70 | 17.331.534.967,74 | 1.039.892.098,06 | 741.319.851,85 | 17.630.107.213,95 |
| 8 | 2024 | 40,00% | 2.079.814.028,81 | 17.630.107.213,95 | 1.057.806.432,84 | 831.925.611,52 | 17.855.988.035,26 |
| 9 | 2025 | 44,00% | 2.100.612.169,10 | 17.855.988.035,26 | 1.071.359.282,12 | 924.269.354,40 | 18.003.077.962,97 |
| 10 | 2026 | 48,00% | 2.121.618.290,79 | 18.003.077.962,97 | 1.080.184.677,78 | 1.018.376.779,58 | 18.064.885.861,17 |
| 11 | 2027 | 52,00% | 2.142.834.473,70 | 18.064.885.861,17 | 1.083.893.151,67 | 1.114.273.926,32 | 18.034.505.086,52 |
| 12 | 2028 | 56,00% | 2.164.262.818,43 | 18.034.505.086,52 | 1.082.070.305,19 | 1.211.987.178,32 | 17.904.588.213,39 |
| 13 | 2029 | 60,00% | 2.185.905.446,62 | 17.904.588.213,39 | 1.074.275.292,80 | 1.311.543.267,97 | 17.667.320.238,22 |
| 14 | 2030 | 61,13% | 2.207.764.501,09 | 17.667.320.238,22 | 1.060.039.214,29 | 1.349.606.439,52 | 17.377.753.013,00 |
| 15 | 2031 | 61,13% | 2.229.842.146,10 | 17.377.753.013,00 | 1.042.665.180,78 | 1.363.102.503,91 | 17.057.315.689,87 |
| 16 | 2032 | 61,13% | 2.252.140.567,56 | 17.057.315.689,87 | 1.023.438.941,39 | 1.376.733.528,95 | 16.704.021.102,31 |
| 17 | 2033 | 61,13% | 2.274.661.973,23 | 16.704.021.102,31 | 1.002.241.266,14 | 1.390.500.864,24 | 16.315.761.504,21 |
| 18 | 2034 | 61,13% | 2.297.408.592,97 | 16.315.761.504,21 | 978.945.600,25 | 1.404.408.872,88 | 15.890.301.321,58 |
| 19 | 2035 | 61,13% | 2.320.382.678,89 | 15.890.301.321,58 | 953.418.079,30 | 1.418.449.931,61 | 15.425.269.469,27 |
| 20 | 2036 | 61,13% | 2.343.586.505,68 | 15.425.269.469,27 | 925.516.168,16 | 1.432.634.430,92 | 14.918.151.206,51 |
| 21 | 2037 | 61,13% | 2.367.022.370,74 | 14.918.151.206,51 | 895.089.072,39 | 1.446.960.775,23 | 14.366.279.503,67 |
| 22 | 2038 | 61,13% | 2.390.692.594,45 | 14.366.279.503,67 | 861.976.770,22 | 1.461.430.382,99 | 13.766.825.890,90 |
| 23 | 2039 | 61,13% | 2.414.599.520,39 | 13.766.825.890,90 | 826.009.553,45 | 1.476.044.686,81 | 13.116.790.757,54 |
| 24 | 2040 | 61,13% | 2.438.745.515,60 | 13.116.790.757,54 | 787.007.445,45 | 1.490.805.133,69 | 12.412.993.069,30 |
| 25 | 2041 | 61,13% | 2.463.132.970,75 | 12.412.993.069,30 | 744.779.584,16 | 1.505.713.185,02 | 11.652.059.468,44 |
| 26 | 2042 | 61,13% | 2.487.764.300,46 | 11.652.059.468,44 | 699.123.568,11 | 1.520.770.316,87 | 10.830.412.719,68 |
| 27 | 2043 | 61,13% | 2.512.641.943,46 | 10.830.412.719,68 | 649.824.763,18 | 1.535.978.020,04 | 9.944.259.462,82 |
| 28 | 2044 | 61,13% | 2.537.768.362,90 | 9.944.259.462,82 | 596.655.567,77 | 1.551.337.800,24 | 8.989.577.230,35 |
| 29 | 2045 | 61,13% | 2.563.146.046,53 | 8.989.577.230,35 | 539.374.633,82 | 1.566.851.178,24 | 7.962.100.685,93 |
| 30 | 2046 | 61,13% | 2.588.777.506,99 | 7.962.100.685,93 | 477.726.041,16 | 1.582.519.690,02 | 6.857.307.037,06 |
| 31 | 2047 | 61,13% | 2.614.665.282,06 | 6.857.307.037,06 | 411.438.422,22 | 1.598.344.886,92 | 5.670.400.572,36 |
| 32 | 2048 | 61,13% | 2.640.811.934,88 | 5.670.400.572,36 | 340.224.034,34 | 1.614.328.335,79 | 4.396.296.270,91 |
| 33 | 2049 | 61,13% | 2.667.220.054,23 | 4.396.296.270,91 | 263.777.776,25 | 1.630.471.619,15 | 3.029.602.428,01 |
| 34 | 2050 | 61,13% | 2.693.892.254,77 | 3.029.602.428,01 | 181.776.145,68 | 1.646.776.335,34 | 1.564.602.238,35 |
| 35 | 2051 | 61,13% | 2.720.831.177,32 | 1.564.602.238,35 | 93.876.134,30 | 1.663.244.098,70 | -4.765.726,04 |

(*) Folha estimada de servidores ativos com crescimento anual de 1%.

Equacionamento Atuarial

(c.ii) Aumento progressivo das alíquotas das contribuições previdenciárias, tanto do Município (1% ao ano), quanto dos servidores (0,5% ao ano), já que as alíquotas fixas de 22% e 11% não seriam suficientes à manutenção do equilíbrio atuarial. As alíquotas se estabilizarão, assim, em 28% para o Município e 14% para os servidores, no ano de 2023;



(c.iii) Instituição do *CuritibaPrev*, fundo de previdência complementar para o serviço público municipal. O modelo já é utilizado pela União e pelos Estados¹, com grande sucesso, para não falar da utilização já histórica em países desenvolvidos, cuja pirâmide etária exige modelos alternativos aos de repartição, fundado em pacto intergeracional. A medida, segundo projeções atuariais oficiais, equalizará o déficit em 35 anos, tornando-o inclusive superavitário;

(c.iv) A Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal (LC nº 101/2017), em seu art. 12, estabeleceu, pela primeira vez na história, a necessidade de elaboração de parecer pelo IPMC, a fim de que sejam aferidos eventuais impactos previdenciários de proposições legislativas relativas a despesas de pessoal;

(c.v) A Lei Orçamentária Anual de 2018, também pela primeira vez desde que foi criado o regime de aportes, incluiu as despesas previdenciárias no orçamento, trazendo a necessária segurança jurídica à questão, além de maior transparência quanto às contribuições e aportes ao IPMC.

34. Até 31 de dezembro de 2016, como resultado das gestões anteriores, a situação *atuarial* (longo prazo) – e mesmo a *financeira* (mensal) – era gravíssima, diante dos reiterados inadimplementos e parcelamentos não pagos, totalizando o valor de R\$ 471.360.441,55 que não foram repassados ao IPMC². Só com a nova gestão, em 2017, é que o Executivo municipal regularizou os débitos com o IPMC e que a Câmara Municipal de Curitiba estabilizou em definitivo a questão relativa à base de cálculo da patronal, tudo sem impactos no equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS, em virtude das medidas compensatórias já referidas acima.

¹ No ano de 2012, o Governo Federal criou o FUNPRESP, estabelecendo o teto para seus servidores. Na sequência, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, dentre outros entes federados, também adotaram o novo modelo.

² A gestão anterior deixou de fazer os repasses relativos à Lei Municipal n.º 12.821/2008, desde agosto/2015 e, também, o pagamento da contribuição patronal de dezembro e segunda parcela do 13º salário.

PATRIMÔNIO IPMC

| | Recursos Previdenciários | Depósito Judicial | Taxa de Administração | Imóveis | Total |
|--------|--------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|----------------------|
| dez/16 | R\$ 2.064.393.517,43 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 342.376,34 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.255.121.109,54 |
| jan/17 | R\$ 2.095.335.038,47 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 568.669,33 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.286.288.923,57 |
| fev/17 | R\$ 2.129.789.521,78 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 639.461,13 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.320.814.198,68 |
| mar/17 | R\$ 2.139.333.453,85 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 1.046.270,57 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.330.764.940,19 |
| abr/17 | R\$ 2.122.692.604,71 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 1.223.236,17 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.314.301.056,65 |
| mai/17 | R\$ 2.102.267.115,62 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 1.473.912,23 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.294.126.243,62 |
| jun/17 | R\$ 2.058.505.918,90 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 2.362.601,14 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.251.253.735,81 |
| jul/17 | R\$ 2.023.802.994,40 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 3.231.328,52 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.217.419.538,69 |
| ago/17 | R\$ 1.989.328.013,45 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 4.916.948,40 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.184.630.177,62 |
| set/17 | R\$ 1.958.204.887,77 | R\$ 1.469.215,77 | R\$ 6.705.781,01 | R\$ 188.916.000,00 | R\$ 2.155.295.884,55 |

Quadro 1 – Patrimônio do IPMC – consolidado em set/17. Fonte: SMF/PMC

35. Tudo isso se fez sem comprometer a solidez financeira do IPMC (ou seja, a sua solvência mensal das aposentadorias e pensões). Vejam-se os valores constantes do fundo previdenciário em dez/2016 e os dados consolidados até set/2017, para comparação:

36. Em suma: todas essas medidas, analisadas em seu conjunto, dão conta de, a um só tempo, (i) trazer regularidade e segurança jurídicas quanto à contribuição patronal, (ii) promover a compensação dos valores repassados indevidamente ao IPMC pelas gestões anteriores e, de quebra, (iii) viabilizar medidas que, concretamente e à saciedade, não só mantenham intactas as projeções financeiras e atuariais do RPPS, como, inclusive, reduzam fortemente o seu déficit atuarial³. Quando se leva em conta, por fim, que esses valores poderiam ter sido empregados em serviços públicos essenciais (como segurança e educação) e, ainda, que deram causa a

³ Aliás, foram essas as motivações do Prefeito Municipal ao encaminhar as Proposições Legislativas à Câmara, no referido “Pacote de Recuperação de Curitiba”: (a) dar estrito cumprimento ao seu poder-dever de zelar pela integridade das finanças públicas municipais (já que o indébito do IPMC, ilegalmente repassado pelas gestões anteriores desde 2006, ao longo de onze anos, representava aproximadamente 8% do orçamento anual de 2017!); (b) afastar definitivamente a insegurança jurídica que pairava sobre o dever ou não de recolher contribuição computada sobre a folha dos inativos e pensionistas, em vista do descumprimento reiterado da Lei Municipal n.º 11.983/2006; e (c) permitir que tudo se definisse após amplo debate público e democrático, e não através de decisões unilaterais.



rendimentos provavelmente superiores ao que está sendo compensado, não paira qualquer dúvida quanto à necessidade e conveniência dessas medidas, seja para o Município, seja para o próprio IPMC, seja para a sociedade curitibana como um todo.

V. INSTITUIÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

37. Ainda no âmbito da Previdência municipal, foi idealizada a instituição de fundo de previdência complementar, cuja implementação – pioneira dentre as capitais brasileiras – encontra-se em curso. Curitiba será a primeira capital a ter Fundo de Pensão para seus servidores.

38. Como visto, o modelo já é utilizado pela União e pelos Estados⁴ com grande sucesso, para não falar da utilização já histórica em países desenvolvidos, cuja pirâmide etária exige modelos alternativos aos obsoletos regimes de repartição com pacto entre gerações.

39. Isso porque o regime de repartição só é sustentável quando a proporção entre servidores ativos e aposentados é de 4:1 (quatro para um). Porém, com o envelhecimento da sociedade brasileira, essa proporção já não se encontra em praticamente nenhum ente federativo, o que explica a crise previdenciária aguda em que todos se encontram.

40. Em Curitiba, por exemplo, esta proporção é de 2,3:1 (dois vírgula três para um), com tendência de breve agravamento. Além disso, o compromisso financeiro anual do IPMC é de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, o que corresponde a 18,2% do orçamento municipal! Tudo isso comprova a necessidade urgente de se implementar o regime alternativo em que consistirá o *CuritibaPrev* (regime de capitalização).

41. Os participantes do regime serão os (i) novos servidores, (ii) comissionados, (iii) vereadores e (iv) os atuais servidores que desejem migrar para o novo regime ou os que queiram fazer poupança adicional. Será aceita a adesão de outros Municípios, o que implicará ganho de escala.

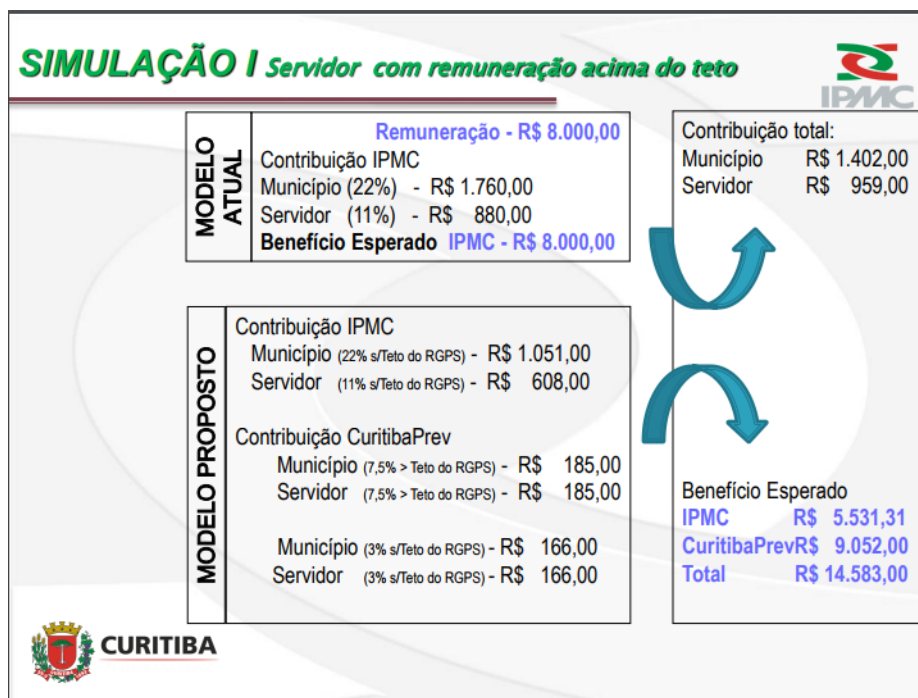
⁴ No ano de 2012, o Governo Federal criou o FUNPRESP, estabelecendo o teto para seus servidores. Na sequência, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, dentre outros entes federados, também adotaram o novo modelo.

42. As principais características do regime são as seguintes: cada participante será titular de conta individual e patrimonializada, tendo contribuições definidas e com a possibilidade de contratação à parte de benefícios de risco.

43. Outras vantagens do regime proposto são as seguintes: (i) gestão profissionalizada, feita por conselhos paritários; (ii) fiscalização por órgãos federais; (iii) segregação de recursos (reservas individuais); (iv) aplicação dos recursos sob fiscalização de CVM, BACEN, CMN e ABRAPP.

44. A maior atratividade do novo regime pode ser visualizada através das seguintes simulações:





45. A Lei Municipal nº 15.044/2017 estabelece as diretrizes para reconhecer e renegociar dívidas não empenhadas de exercícios anteriores. As modalidades de renegociação previstas são duas: parcelamento de débitos e oferta pública de desconto de crédito, também conhecida como leilão da dívida, a qual é regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.685/2017.

46. Até agora foram realizados 2 leilões da dívida em que foram quitados débitos de R\$ 18,8 milhões. Desse total, os credores habilitados a participar dos leilões ofereceram deságio médio de 18,7%, o que significa R\$ 3,5 milhões em descontos, valor suficiente para construir duas escolas de médio porte (CMEI), ou para cobrir os gastos bimestrais de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ou ainda a cerca de metade dos gastos correntes da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude.

VI. CRIAÇÃO DO DOMICÍLIO ELETRÔNICO DO CONTRIBUINTE

47. Com o objetivo de atender às necessidades de eficiência e praticidade na comunicação entre os contribuintes e o Poder Público, foi implementada uma plataforma eletrônica de interação que possibilita a comunicação instantânea. Tal inovação reduz custos desnecessários, como o envio de correspondência via postal, ao mesmo tempo em que continua a conferir autenticidade aos atos do Poder Público. Com isso, o cidadão tem seu tempo otimizado e ainda pode acessar as informações relacionadas ao Município por meio da *internet*.



VII. ADEQUAÇÃO DAS LEIS QUE REFLETEM NAS DESPESAS COM PESSOAL

48. Com a queda vertiginosa das receitas municipais, não houve um esforço coordenado da municipalidade em adequar as despesas à nova realidade das finanças do município. Ao contrário disso, as despesas com pessoal cresceram 70% entre 2012 e 2016, ante ao crescimento de apenas 28% da Receita Corrente Líquida do município, como demonstrado no gráfico abaixo.

49. Neste período, foram implantadas leis de incorporações para diversas carreiras do funcionalismo público, enquadramentos salariais, incorporações de gratificações, procedimentos de transição, além dos novos planos de carreira dos servidores Profissionais do Magistério, Professores de Educação Infantil e Guardas Municipais. Aliado ao crescimento vegetativo da folha de pagamento, no período entre 2013 e 2016, foram concedidas 5.198 novas aposentadorias, representando um crescimento de 48,55% no quantitativo de servidores inativos, em apenas 4 (quatro) anos.

50. Ressalte-se, ainda, o impacto nos valores aportados da municipalidade em decorrência dos dispositivos da Lei nº 12.821, de 1º de julho de 2008, e no quantitativo de contratações para a reposição de servidores.

51. Em que pese a compreensão dos pressupostos de valorização dos servidores públicos municipais, a análise da trajetória de crescimento das despesas de pessoal traz evidências empíricas de descontrole da gestão das despesas ante o crescimento das receitas municipais.

52. De forma transparente, mesmo diante do cenário financeiramente crítico, o Município de Curitiba priorizou, sem espaço para dúvidas, assegurar a manutenção da pontualidade quanto ao pagamento dos salários e, inclusive, adiantando o pagamento do 13º salário.

53. No entanto, para garantir a sustentabilidade financeira, o Município necessitou suspender os procedimentos de transição da parte especial para a parte permanente do quadro de servidores municipais, os procedimentos de mudança de área de atuação, mudança de classe, crescimento vertical, crescimento horizontal, crescimentos entre referências, crescimento entre padrões, avanço linear e avanço por titulação, bem como a implantação dos novos planos de carreira e seus respectivos enquadramentos. Para esses casos, foram instituídas comissões de estudo para análise temática.

54. Promoveram-se, ainda, adequações às regras dos benefícios do auxílio funeral, que passou a ser em valor nominal e uniforme para todo o conjunto dos servidores municipais. A adequação se refere a uma questão de justiça social, visto que a regra anteriormente vigente adotava a última remuneração do servidor como base para o pagamento do referido benefício.



Nesta regra, os valores eram extremamente discrepantes, com pagamentos elevados aos servidores com maior remuneração e, na outra vertente, valores muito baixos. Assim, a nova regra corrigiu a distorção e uniformizou os pagamentos.

55. Por fim, houve ainda a sistematização de novas regras no pagamento de licença prêmio, auxílio refeição, auxílio transporte e da gratificação de férias.

VIII. CADASTRO DE DEVEDORES

56. O cadastro de contribuintes que estejam em dívida com o Município opera como instrumento de incentivo do adimplemento das obrigações. De igual modo, a inserção de inadimplentes em órgãos de proteção ao crédito é ferramenta eficaz para estimular o pagamento de dívidas tributárias e não tributárias perante o Município.

57. Com isso, buscou-se consolidar uma relação de igualdade entre os contribuintes e a preservação dos recursos públicos, desestimulando a inadimplência fiscal.

IX. NOTA CURITIBANA

58. O Programa Nota Curitibana tem a finalidade de incrementar a arrecadação tributária por meio da redução da sonegação e evasão fiscais. O modelo de funcionamento é bastante simplificado: ao pagar por um serviço, o contratante pede o registro de seu CPF na nota fiscal eletrônica. Com isso o contribuinte passa ter direito a participar de sorteios de prêmios em dinheiro, além de poder utilizar 15% do ISS recolhido para abater até 30% do valor do IPTU.

59. Os principais tópicos do programa “Nota Curitibana” são:

(a) Sorteios de diversos prêmios em dinheiro com valores de até R\$ 150.000,00, R\$ 50.000,00, R\$ 20.000,00 e R\$ 10.000,00 para os participantes da Nota Curitibana;

(b) Ao participando do Programa Nota Curitibana, os cidadãos consumidores de serviços também poderão indicar entidades de assistência social registradas na Fundação de Ação Social como beneficiadas da premiação;

(c) Ao pedirem as notas fiscais os consumidores de serviços poderão abater até 30% do valor devido no recolhimento do IPTU. Para a geração dos créditos de abatimento serão válidas as notas fiscais de prestação de serviços emitidas por empresas que recolhem o



ISS (Imposto Sobre Serviços), tais como: academias de ginástica, estacionamentos, salões de beleza, escritórios de contabilidade, hotéis, entre outras.

(d) Foram cadastrados mais de 14 mil contribuintes no programa desde seu lançamento, e 84 mil empresas passaram a emitir notas fiscais; no período em questão, foram emitidas mais de 205 mil notas fiscais. Por fim, foram distribuídos R\$ 11.805.820 em créditos de IPTU.

X. DESVINCULAÇÃO ENTRE A COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO E A DO IPTU

60. A Lei Complementar nº 104/2017 define que Taxa de Coleta do Lixo deve ser lançada integralmente a todos os imóveis do município que produzam, em média, até 600 litros de lixo por semana⁵, exceção feita aos chamados “imóveis simples” – área de até 70 m² e valor venal de até R\$ 140 mil, os quais pagam 50% da taxa. Os valores cobrados não mudaram: R\$ 275,40 para imóveis residenciais e R\$ 471,60 para imóveis não-residenciais, ou seja, os imóveis simples pagam R\$ 0,37 por dia pelo serviço, os residenciais, R\$ 0,75, e os comerciais, R\$ 1,30.

61. Até 2017, a taxa e o IPTU eram cobrados juntos, de modo que os descontos e imunidades aplicados no imposto acabavam incidindo, indevidamente, também na taxa. Essa distorção provocou um déficit de R\$ 80 milhões somente no ano passado – que teve de ser custeado pelo erário municipal.

62. A estimativa é de que o serviço de coleta de lixo custe aos cofres do tesouro municipal R\$ 209 milhões em 2018. O município recolhe cerca de 1 milhão de toneladas de resíduos por ano, pelo menos cinco vezes por semana (três do lixo orgânico e duas do lixo reciclável). Além da coleta, é preciso tratar e armazenar esses resíduos de maneira adequada, sob pena de danos ao meio ambiente.

63. A desvinculação entre o imposto e a taxa permite, assim, que o Município distribua os custos de maneira mais completa entre aqueles que utilizam o serviço, diminuindo o déficit e permitindo que esse dinheiro seja usado em outras áreas.

XI. AJUSTES NO IPTU E ITBI

⁵Imóveis que geram, em média, mais de 600 litros de lixo por semana se enquadram como grandes geradores de resíduos e devem contratar recolhimento particular – com isso não pagam a taxa para o Município.



64. A Lei Complementar nº 105/2017 determina a Planta Genérica de Valores (PGV) e fixa os limitadores para o lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) entre os anos de 2018 e 2021. Ocorre que os valores de referência para o lançamento do IPTU estão bastante defasados em relação ao valor de mercado dos imóveis. Tanto é que, se a PGV – que foi atualizada há quatro anos - fosse aplicada integralmente, o valor percebido do IPTU para os imóveis residenciais do Município, em média, seria multiplicado por três.

65. Nesse contexto, os limitadores atuam no sentido de suavizar a implementação da PGV, na medida em que estipulam um aumento anual real de até 4% para os imóveis edificados, e de até 7% para os não edificados no período que vai de 2018 a 2021. Esse critério aliás, é o mesmo utilizado desde quando a planta foi atualizada pela última vez, no ano de 2014.

66. Estima-se que haverá um aumento na arrecadação de IPTU equivalente a R\$ 67 milhões, valor suficiente para manter 37 creches durante um ano, ou comprar medicamentos para rede municipal por 19 meses, ou ainda reciclar com pavimento novo 57 km de asfalto.

67. A Lei Complementar 108/2017 promove ajustes no imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI). Entre as alterações, vale destacar a ampliação da faixa de imóveis isentos, que agora vai até R\$ 100 mil – antes era até R\$ 70 mil - e vale para imóveis financiados. Essa medida poderá aumentar em 164% o número de imóveis isentos na cidade.

68. A Lei estabelece também uma simplificação na cobrança do imposto, conforme especifica a tabela abaixo:

Proposta para o ITBI para imóveis financiados*

| ALÍQUOTA | VALOR DO IMÓVEL |
|----------|------------------------------------|
| Isento | Até R\$ 100.000,00 |
| 0,5% | De R\$ 100.000,01 a R\$ 150.000,00 |
| 2,7% | Acima de R\$ 150.000,00 |

*Financiamentos por prazo mínimo de 60 meses, com garantia hipotecária ou alienação fiduciária. Imóveis que não forem financiados, fora dessas características, têm alíquota de 2,7%.



69. Vale ressaltar que a alíquota máxima, de 2,7%, é inferior à observada em capitais como Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Natal e Fortaleza, que cobram 3% do tributo nessa faixa de imóveis.

70. Com isso, estima-se que haverá uma ampliação na arrecadação de ITBI da ordem de R\$ 17 milhões.

XII. AJUSTES DA LEGISLAÇÃO DO ISS

71. Inseriram-se, na gama de incidência tributária municipal, novos serviços que se popularizaram somente após a última atualização da lei do ISS. Trata-se de atividades que, apesar de estarem em situação jurídica idêntica à de outras já elencadas pela norma tributária, não estavam sujeitas à cobrança do imposto. Com isso, preserva-se a justiça fiscal e a isonomia, além de evitar a renúncia de receitas, cuja caracterização pode resultar em crime de responsabilidade do gestor. A referida regulamentação tributária procurou, pois, adaptar-se à evolução das atividades desempenhadas na sociedade.

XIII. REGULAMENTAÇÃO DOS APLICATIVOS DE TRANSPORTE COMPARTILHADO – ATTCs

72. Do ponto de vista jurídico, a competência legal para disciplinar o serviço é dos municípios, já que o transporte individual de passageiros é matéria de interesse local e complementar à legislação federal referente a trânsito e transporte, de acordo com o artigo 30, I e II, da Constituição. Além disso, as normas gerais sobre o transporte individual de passageiros foram estabelecidas na Lei nº 12.587/12, a Lei de Mobilidade Urbana. Em seu art. 4º, X, a referida lei define “transporte motorizado privado” como o meio de transporte de passageiros utilizado para a realização de viagens individuais por veículos particulares. Assim, como a atividade se enquadra nesta definição, a regulamentação foi feita por decreto.

73. Já do ponto de vista material, há outros valores que devem ser tutelados pelo Estado, como a vida em sociedade, a organização das cidades e a correção das falhas de mercado (sejam de transparência, de estrutura, de sinalização ou de incentivo), especialmente as externalidades negativas, tais como congestionamentos, poluição e danos ao viário urbano.

74. O modelo regulatório adotado em Curitiba é inovador porque reconhece a eficiência deste mercado, garante a autonomia privada de usuários e motoristas e tem as administradoras dos aplicativos como intermediárias entre esses e aqueles.

75. Portanto, o decreto municipal deve ser encarado como um marco institucional que visa a garantir estabilidade jurídica e assegurar a entrada de competidores no mercado. O decreto avança ao estabelecer a padronização de requisitos mínimos para o cadastramento dos



motoristas junto aos aplicativos, exigindo a apresentação de antecedentes criminais, contratação de seguro e carteira de habilitação para exercer atividade remunerada.

76. Curitiba concentrou a regulamentação no credenciamento das plataformas de tecnologia. Neste modelo, as empresas devem estar cadastradas junto ao município, devendo apresentar os dados necessários ao controle das políticas públicas de mobilidade urbana, assegurado o sigilo e a confidencialidade dos usuários.

77. O instrumento jurídico adequado para esse formato de cobrança é o preço público, figura de natureza jurídica privada – e não tributária – que levará em conta o impacto urbano do uso viário pela atividade.

78. Em suma, o modelo regulatório adotado em Curitiba é o que garante a melhor acomodação dos diversos valores em tela: regulariza a atividade ao mesmo tempo em que preserva a natureza privada do serviço, garantindo as características fundamentais do mercado e preservando a livre concorrência e a livre iniciativa, sem deixar de tutelar os direitos e interesses dos cidadãos curitibanos, sobretudo no que diz respeito à segurança e ao direito de escolha.

XIV.INCREMENTO DE RECEITAS

79. A partir dos esforços realizados no exercício de 2017, foi possível ao Município obter a Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O Município passou a cumprir a obrigação de repassar informações ao Tribunal de Contas, podendo, assim, obter tal documento, que é exigido para a liberação de transferências voluntárias, empréstimos e outras modalidades de repasses de recursos. Durante os exercícios de 2015 e 2016 o Município não obtivera tal documento, em razão de estar inadimplente perante o TCE/PR.

80. Foram também empreendidos esforços para a obtenção de recursos do Governo Federal para consecução de projetos em âmbito municipal. Os recorrentes atrasos na atualização dos projetos estavam colocando em risco a disputa por recursos do Governo Federal, os quais somam cerca de R\$ 2,3 bilhões. Foram firmados, assim, os seguintes convênios, com vigência a partir de 2017:

Convênios firmados com a União:

Ministério das Cidades: R\$404.968,23

Ministério das Cidades: R\$ 987.600,00



CURITIBA

Convênios firmados com o Estado do Paraná:

Secretaria de Estado de Infraestrutura e logística: R\$ 29.491.900,00

Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento: R\$ 935.728,87

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano: R\$ 250.000,00

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano: R\$ 250.000,00

Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social: R\$ 324.902,40

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística: R\$ 59.718.634,32

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social: R\$ 595.000,00

81. Essas foram, portanto, as medidas implementadas pela atual gestão para o saneamento da situação econômico-financeira do Município de Curitiba.

Dentro do escopo delimitado, considerando o Decreto Municipal nº. 1991/2017 e a Portaria nº. 25/2017 da SMF firmo o Relatório de Controle Interno – Prestação de Contas Anual - Exercício 2017.

Data: 27/04/2018

Iara Maria Stürmer Gauer
Controlador de Finanças-SMF8
CPF: 510.386.849-00
Matrícula: 39783



9. ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL

Foram encaminhados os documentos abaixo para a Câmara Municipal em 28/03/2018, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar n.º 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldos financeiros em caixa e bancos em 31/12/2017, inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.
- Todos os Anexos de Balanço previstos no art. 101 da Lei 4.320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2017, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2017, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviado ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.

Data: 27/04/2018

Iara Maria Stürmer Gauer
Controlador de Finanças-SMF8
CPF: 510.386.849-00
Matrícula: 39783



AVALIAÇÃO DA GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2017

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de Controle interno no exercício financeiro de 2017, do CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela REGULARIDADE COM RECOMENDAÇÕES da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

A conclusão antes referidas decorre da constatação de ocorrência nas contas da gestão das seguintes inconformidades:

| |
|---|
| Item: 5.1 - Controladoria em Finanças – SMF8 |
|---|

| |
|--|
| AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação |
|--|

| |
|-----------------------------|
| <u>Recomendação:</u> |
|-----------------------------|

| |
|--|
| Quanto à segregação de funções – atividades inerentes aos cálculos de valores em contratos: |
|--|

| |
|---|
| Considerando as funções que abrangem atualmente a Coordenadoria de Custos e Análise de Projetos - SMF22 e o trabalho realizado de anos pela SMF8, conforme foi decidido e previsto nas novas normas internas, em especial, deve ficar registrado o alerta ao possível risco do resultado nos cálculos e indicação de valores corretos em novas e alterações contratuais. Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Finanças mediante a Coordenadoria de Custos e Análise de Projetos - SMF22 promova apoio, capacitação, instituição de normas, publicação de manuais didáticos e instaure procedimentos de verificação constantes no acompanhamento em razão de novos procedimentos operacionais implantados. |
|---|

| |
|---|
| Quanto à segregação de funções – atividades inerentes ao Controle Interno: |
|---|

| |
|--|
| Ampliar na medida do possível subsídios de recursos humanos e materiais em apoio à Comissão para o Projeto de Implantação da Controladoria Geral do Município de Curitiba – CGMC, com objetivo de atender o previsto no cronograma inicial para o exercício de 2018. |
|--|

5.2.1 - Portaria n.º 25/2017

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendações

Recomendação 1: Conforme avaliação procedida em conjunto com o Departamento de Controle Financeiro fica recomendada a necessária retomada urgente de melhorias no Sistema de Gestão Pública – SGP, quanto aos relatórios de fluxo de caixa, gerenciamento dos recursos financeiro, aperfeiçoamento e atualização de normas internas de procedimentos, segundo o acordado com a SMF2.

Recomendação 2: O relatório e procedimentos de controle evidenciam necessidade de aprimoramentos em quesitos relativos à estrutura e sistema e à atualização de normas internas, sendo que fica recomendado diagnóstico e investimentos necessários à unidade que procede a análise da prestação de contas de recursos recebidos e concedidos, o Setor de Convênios - SMF11.

Recomendação 3: Estabelecimento urgente da matriz de responsabilidades, indicação de uma unidade integrante da SMRH, com melhorias nos sistemas para acompanhamento e controle de dados e informações da RPPS no conjunto de todas as entidades do Município de Curitiba.

Recomendação 4: Plano de Controle Interno aprovado pela autoridade da SMF para o exercício de 2018, com delimitações, com a previsão da aplicação de questionário no início do ano para o diagnóstico e mapeamento do ambiente de controle interno nas diversas áreas de governo do executivo, com o objetivo de subsidiar o início de procedimentos que serão instituídos e aplicados na alteração da estrutura da unidade de controle interno em andamento – Controladoria Geral do Município de Curitiba.

Recomendação 5: ampliar a cultura para o aperfeiçoamento de procedimentos sistematizados de controle interno em todas as unidades do sistema administrativo do Município.

5.2.2 - Agenda de Obrigações

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Recomendação: O Controle Interno irá proceder alertas no acompanhamento do cumprimento dos prazos, de modo concomitante à todas as áreas envolvidas para os próximos exercícios.

Quanto ao Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, considerando a resposta recente da área de coordenação, o assunto será objeto da manutenção no acompanhamento do Controle Interno quanto aos procedimentos e aperfeiçoamentos que serão implantados no exercício de 2018, conforme consta no Ofício Resposta n.º. 145/17 – FASDF.

6.1.3 Estimativas da receita em bases conservadoras

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Recomendação: se, durante o próximo exercício, forem mantidas as condições restritivas em relação à previsão da arrecadação de alguns tipos de receitas, demonstrando no decorrer do exercício tendências e manutenção desfavoráveis quanto à previsão inicial estimada, orienta-se para a busca de alternativas e reforça-se a recomendação para que o Município adote determinações efetivas de contenção de despesas, no que couber, com a limitação de empenhos, dentro de prognósticos e prazos condizentes, a fim de evitar ao final dos próximos exercícios desempenho deficitário e ou assumpção de dívidas.

6.3.2 - Medidas para cobrança da Dívida Ativa

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Recomendação: Mantém-se a recomendação dos exercícios anteriores, quanto ao diagnóstico e os esforços para o regresso de valores do estoque da dívida ativa, assim como o alinhamento da base de dados, considerando os acompanhamentos e informações da PGF, em relação aos dados gerados de modo sistematizado no Sistema de Gestão Tributária do Município - GTM.

6.5.1 Repasses das contribuições retidas e patronal, bem como dos aportes para amortização do déficit em conformidade com o cálculo atuarial

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Dentro do escopo delimitado pela Portaria n.º 25/2017 e demais procedimentos conclui-se que no exercício de 2017 medidas foram tomadas, com esforços adicionais de várias ordens. Entretanto, recomenda-se melhorias e aperfeiçoamentos quanto aos procedimentos e acompanhamentos de dados e informações, os quais serão objeto inclusive de estudos, aprofundamentos e especialização do Controle Interno durante o exercício de 2018.

6.7 GESTÃO E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVALIAÇÃO: Regular

Recomendação: a documentação requer maiores análises apuradas da documentação apresentada, esclarecimentos da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, sendo que a demanda foi aberta pelo Ofício nº. 28/2018 – SMF8.

Dentro do escopo delimitado da Portaria nº 25/2017, demais procedimentos a avaliação preliminar foi pela regularidade.



6.12 – Sistemas de Informações Municipais e do Tribunal de Contas

AVALIAÇÃO: Regular com Recomendação

Recomendação: melhorias no mapeamento e instituição legal da matriz de responsabilidades melhor definidas, tanto para a coordenação, como para alimentação de dados e informações nos diversos sistemas internos que subsidiam as remessas para o SIM AM.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Data: 27/04/2018

Iara Maria Stürmer Gauer
Controlador de Finanças-SMF8
CPF: 510.386.849-00
Matrícula: 39783